

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/31

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 15/2013 da reunião de câmara de 2013/07/03			Aprovação
2	Cedência em regime de comodato do Fórum Cultural da Chasa à Governadoria Rotária do Distrito 1960 e à Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo			Aprovação
3	Protocolo de cedência de instalações em regime de comodato	Associação de Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal - Delegação do Ribatejo e Vale do Tejo		Aprovação
4	Autorizar a União Atlético Povoense a ceder a entidade terceira parte do espaço para o desenvolvimento de uma unidade comercial <i>realizado</i>	União Atlético Povoense	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
5	Comparticipação municipal pela realização de aula prática de toureio no âmbito da XXIV Semana da Cultura Tauromáquica	Escola de Toureio José Falcão		Aprovação
6	Moção Retirada de direitos dos trabalhadores da administração pública é ilegítima - Coligação Democrática Unitária	 <i>realizado</i>		Aprovação
	DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
7	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
8	Auto de vistoria - Rua 25 de Abril, nº 12 c/v esq	Fátima da Costa Ramos Castanho	Vialonga	Aprovação
9	Obras de urbanização inacabadas - Receção provisória das obras de urbanização e redução da garantia bancária do loteamento da Quinta das Índias	TNS3 - Construções, SA	Vialonga	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/31

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
10	Receção provisória das obras de urbanização e redução da garantia bancária do loteamento da Quinta de São João	Urbivém - Compra e Venda de Imóveis, Lda	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
11	Revogação da deliberação de 22 de maio de 2013, referente à empreitada de acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira - Trabalhos adicionais, trabalhos de suprimimento de erros e omissões e trabalhos a menos	Consórcio Europa Ar-Lindo Construções, SA/Sonagil Construção Civil e Obras Públicas, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
12	Alteração ao loteamento municipal denominado por Terras Compridas/Quintanilho		Vialonga	Aprovação
13	Alteração ao loteamento denominado por Quinta das Areias - Alvará de loteamento nº 4/97, de 25/09	Lactaço - União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, UCRL	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
14	Decisão de caducidade do alvará de loteamento nº 15/1974 referente ao estudo de loteamento denominado por Casal dos Estanques	Ana Elisa Nunes Sequinho Mocho Tarré	Vialonga	Aprovação
15	Projeto de loteamento denominado por Lavradios - Aceitação de princípio e abertura de inquérito público	Promovinte Investimentos Imobiliários, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
16	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público - Arrebanquia de Cima	Afonso & Costa - Sociedade de Construções, Lda	Alverca do Ribatejo	Aceitação
17	Aumento de comproprietários - Murraceira de sua Alteza - Queima	Manuel Luís Nunes Pinto Gonçalves Nogueira (Mandatário de Cabeça de Casal de Herança)	Vila Franca de Xira	Aprovação
18	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 76 do loteamento Enxordeiros	Cristiana da Conceição Alves Fernandes Martins	Alverca do Ribatejo	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/31

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
19	Construção do centro de saúde de Alhandra - Auto de receção provisória parcial final	Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA	Alhandra	Aprovação
20	Execução da EB1 e Jardim de infância no Casal da Serra - Acionamento de garantias bancárias	Pastilha & Pastilha, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
21	Construção de um polidesportivo com bancadas e trabalhos complementares na EB Pedro Jacques de Magalhães - Alteração da data de conclusão da obra	Construtora Udra, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
22	Reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Porto da Areia - Desvio de prazo da conclusão da obra	Construções Pragosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
23	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Alteração da data da conclusão da obra	Consórcio Constrope - Congevia, SA/Gigabeira - Instalações Especiais	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
24	Ecobairro - Reforço da mobilidade e eliminação das barreiras arquitetónicas - Revogação da nomeação de coordenador de segurança em obra e nomeação do novo coordenador de segurança em obra	PMT - Engenharia e Consultadoria, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
25	Ecobairro - Reforço da mobilidade e eliminação das barreiras arquitetónicas - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	AECI - Arquitectura, Const. e Empr. Imobiliários, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
26	Ampliação do talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira - Relatório final de análise de propostas e adjudicação	Construções Pragosa, SA		Aprovação
27	Estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo - Quinta de Santo Amaro - Relatório final de análise de propostas e adjudicação	Alves Ribeiro, SA		Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/31

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
28	Relação dos atos da competência da CM delegados e praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no uso da delegação e subdelegação de competências			Conhecimento
29	Mercado retalhista de Vila Franca de Xira - Troca do lugar 20 pelo lugar 18 da placa 2	Anabela da Silva Morais Pereira	Vila Franca de Xira	Aprovação
	NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL			
30	Compra e venda de lotes de terreno destinados a construção sítios na Quinta da Coutada - Minuta da escritura	Filipe Borba Andrade e Sousa	Vila Franca de Xira	Aprovação
	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência da Presidente da C.M.			
31	Relação dos despachos da Srª Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
32	Legislação síntese			Conhecimento
33	Pagamentos autorizados			Conhecimento
34	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
35	Criação da Equipa de Projeto Multidisciplinar da Reabilitação Urbana			Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/31

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
36	Candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para apoio aos refeitórios escolares - Autorização de despesa			Aprovação
37	Contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos municipais - Cessão da posição contratual			Aprovação
38	Fornecimento de gás natural para as piscinas municipais de Vila Franca de Xira - Revogação da decisão de contratar, início de novo procedimento, aprovação das peças concursais e constituição do júri			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
39	Construção do Jardim de Infância do Bom Sucesso - Despesas de funcionamento dos monoblocos no período das obras - Atribuição de subsídio	Agrupamento de escolas do Bom Sucesso	Alverca do Ribatejo	Aprovação
40	Serviço de refeições escolares - Ano letivo 2013/2014 - Protocolos com os agrupamentos de escolas do Bom Sucesso e D. António de Ataíde			Aprovação
41	Serviço de refeições escolares - Ano letivo 2013/2014 - Protocolos a celebrar com IPSS			Aprovação
42	Ação social escolar - Ano letivo 2013/2014 - Apoios socioeducativos aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico			Aprovação
43	Subsídio de funcionamento e atividade - Ano letivo 2013/2014 - Protocolo a celebrar com os agrupamentos de escolas			Aprovação
44	Transportes escolares - Ano letivo 2013/2014 - Compromisso de verbas			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/31

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
45	Transportes escolares - Ano letivo 2013/2014 - Protocolo de cooperação com as juntas de freguesia e com o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho			Aprovação
46	Componente de apoio à família na educação pré-escolar - Prolongamento de horário - Ano letivo 2013/2014 - Compromisso de verbas			Aprovação
47	Atividades de tempos livres - Ano letivo 2013/2014 - Protocolos			Aprovação
48	Proposta de atribuição de topónimos na freguesia de Vialonga		Vialonga	Aprovação
49	Doação de uma boneca de porcelana ao museu municipal - Núcleo de Alverca, por Maria Fernanda Teixeira Durães Assunção		Alverca do Ribatejo	Aprovação
	DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
50	Orçamento participativo 2013/2014 - Apuramento de resultados			Homologação
	EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA			
51	Polis XXI - Requalificação ribeirinha da zona sul do concelho - Empreitada do parque urbano da Póvoa de Santa Iria - 1ª e 2ª fases - Auto de vistoria e receção provisória	Cordivias - Engenharia, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
52	Polis XXI - Requalificação ribeirinha da zona sul do concelho - Execução de 3 cais de pesca para os avieiros da Póvoa de Santa Iria - Auto de vistoria e receção provisória	Cordivias - Engenharia, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Palácio da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, pelas 14,00 horas, do dia 2013/07/31

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
53	Polis XXI - Ecobairro - Autorização de uso de parcela de terreno pertencente ao domínio público municipal ao Grupo Columbófilo Povoense e aprovação da minuta do protocolo tripartido a celebrar entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria e o Grupo Columbófilo Povoense	Grupo Columbófilo Povoense	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
54	Listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo			Conhecimento
55	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Cessão da posição contratual		Castanheira do Ribatejo	Aprovação



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/07/31

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e treze, pelas 14,00 horas, no Palácio da Quinta da Piedade, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Sr^a Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----


. Ana Lídia Alves Cardoso; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Alberto Simões Maia Mesquita; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva; -----
. Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos; -----
. Rosa Maria de Jesus Oliveira Dias Coelho Barral; -----
. Rui Miguel da Silva Pereira.-----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Francisco do Vale Antunes, tendo sido substituído pela Sr^a Vereadora Rosa Maria de Jesus Oliveira Dias Coelho Barral, Nuno Miguel Marques Libório e Bernardino José Gonçalves Lima, tendo sido substituídos pelos Srs. Vereadores Aurélio dos Santos Marques e Rui Miguel da Silva Pereira, e Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Jorge da Silva.-----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho, pelas 14,05 horas e Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 14,40 horas, durante o período antes da ordem do dia.-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Técnica Superior-----

Drª Prazeres Tavares -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO
URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos -----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Adjunto do Vereador -----

Dr. José António de Oliveira -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Adjunto do Vereador -----

Jorge Zacarias-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Técnica Superior-----

Arqtª Vitória Cochicho-----

OUTRAS PRESENÇAS-----

Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria -----

Vice-Presidente da União Atlético Povoense – João Nobre-----

GOVERNADORIA DO DISTRITO 1960 DO ROTARY INTERNACIONAL EM PORTUGAL:---

Governador – Dr. António Silva Mendes -----

Ex-Presidente do Rotary Club de Vila Franca de Xira – Dr. Henrique Levezinho-----

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 004

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ENTREGA DO ALVARÁ DA AUGI DA PANASQUEIRA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

A Srª Presidente deu início à reunião saudando os presentes, passando seguidamente à entrega do alvará da AUGI da Panasqueira, na freguesia de Alverca do Ribatejo, e cumprimentando, em nome do executivo municipal, os representantes da comissão. -----

Referiu terem sido constituídos 53 lotes destinados ao uso habitacional, que correspondem a 73 fogos, e que fizeram as respetivas cedências para o domínio público, para arruamentos, passeios e zonas verdes. -----

De seguida fez a entrega do alvará aos dois representantes da AUGI, Guilherme Marques e Reinaldo Teodoro, desejando felicidades, referindo que sabem desde já quais os passos que se seguem e que a câmara municipal fica contente que se tenha concluído mais um processo, ficando, ao mesmo tempo, disponível para aquilo que for necessário.-----

Tomou a palavra o representante da AUGI, Sr. Guilherme Marques, agradecendo em nome da comissão e dos proprietários da Panasqueira I, de Alverca do Ribatejo, pelo empenho e disponibilidade que a câmara municipal sempre demonstrou, tendo sido solucionados alguns problemas, uns a contento e outros a não contento, o que faz parte do processo.-----

Para si este processo representa o epílogo de muitos outros que ao longo de décadas foram travados entre os moradores e a câmara municipal, e representa muito para os moradores, ao longo dessas décadas, especialmente de oitenta e noventa, que foram difíceis, pois o que se tinha era um lamaçal, e não se podem esquecer esses pormenores.-----

Referiu ter havido pessoas dos dois lados que contribuíram para que fosse possível a situação de hoje, sendo neste momento de justiça fazer uma menção às mesmas e prestar uma homenagem, especialmente a uma, que já faleceu, que fazia parte da comissão, e que a Srª Presidente conhecia perfeitamente, o Sr. Manuel Sousa Ferreira, uma pessoa muito ativa, um obreiro e um grande persistente, para que naquela década bastante difícil fosse possível a concretização das obras.-----

Do outro lado, o da câmara municipal, há uma pessoa que também não pode esquecer, extremamente atenciosa e compreensiva, tendo tido oportunidade de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

h

Fl. Livro _____

Fl. Ata 005

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

lidar muitas vezes com ela, o Sr. Vereador Rui Brioso.-----

Deixa uma homenagem a estas pessoas, e deve este momento ficar registado, pois é um epílogo disso.-----

Disse ainda que passados estes anos todos a câmara municipal solicitou a constituição da comissão, para que fosse possível o alvará, em 2007/2008, e já foi mais difícil a mobilização das pessoas, porque estavam mais cómodas, mais assentes, e não compreendiam a importância deste momento. Passavam ao lado, e pensavam que este documento era mais um que a câmara municipal estava a fazer para “sacar mais algum”, o que não era o caso, tendo sido muito difícil até se chegar a este ponto.-----

Para que fosse constituída a comissão contribuiu muito a dinamização e impulso de outra pessoa, o Engº Vítor Carlos Gomes Fernandes, que não está hoje presente, por motivos pessoais, mas era ele que era digno para receber este documento importante, prestando também ao mesmo uma homenagem, da parte dos moradores, que continuam a estar dispostos para colaborar. -----

Por fim, e do lado da câmara municipal, regista a compreensão, dentro das suas capacidades, da Engª Carla Alcobia, bem como da Urbª Rita Campos, para o epílogo deste processo, e agradece a todos. -----



Deliberação nº 813





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA PÓVOA DE SANTA
IRIA -----

Interveio a Srª Presidente, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia
da Póvoa de Santa Iria. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria,
saudando, em primeiro lugar, todos os presentes, pela vinda à Póvoa para mais
uma reunião de câmara, e referindo que esta será a última reunião deste mandato
na Póvoa, com a configuração administrativa que tem, uma vez que passará a
partir de setembro a fazer parte de uma união de freguesias. Poderia, neste
sentido, aproveitar o momento para fazer a apologia dos investimentos, mas
considera que a obra está à vista, com equipamentos, infraestruturas e
requalificações.-----

Não quis deixar passar a sua intervenção sem dar conta daquilo que é a satisfação
pelo último grande investimento efetuado na Póvoa de Santa Iria, e fala,
naturalmente, da requalificação da frente ribeirinha, tendo recebido muitas
mensagens de felicitações e congratulações por aquele grande investimento, que
veio devolver à Póvoa o seu rio, que é, bem como o seu usufruto, um valor
incontornável, tendo em conta, inclusivamente, aquilo que é a grande aposta
ambiental feita nesta freguesia. -----

Relembrou a construção dos emissários para a ETAR de Alverca, que tiraram
definitivamente o esgoto do rio, bem como a obra dos ecobairros, que está a
decorrer neste momento, que configura um investimento na área ambiental de
grande importância para esta freguesia e cidade, e que foi alvo, inclusive, na
última semana, de um apontamento de um minuto verde na RTP, nas notícias do
canal 1, de manhã, pelo que se deve orgulhar, porque é um exemplo para o país. ---
Ainda, nesta que é a última reunião de câmara na Póvoa de Santa Iria, foi com
muito gosto que levou este mandato em colaboração direta com a Srª Presidente e
a câmara municipal, e que só dessa forma é possível continuar a desenvolver
comunidades. -----

Quanto àquilo que é o seu sentimento pessoal, a Srª Presidente sabe que o tem
pela própria, mas, em termos institucionais, refere aquilo que é a sua satisfação



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 008

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

enquanto presidente de junta pelo trabalho conjunto que foi conseguido nestes últimos 4 anos. -----

De qualquer forma há ainda muito trabalho para fazer e desenvolver pela frente, em conjunto, estando-se num local de excelência para a Póvoa de Santa Iria. Há questões que têm a ver, por exemplo, com o património, a recuperação da lapa do Senhor Morto, do oratório de São Jerónimo, de que gostaria de ter informações, se a Srª Presidente as tivesse, pois também é daqueles anseios grandes que os povoenses têm relativamente àquilo que é a recuperação do seu património histórico. -----

Referiu que a autarquia estará sempre disponível, sempre com a câmara municipal, do que tem toda a certeza, e espera que a câmara municipal continue a tratar bem a Póvoa de Santa Iria, o que os povoenses agradecem. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, agradecendo as simpáticas palavras do Sr. Presidente da junta, dizendo que também foi um gosto trabalhar com ele neste mandato, e não se conhecem só deste mandato, da mesma forma que tem sido um gosto trabalhar com todos os presidentes de junta, independentemente da força política que representam, porque, acima das diferenças políticas estão os interesses das pessoas, e por isso mesmo tem sido possível fazer muitas coisas a favor do concelho. -----

O exemplo daquilo que se pode fazer, que se aposta com veemência, com meios e, principalmente, vontade, teve agora na Póvoa uma expressão bastante importante, a questão da reabilitação da frente ribeirinha, sendo certo que ainda haverá alguns pormenores a aperfeiçoar. Uma obra de grande dimensão é isso mesmo, e esses pormenores foram bem visíveis durante a semana que passou, em relação à iluminação, não da zona do parque urbano, mas da praia dos pescadores, que já se resolveu. -----

Ir-se-ão também colocar papeleiras e melhorar, tendo também as pessoas, em relação a este espaço, uma obrigação profunda, a de respeitar aquilo que é o investimento, com o dinheiro de todos, e contribuir para a manutenção, sendo que, curiosamente, e lamentavelmente, logo no dia em que se inaugurou alguém fez um buraco na rede, para mais rapidamente aceder ao caminho. -----

Considera não ser esta a prática, sabe que não se pode ter um polícia atrás de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro _____

Fl. Atã 009

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

cada pessoa, e gostaria que as pessoas tivessem consciência daquilo que na realidade é a cidadania, já que estão sempre tão conscientes dos seus direitos, e muitas vezes não estão dos seus deveres.-----

Não tem também dúvida, e esta será a última reunião de câmara enquanto presidente que estará na Póvoa, de que a câmara municipal vai continuar a olhar para a freguesia da mesma forma ou melhor do que tem sido feito até agora. A seguir à agregação as freguesias da Póvoa e do Forte da Casa terão a atenção da câmara municipal, e verão muitos dos seus problemas resolvidos, que hoje já são de outra natureza, de uma dimensão menor. -----

Como o Sr. Presidente referiu, é certo que há ainda muita coisa para fazer, haverá sempre, e contando a própria que o Sr. Nabais venha à reunião, e que a volte a inquirir pela lapa do Senhor Morto e pelo oratório de São Jerónimo, teve o cuidado de fazer um trabalho de casa aprofundado, e pode dizer que amanhã terá lugar, na Direção-Geral de Cultura, uma reunião sobre estas duas questões, que têm estado em suspenso, porque esta direção-geral veio a chumbar as propostas da câmara municipal. -----

Chumbou-as, respetivamente, no caso do oratório de São Jerónimo, porque considera que se deve fazer primeiro, antes da intervenção profunda, um conjunto de trabalhos, entre eles a consolidação dos solos, estabilização do imóvel e todo um processo de drenagem, que exigem estudos que não estavam desenvolvidos.--- Apesar de por vários momentos já se terem inserido estas obras no orçamento municipal, percebeu-se que cada uma vai ultrapassar os 100 000,00€, e por isso amanhã haverá, com os técnicos municipais, uma reunião com a Srª Diretora-Geral da Cultura, para organizar as ideias e perceber como é que este trabalho pode vir a ser desenvolvido. -----

No caso da lapa do Senhor Morto, o parecer também foi negativo, exigindo, e na altura era o IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico, agora a Direção-Geral de Cultura, que se faça um conjunto de sondagens na cobertura da câmara funerária, e que se aprofunde em termos históricos algumas áreas, como a definição dos materiais que foram adotados, a composição estrutural da câmara funerária, e todo um conjunto de elementos que precisam de trabalho especializado, e que amanhã se irá articular para, pelo



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Ata 010

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

h

menos, se fazer uma coisa de cada vez.-----

Referiu ser este o ponto da situação em que se encontram estes dois espaços patrimoniais.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo, uma vez que a Srª Presidente referiu que havia algumas situações a melhorar, que há também uma queixa apresentada por quem utiliza o caminho da zona ribeirinha, a falta de locais de água, de bebedouros, bem como a própria localização do Skate Park, porque aquilo que as pessoas dizem é que a zona daquela plataforma é muito perto do museu, e que prejudica quem quer estar com a devida atenção à exposição ali apresentada, que é de alta qualidade.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador João de Carvalho, mencionando, de forma jocosa, que isso lhe faz lembrar os carrilhões de Alverca, que também não se podem tocar porque faz muito barulho nas casas ao lado. Assim, o concelho tem o maior dos carrilhões de Portugal, e depois tem de ficar em silêncio, mas isso é perfeitamente normal, e hoje de manhã, por acaso, tocavam.-----

Prosseguiu, congratulando-se também pela obra, pois já teve oportunidade de fazer o passeio ribeirinho, e é realmente muito agradável. Poderá ter aqui ou ali falhas, e nestas questões considera sempre que os seres humanos têm muitas falhas, mas poderão sempre emendá-las, e provavelmente a falta de pontos de água será uma, só que é complicado.-----

A cidade da Póvoa de Santa Iria está de parabéns com aquela mais-valia, era algo que também agradou muito aos membros da Coligação Novo Rumo, como a Srª Presidente sabe, é uma obra excelente, e os munícipes da Póvoa de Santa Iria ficam valorizadíssimos em relação à sua frente ribeirinha, assim como espera que vá continuar pelo resto do concelho, porque o usufruto do rio Tejo é para todos e é de todos.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, cumprimentando todos os presentes, em especial o governador eleito para 2014/2015, António da Silva Mendes, que deu a todos o prazer de estar presente na reunião, assim como o Dr. Henrique Levezinho, presidente do Rotary Club de Vila Franca de Xira.-----

Gostaria de transmitir uma congratulação à cidade da Póvoa de Santa Iria, juntando e associando o voto que o seu companheiro, Sr. Vereador João de

A

h

Carvalho, já referiu, à magnífica inauguração que se proporcionou no sábado passado, do passeio ribeirinho. -----

Alhandra, de que é natural e residente, já há muitos anos que tem um passeio ribeirinho que é uma referência para o concelho, e os seus residentes sabem apreciar o que é estar à beira do Tejo, e ter uma possibilidade de, não só fazer algum exercício físico, como também gozar os ares saudáveis do Rio Tejo. -----

Pretendeu fazer esta saudação especial, e transmitir que é uma alegria por verificar que a população da Póvoa de Santa Iria tem este prazer de estar junto ao Tejo, e poder usufruir de uma mais-valia. -----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que os bebedouros não estavam assinalados, estão lá dois bebedouros, para além das cafetarias, e já estão neste momento assinalados. -----

Agora, não há água ali perto, e é bom perceber, não sendo possível instalar uma conduta de água para pôr um bebedouro ali, pois era preciso um grande ramal nesse sentido. Quando a outra intervenção acontecer será fácil, e então pode-se fazer, mas de qualquer maneira também não lhe parece que seja um problema trazer uma garrafa de água na mão para beber entre uma cafetaria e a outra, ou entre uma cafetaria e um bebedouro. -----

Respondeu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que não quer tirar o mérito da obra, não é nada disso, mas teve a preocupação de visitar o lugar e de escrever no livro que está no museu, e ao ler aquilo que as pessoas falavam sobre o espaço havia de facto estas duas preocupações, e entende que enquanto eleita deve trazê-las à câmara municipal. -----

Uma delas tinha a ver com os pontos de água, e uma outra, apesar do Sr. Vereador João de Carvalho achar jocoso, e o mesmo acha o que entender, tinha também a ver com a localização da plataforma. Pensa que faz a sua obrigação, que é tentar informar e trazer aquilo que entende que deve trazer. -----

A Srª Presidente tomou a palavra, esclarecendo, quanto à questão dos bebedouros, e há 3 bebedouros, que já lhe tinha chegado, tanto assim, e em articulação com a junta de freguesia, que há um controlo diário do que tem acontecido. -----

Quanto ao Skate Park, deve dizer que em Vila Franca de Xira tem, junto aos Paços do Município, completamente danificado, o único momento nacional que tem, por



prática daquilo como se fosse uma pista de skate, e até se partiram os degraus da câmara municipal com os skates, e são jovens de 17 e 18 anos, completamente mal-educados quando são observados, estando-se pois com problemas vários.-----
Tem-se tentado, por exemplo, em Vila Franca de Xira, encontrar um local para instalar o Skate Park, e um dos últimos que se estudou foi ao cimo do jardim municipal, mas a comunidade Avieira não queria ali o Skate Park. O perigo é que, por exemplo, o Skate Park colocado ali não vai ser usado de noite, mas um colocado em outro sítio é usado, de noite, e não deixa ninguém descansar à volta. Por isso, sendo um equipamento que é necessário, revela-se muito controverso para as pessoas que estão à volta. -----
Conhece o que a Srª Vereadora disse, e reconhece, mas também não sabe encontrar muitas soluções, ou teria que se colocar no deserto, já que em Vila Franca de Xira, em Santa Sofia, aquele espaço desportivo ali existente é um tormento para as pessoas que lá vivem. É uma realidade, já que se às 3 da manhã vão para ali jogar à bola, com as bolas na rede ninguém sossega mais.-----
Há assim alguns problemas de convivência e de respeito uns pelos outros, que se têm de afinar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

AGRADECIMENTO PÚBLICO DO SR. VEREADOR RUI PEREIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, deixando um agradecimento público, neste caso dirigido à Srª Presidente, pela presença, nomeadamente dos seus camaradas da CDU, e do PS, no funeral do seu pai. -----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
INSUFICIÊNCIA DA RECOLHA E LAVAGEM DOS ECOPONTOS-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo-se a um assunto que tem chegado aos membros da CDU, que é a insuficiência das recolhas nos ecopontos.-----

São bastantes as vezes que os ecopontos ficam a transbordar, e a lavagem dos contentores também não tem sido feita nos prazos mais adequados.-----

Têm chegado à CDU algumas queixas, um pouco por todo o concelho, e por isso os seus membros levantam a questão, no sentido de ver o que está a ser feito ou não.

Tomou a palavra o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que não quer de forma nenhuma reforçar a questão das recolhas do lixo, até porque já foi focada pela CDU, no entanto, têm sido feitas, por aquilo que tem visto, e há apenas uma que ultimamente tem demorado mais tempo a fazer, pensa até que em todo o concelho, que é a do papelão.-----

As caixas, por exemplo, na Quinta das Drogas, em Alverca do Ribatejo, já estão completamente cheias e a abarrotar há dias, e isso também é proveniente de ter havido aquele bom ato cívico de queimar uns contentores de resíduos sólidos urbanos – RSU, que existiam na Quinta das Drogas. Assim sendo, as pessoas não têm onde mandar o seu papelão e lixo para uns RSU que foram queimados, pois provavelmente alguém achou que estariam a mais na zona. Afinal não estavam a mais, fazem falta e, como tal, vão acumular para todos os outros.-----

Gostaria de saber como se pode resolver a questão dessa recolha do papelão. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que pediu aos serviços que lhe fizessem uma informação mais atualizada sobre esta matéria, e se entretanto lhe chegar dará conta ainda durante a reunião. -----

Se assim não for, na próxima reunião de câmara o Sr. Vereador Vale Antunes poderá responder com maior propriedade sobre esta matéria da recolha e lavagem de contentores.-----

Tomou de novo a palavra, dando conta dos dados atualizados relativamente à recolha dos recicláveis, papel, vidro e embalagens, sendo que, efetivamente, tal como todos os anos, nesta altura de férias há maior dificuldade na realização dos diversos circuitos, mas este mês de julho, apesar dessas dificuldades, já se recolheram mais de 20% a mais do que em igual mês do ano passado, o que



Fl. Ata 015

Proc^Q

Deliberação nº _____

A Srª Presidente interveio, dizendo que, de qualquer maneira, há uma quebra na recolha daquilo que são os reciclados, porque há menos lixo. Há menos consumo, automaticamente há menos lixo.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 016

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ENCERRAMENTO DE EMPRESAS NO CONCELHO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo-se a um assunto que está na ordem do dia, e pensa que até numa última reunião de câmara também já foi questionado por um munícipe, mas traz novamente, porque é uma situação que o preocupa enquanto munícipe, considerando a falta que faz a presença de indústrias no concelho. -----

Como se sabe, estava realmente na ordem do dia o encerramento de parte ou grande parte da produção na Solvay, ou Soda Póvoa, como muita gente ainda conhece, e agarrado ao fecho dessa linha prevê-se também o encerramento de mais algumas empresas no concelho, e com isso vão os postos de trabalho e vai a capacidade de criação de riqueza no concelho. Com os postos de trabalho a irem embora as pessoas ficam debilitadas financeiramente e economicamente, e também as restantes atividades económicas do concelho vão sofrer.-----

Assim, a questão que levanta é qual o conhecimento que neste momento se tem na câmara municipal, e qual a previsão de encerramento de empresas num curto prazo. Sabe-se que a Solvay prende-se já para o princípio do próximo ano, em janeiro, mas há outras que se seguem, como a da cogeração, a Energin, também se fala na questão dos Adubos de Portugal, bem como da própria Saint-Gobain, um pouco mais abaixo, que não será já no concelho, mas é nessa mesma linha, onde se encontrava depois o concelho, e onde também, eventualmente, pessoas que, não trabalhando no concelho, trabalham lá, mas vivem no concelho. -----

Gostaria de saber atrás disso o que virá, e a sua questão é esta, em que pé se tem o tecido industrial neste momento, e que perspetivas há de novas indústrias para o concelho, porque o que parece aos membros da CDU é que infelizmente a indústria tem vindo a cair um pouco como em todo o país, o espelho do que aconteceu no país, mas no concelho continua ainda a degradar-se. -----

Não há criação de riqueza, sem criação de riqueza não se vive, e aquilo que também notam, até de falarem com alguns responsáveis industriais e ex-responsáveis das indústrias do concelho, uma das críticas que fazem à câmara municipal, aos políticos, é que não têm sido amigos deles, no sentido de que se têm esgotado os passos para investimento na parte industrial, e foi-se




promovendo, e tão só, por palavras de algumas pessoas, a indústria da construção. A outra vertente, industrial, foi esquecida, não tem havido preocupação por parte da câmara municipal, nomeadamente na gestão do Partido Socialista, em saber que faltas e em que é que a autarquia poderia de facto ter impulsionado o desenvolvimento dessas indústrias no concelho. -----

Esta é uma coisa que preocupa à CDU, inclusivamente faz parte do programa eleitoral para as próximas eleições, a alteração ao PDM precisamente para reorganizar esses espaços no concelho, sabendo-se que muitos deles já não estarão disponíveis. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, saudando todos os empresários, comerciantes e industriais, que já caminham no quarto ano depressivo, e têm conseguido manter as suas empresas, sendo que há alguns indicadores que poderão ser de congratulação, pois parece que finalmente começa a haver uma perspetiva, embora muito lenta, pois o próprio tem empresas, e pouco ainda sente, ou pelo menos quem trabalha no mercado interno não sente de modo nenhum algumas melhorias. -----

Pensam os membros da Coligação Novo Rumo que em termos de desenvolvimento económico estão a seguir-se as regras ideais, em primeiro, tentar o crescimento através da exportação, e a seguir terá de ser através de investimento, para logo de imediato procurar que o consumo também possa aumentar, proporcionando às empresas uma vivência dentro deste ambiente mais saudável, com mais condições de poderem sobreviver. -----

Conforme disse, há alguns indicadores que se estão a mostrar positivos, um deles a de que a economia real está mais jovem e menos falida em 2013, tendo, nos primeiros 6 meses deste ano, sido criados em Portugal 2 051 negócios, mais do dobro das empresas que fecharam ou estão insolventes. Nos primeiros 6 meses deste ano foram constituídas no país 2 051 novas empresas, mais 17,8% do que na primeira metade do ano passado, e parece que o tecido empresarial português começa a dar os primeiros sinais de que há vida para além da crise. -----

No entanto os dados não refletem uma dura realidade, pois enquanto as empresas que encerraram tinham uma idade média de 13 anos, empregavam muitos trabalhadores, as recém-nascidas não contribuem com o mesmo número elevado




de postos de trabalho. -----

O barómetro empresarial revela ainda que os ramos da atividade que têm o maior peso na economia são os serviços, retalho e construção, setores que juntos contam com 279 000 empresas, e representavam no final de junho 57% do tecido empresarial português. -----

Referiu que um dado curioso é que as indústrias extrativas são o setor em que percentualmente foram criadas mais empresas, mais 64%, enquanto foi nas telecomunicações que mais aumentaram as insolvências, 74%. -----

Inevitavelmente, em Lisboa, Porto e Braga está concentrado o tecido empresarial português, existindo, no conjunto, 259 000 empresas nestes 3 distritos, representando 53% do total. No entanto, conforme disse, espera que muito em breve se possam sentir sinais de um aumento de investimento, o que é fundamental para a criação de emprego, embora ultimamente, o que os 2 últimos dados mensais mostram, o desemprego não tem aumentado, tem diminuído muito ligeiramente, mais ainda é cedo para se pensar que se possa dar a volta. -----

É bom ver, pelo menos, o não crescimento dessa taxa de desemprego, que tem sido das maiores da Europa, infelizmente convive-se com ela, e pensa que o concelho de Vila Franca de Xira tem de agora de lutar e proporcionar a criação de empresas, tentando dar condições. -----

Por fim, disse estar também na altura, e há alguns loteamentos, nomeadamente a plataforma logística, de pensar no que se pode desenvolver em termos de condições para a criação de empresas. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que vai comentar a intervenção da CDU e do Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que há várias formas de recolher a informação. Tem-se a informação junto das entidades, que é uma informação que à partida se considera verídica, ou pode-se recolher a informação no café da esquina ou no que dizem, como aquela coisa fantástica que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso disse nesta reunião, que a câmara municipal tinha cedido o espaço à APS – Associação de Promoção Social. Essa é da esquina do café, já que ouviu contar, não é uma informação que tenha nada de verdadeiro, porque não era possível, e então era uma ilegalidade, como a Srª Vereadora também deu sinal. Se se tinha feito uma coisa, não se fazem cedências de outra maneira, embora tempos houve em que se



autorizava a ocupação do espaço, e não sabe se era uma cedência, e depois nunca se formalizava em termos de cedência.-----

No caso da Solvay, o que se sabe é exatamente aquilo que a administração da empresa comunicou no momento em que falou com os trabalhadores, e não perspetivou à data mais nada. -----

Tem já falado com vários trabalhadores que têm abordado a câmara municipal, que dão uma informação que corresponde, é a partir de janeiro, e também com o Instituto de Emprego, não tendo havido ainda nenhuma alteração.-----

A questão da cogeração não está incluída neste processo, parte do encerramento tem a ver com uma questão que o Sr. Vereador Rui Pereira falou, que é a da Saint-Gobain e de outros, existindo interligações nos serviços, nas diversas produções e consumos e, conseqüentemente, daí resultam às vezes quedas em cadeia.-----

Não tem conhecimento imediato de mais nenhum encerramento de nenhuma empresa, sendo que a Saint-Gobain, como também disse o Sr. Vereador, fica encostada, tem muitos trabalhadores do concelho, como têm outras empresas em Lisboa. Aliás, já houve em vários momentos oportunidade de falar de que o número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego em Vila Franca de Xira não corresponde rigorosamente ao número de perda de postos de trabalho no concelho.-----

As pessoas são obrigadas, de acordo com a lei, a inscrever-se na sua área de residência e, como tal, aí há uma amostragem das pessoas que em Vila Franca de Xira estão desempregadas, não exatamente o número de postos. Não é possível recolher essa informação, porque já o tem tentado junto de várias entidades, e essa informação da perda de número de postos de trabalho não foi possível ter até ao momento.-----

Há amostragens que resultam dos números dos sindicatos e doutras vias, mas não propriamente uma filtragem, e inclusivamente o Instituto de Emprego, que na sua opinião poderia fazer essa filtragem, se tem os dados, não os dá.-----

Continuou, referindo que o Sr. Vereador Vítor Silva demonstrou ser um homem de esperança, e a própria também é uma mulher de esperança, só que não tem é confiança na mesma coisa que o Sr. Vereador demonstrou hoje, que isto estava a melhorar.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 020

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Gostaria bem que assim fosse, mas não é isso que sente, e também não pensa que seja isso que os trabalhadores portugueses sentem. Nesse contexto, o Sr. Vereador sabe a mesma coisa que a própria sabe, ou seja, que o maior número de empresas que hoje se constituem são empresas unipessoais, que é outra realidade, empresas que não geram postos de trabalho, e muitas vezes isso acontece até para dar cobertura a certas situações menos corretas. -----

Quanto à diminuição do número de desempregados, entende que não é mesmo verdade, e por uma razão, não tem aumentado o número de desemprego, porque a forma diferente de tratar os mesmos números dá resultados diferentes. Daí resulta que alguém, com um rendimento social de inserção - RSI, a trabalhar na câmara municipal durante aquele período curto, pelo subsídio de refeição, transporte e uma percentagem de 20%, já não é um desempregado. Tem que lá ir na mesma de 15 em 15 dias, mas já não é um desempregado, e são maneiras diferentes de olhar para o mesmo problema, o que deturpa a realidade da situação que os trabalhadores vivem. -----

Agora, considera que, quer o Sr. Vereador Rui Pereira, quer o Sr. Vereador Vítor Silva, disseram uma coisa que merece o acordo dos 11 eleitos, sem sombra de dúvida, e possivelmente de todos os que estão sentados na plateia, ou seja, é preciso que as coisas mudem, e esta semana teve oportunidade de discutir uma questão que tem a ver com o preço dos terrenos do concelho. Continua a haver empresas à procura de espaços para se instalarem, mas o preço dos terrenos em Vila Franca de Xira é dos mais caros da Área Metropolitana de Lisboa. -----

Esta é a realidade, razão pela qual, quando depois se discute o preço do metro quadrado ou uma área já construída, com um armazém, resulta, em termos de arrendamento, porque hoje as empresas querem arrendar, não querem comprar, muito mais caro do que ir para um outro concelho, como Arruda dos Vinhos ou outro à volta. -----

Há dois caminhos, um deles é se a câmara municipal tivesse uma bolsa de terrenos que pudesse efetivamente disponibilizar para um programa de instalação de empresas, e não é exatamente a mesma coisa que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus disse acerca da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, em que aí ia ser solicitada para dar os terrenos de “borla”, para fazer instalação de




empresas. A propósito, lembra-se sempre do que aconteceu com a instalação de uma conhecida marca de cerveja, uma fábrica de cerveja neste concelho, com quem a própria tinha afinidades de cor, em que se dava o terreno e dava-se a água. Sabe-se o que a cerveja consome de água, pode ver-se o que acontece na freguesia de Vialonga, e como isso é bom para a Junta de Freguesia de Vialonga.---- Quanto ao que aconteceu em Santarém, tudo aquilo foi uma realidade diferente, afinal os objetivos não eram exatamente os propostos, e correu tudo mal. Assim, às vezes também é preciso perceber que ser bom só para um lado é muito pouco, porque os postos de trabalho são muito poucos, e tudo o resto não justifica aquilo que é o que se solicita. -----

No entanto têm acontecido coisas na mesma, e têm-se instalado empresas. A PT transferiu, curiosamente para a Póvoa, o seu parque logístico, estando toda a Área Metropolitana de Lisboa na Póvoa de Santa Iria. A Linde vai instalar-se também na Póvoa, e acha que o Sr. Presidente da junta tem de estar contente. -----

O Forte da Casa também acolheu várias empresas no Parque Tejo, e continuam outras empresas a tratar dos seus processos para ali se instalarem. Neste momento tem em cima da sua secretária mais uma empresa da área industrial que pretende instalar-se. Está à procura de um terreno, e vai-lhe dar um conjunto de orientações para ver se aqueles terrenos lhe agradam. -----

Paralelamente a isso, e no que diz respeito ao PDM, porque a CDU tem falado muito nessa matéria, há muito tempo que dá sempre a mesma resposta, que a CDU entende não considerar como boa, ou seja, que tudo aquilo que são terrenos urbanos são terrenos com possibilidades de acolher empresas, e a questão das indústrias tem um conjunto de regras específicas, em função da natureza da própria indústria, como o Sr. Vereador Rui Pereira sabe bem, e aí há zonas que são preferenciais para a instalação de empresas industriais.-----

Há também outras situações, e houve o caso de uma, que era para a zona sul, que por não respeitar os parâmetros ambientais não era possível acolhê-la. Era uma grande empresa, ia sair do sítio onde estava por causa disso mesmo, e achava que Vila Franca de Xira dava muito jeito, por causa das acessibilidades, mas a câmara municipal respondeu que, não respeitando as regras, não era possível instalar-se. -- Em termos de PDM, esta semana teve oportunidade de, numa conversa havida



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 022

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

com o Sr. Eduardo Rodrigues, propor mais uma vez que grande parte dos terrenos da UD4 pudesse vir a ser reconvertida para terrenos na área das atividades económicas, uma vez que não é preciso mais habitação, ainda há alguma procura para atividades económicas, e isso mereceria com certeza o acolhimento de todos, e que nem sequer precisa de nenhum ajustamento ao PDM, porque é compatível.--- Assim, não se tem este pensamento perdido, e no âmbito do novo quadro comunitário está a ser desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa um trabalho, em que há dois municípios com características privilegiadas para a área da indústria, Vila Franca de Xira e Barreiro, o que é muito interessante, porque às vezes parece que se mudam as ondas, e as coisas também se alteram, mas depois acaba por ser tudo igual àquilo que os responsáveis locais já tinham pensado e dito. -----

Estes municípios têm um passado, têm um espaço que em termos de comunicações é do melhor que há no país, embora em Vila Franca se esteja sempre a “martelar” que as acessibilidades não prestam, e não é isso que as empresas dizem, além de que vai ter um plano especial no âmbito do próximo quadro comunitário, para efetivamente tentar recuperar e incentivar as empresas a instalarem-se em espaços, alguns que foram industriais e estão mortos, ou encontrar outros, e alguns são assim, como se sabe, em que hoje as condicionantes ambientais não permitem a instalação de determinadas indústrias. - Pensa que também é um bom trabalho que vai acontecer, que terá um corpo mais assente e virá à reunião de câmara durante o próximo mês de setembro, logo no início. -----

Ao fim ao cabo estão todos de acordo, mas depois às vezes só na conversa é que se diverge. A questão tem este corpo, e tem este futuro. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, mencionando que a Srª Presidente disse, e acredita, que não se consegue saber de facto o grau de emprego ou da sua criação, ou perdas que existiram dos postos de trabalho, mas há uma coisa que o próprio acredita que se tem de ter capacidade de saber, porque as empresas ainda vão pagando a Derrama, ou seja, o nível da coleta da Derrama também pode dar uma ideia do grau que neste momento se atingiu relativamente a anos anteriores, pois pensa, e nos dias de hoje tudo está informatizado, que seria possível ter essa



realidade apresentada concretamente. -----

Ainda há uma outra situação, e é isso que solicita que a Srª Presidente deve entender como uma crítica, mas positiva, a ligação que pensa que a câmara municipal tem de ter às empresas, principalmente às que fazem moça. -----

Pelo que os membros da CDU sabem, e no âmbito da preparação desta reunião foi ver números relativamente a 2011, das empresas que estavam a ser criadas, e são esses os números que aparecem no site do Instituto Nacional de Estatística, 99,9% estavam a ser micro, pequenas e médias empresas, pelo que há uma criação de emprego muito reduzido. -----

Aquilo que considera é que a câmara municipal tem cada vez mais que estar próxima destas empresas, como é o caso, porque tem efeito dominó, pois ao deixarem de ter no concelho uma linha de fabricação, há uma série de empresas à volta que vão abaixo, e com isso vai toda uma série de postos de trabalho e dificuldades acrescidas às famílias. -----

Interveio a Srª Presidente, respondendo que isso foi o que disse, e até poderia ir mais além, ou seja, quando se cria uma empresa unipessoal muitas vezes tem na sua origem um desempregado, que recebe o valor que tem a receber, que depois tem obrigação de manter aquele serviço aberto durante um "x" de tempo, mas muitas vezes não consegue, e gera um outro problema, que é o ter de devolver o dinheiro. Conhece bem a situação, porque acabam muitos deles por passar pela câmara municipal a solicitar algumas ajudas, que na maior parte dos casos a autarquia não tem para dar. -----

Por isso, esta é na realidade uma situação deveras complexa, e que se tenta também resolver, de várias maneiras, privilegiando as empresas do concelho, para aquilo que não obriga a concursos públicos, pagando imediatamente após a apresentação da fatura, para que não resulte dali nenhuma dificuldade em relação à sua vida diária e ao pagamento dos salários, tendo-se também isentado, por unanimidade, da Derrama, até ao volume de negócios de 150 000,00€. -----

No que respeita à Derrama há alterações que não permitem uma leitura tão direta como aquela que aparentemente o Sr. Vereador enunciou, ou seja, para além de se ter isentado aquilo que acabam por ser as pequenas empresas, o Governo introduziu, no âmbito da Lei das Finanças Locais, uma nova forma de aplicação da



Derrama, que fez perder no imediato 45% da Derrama. Foi o que aconteceu, foi um assunto muito discutido à data, e deve dizer até que aquilo que se perspetiva na nova Lei das Finanças Locais são mais perdas para os municípios.-----

É uma parte do IMI, ou seja, 1% da receita do IMI destina-se às juntas de freguesia, que vão ficar ricas, o IMI rústico destina-se todo às juntas de freguesia, o IMT vai desaparecer sem compensação, e no caso do município de Vila Franca de Xira, curiosamente, ainda hoje tem uma expressão muito interessante.-----

Portanto, quando se junta a isto o facto de ter as taxas mais baixas do IMI na Área Metropolitana de Lisboa, percebe-se que é preocupante o próximo momento, no que respeita às receitas próprias do município. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, para dizer que é um pequeno empresário, e é evidente que tem sentido as dificuldades que todos estão a atravessar de há uns anos para cá. O alerta que fez não era propriamente reconhecer a sua pré-disposição e encanto por ver que as coisas estão a terminar, que vão entrar noutro ciclo, pois vê que ainda vai levar muito tempo, mas não deixa também de reconhecer que, depois dos meses de julho e agosto muito difíceis para qualquer empresa, com o IMI, IVA, subsídios de férias e tudo o mais, é uma réstia de ânimo para aqueles sobreviventes que ainda se conseguem manter com as suas empresas. -----

Num universo de 400 000 empresas, só 20 a 30 000 são exportadoras, pelo que se questiona quanto às outras, que vivem do mercado interno, com o consumo cada vez a diminuir estes últimos anos, num estado depressivo, o que é realmente assustador. -----

Parece-lhe que agora se está a tentar, lentamente, alterar todo este efeito, e pensar-se através de investimento, no sentido de que também a procura possa ser melhorada, nomeadamente com a criação de postos de emprego, e por isso não é uma satisfação e esperança, mas no fundo é uma esperança, e é sentir e dar um pouco de ânimo a quem está a atravessar muitos momentos difíceis. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, pretendendo dizer, ao Sr. Vereador e amigo Vítor Silva, pela amizade que tem por ele, e pedindo desculpa, pois não é intenção feri-lo de maneira nenhuma, que ao ouvi-lo, principalmente no início da sua intervenção, poderia dizer que se estaria presentemente no País das



Maravilhas ou noutra galáxia. -----

Contudo, a intervenção foi global, embora apresentasse questões do concelho, e faz parte do segundo fôlego, que o próprio chama assim, do Governo do Sr. Vereador, que está agora a ver se consegue acabar os 2 anos de mandato, apesar de esperar sinceramente que não.-----

Acha bem que se discuta, o próprio também tem discutido coisas ao nível nacional, mas neste momento está-se mais a nível concelhio. Ver-se-á o que será esse Governo "recauchutado", apesar de que agora não vai perder tempo com esta discussão. -----

Continuou, dizendo que a taxa de desemprego contradiz a intervenção do Sr. Vereador, a Srª Presidente também falou no RSI e noutras questões, e o próprio acrescenta mais uma, que é o facto de muitos desempregados já não estarem inscritos no Instituto de Emprego, aliás, alguns nem acreditam no Instituto, e tem exemplos de familiares, que já não vão ao Instituto de Emprego, já não contam para as estatísticas.-----

Há formação, mas isso também não tem a ver só com o Governo do Sr. Vereador, tem a ver com os outros todos. -----

Gaba a esperança do Sr. Vereador, e acredita sinceramente, quanto à plataforma logística, que seria bom para o concelho. Os membros da CDU foram contra a plataforma logística, mas naquele local, pois não foram contra a plataforma. Gaba pois o otimismo do Sr. Vereador, que espera realmente que haja muitas empresas para a plataforma logística, mas neste momento não sabe se é um emprego que lá está, ou se é zero. -----

Não vai fazer agora a discussão sobre a questão que a CDU levantou, dos polos ou áreas industriais, mas a Srª Presidente disse que no PDM há terrenos urbanos que podem permitir essa construção industrial, só que o próprio continua a questionar por que é que o PDM não tem especificamente áreas implícitas para a indústria. Fica satisfeito, como a Srª Presidente disse, de existirem empresas interessadas em vir para o concelho, pois é importantíssimo, mas não será hoje também essa discussão, dos PDM e outras questões, pois está-se em fim de mandato, e será para a futura câmara municipal, para quem ganhar, não estando a dizer quem vai ganhar, o que não está em causa. -----



Admite a questão dos terrenos urbanos, mas questiona-se quanto à existência dos polos industriais ou áreas industriais, como incentivos, e não é o incentivo do Sr. Sousa Sintra, que foi o que foi, mas também há empresários e empresárias. Não quer dizer que seja dado tudo de graça, são incentivos que tragam empresas para o concelho.-----

Não está a dizer que a câmara municipal não tenha isso em mente ou não o tenha feito, mas é importante regressar, apesar de não ser aos parâmetros antigos do concelho, como é evidente, e é só essa a divergência dos membros da CDU. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, para falar do desemprego, dizendo que ainda esta semana, com turmas feitas nas escolas públicas, o Sr. Ministro disse que iria reduzir as turmas. A própria ficou muito satisfeita, pensou no segundo fôlego, e que o ministro iria reduzir o número de alunos por turma, bem como que os professores iriam ter mais condições de trabalho, mas não, é reduzir o número de turmas, o que significa que se vai passar de 30 para 35, ou então passá-los para as escolas privadas, pois pelos vistos lá é que estão os grandes professores e os grandes alunos. -----

Hoje, nesta reunião de câmara, na ordem do dia consta uma licença para pedir uma verba para pagar a 155 pessoas que vêm trabalhar para as escolas do concelho ao abrigo do contrato de emprego e inserção, e essas 155 pessoas vão ser pagas a 84,00€ por mês, mais subsídio de refeição, o que acontece por duas razões. A primeira é que serve muito bem também para escamotear os dados do desemprego, a estatística, e serve para colmatar as necessidades que a câmara municipal tem, de colocar pessoal não docente nas escolas para fornecer as refeições. -----

Este é também mais um menino que o Governo central "meteu" na mão dos municípios que aceitaram a descentralização de competências nas escolas do primeiro-ciclo, porque o pessoal não docente passa a ser da responsabilidade da câmara municipal. A câmara municipal não pode sequer colocar gente que possa ter este compromisso, de uma tarefa que é permanente, e que deve respeitar um contrato permanente. -----

Este é o país que temos, são empresas que fecham, são pessoas que ficam com o fundo de desemprego, como a Srª Presidente disse, que passam a ser empresárias,




e de tal forma é mau, e o Sr. Vereador Vítor Silva sabe muito melhor do que a própria, que a ADINE, que era a associação de dinamização empresarial do concelho, da qual o Sr. Vereador era presidente, encerrou, e portanto é a prova mais que provada que isto não está bom, e também não vai estar melhor, já que as pessoas sem emprego não têm dinheiro, e sem dinheiro não consomem. Assim, não há consumo, não há produção, e se não há produção não há emprego, é a tal “pescadinha de rabo na boca”, e um ciclo económico do qual não se vai sair com este tipo de políticas.-----

Gaba a esperança do Sr. Vereador, mas Lopes Graça tinha uma música, que era o “Despertar”, e também era a hora dos senhores olharem, despertarem, e perceberem que esse mundo não existe.-----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que a música de Lopes Graça é “Acordai”, ao que a Srª Vereadora respondeu que é igual. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, para precisar algumas coisas.-----

Quanto ao Sr. Vereador Aurélio Marques, o mesmo diz que não vai falar das questões, mas depois não se cala, e portanto está sempre com esse “número”.-----

Hoje já não há zonas industriais, naquilo que são as definições das áreas, essa designação já desapareceu. Hoje são áreas multiusos, outras em que cabem esse conjunto de atividades, pelo que no PDM, mesmo que fosse revisto pelos membros da CDU, não apareciam lá zonas industriais, já que é uma nomenclatura que já não está em vigor.-----

O Sr. Vereador não disse nada diferente do que a própria disse, estão de acordo, e querem é andar para a frente. -----

No que respeita à situação das 155 pessoas tarefeiras, no âmbito do serviço de refeições, as pessoas não ganham 84,00€, ganham mais o subsídio de desemprego. Quem ouve, e não esteja por dentro, até parece que as pessoas só ganham isso. A câmara municipal paga 84,00€, as pessoas têm subsídio de desemprego, subsídio de refeição e transporte, se for o caso. -----

Depois, o município de Vila Franca de Xira não assinou nenhuma assunção de competências nesta área, apesar de ser um governo socialista e um primeiro-ministro muito insistente, chamado José Sócrates, de quem tem muitas saudades.--

O Sr. Vereador João de Carvalho tomou a palavra, deixando um pouco a sucursal

da Assembleia da República, e falando das questões da câmara municipal. -----
Antes de mais, a Srª Presidente falou da UD4, e não quer deixar passar isso em claro, da transformação daquela área numa área para atividades económicas, e a quem estiver à frente deste município dá o seu maior apoio para a concretização dessa pretensão da parte da câmara municipal, da modificação, não do "estatuto", mas daquilo que era o objetivo de construção imobiliária, que é quase que impossível, mas da transformação daquele espaço, e por que não um grande parque de diversões a norte do concelho de Lisboa, o que seria provavelmente uma mais-valia. -----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, dizendo que foi "bombardeado", e que estão a pôr palavras que o próprio não disse. Antes de ser militante do PSD, é português, é um cidadão cívico, tem passado, e não pode estar a falar de uma situação da economia portuguesa, quando infelizmente já teve de encerrar 3 empresas por dificuldades. Encerrou-as para poder sair de cabeça erguida, pagar tudo a toda a gente e não dever nada, nem entrar na insolvência, e por isso não devem pôr palavras que não disse. -----

Quanto à ADINE, para antecipar a situação que quis evitar, considera que foi preferível encerrar e pagar tudo a toda a gente, não estando com compromissos que não se podiam depois cumprir. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que o Sr. Vereador tem a compreensão dos membros da CDU e, com certeza, mesmo sendo militante do PSD, também tem obviamente discordâncias com certas políticas que estão a ser tomadas, e isso compreendem. -----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
SITUAÇÃO DAS ETAR – DESASSOREAMENTO DOS CAIS DE VILA FRANCA DE XIRA E
ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se a duas questões muito rápidas, uma delas sobre as ETAR, sendo importante e justo salientar que o concelho de Vila Franca de Xira investiu, e muito bem, nas ETAR do concelho, mas relembra as situações dos cais de Vila Franca de Xira e de Alhandra, aquela zona dos cais 14, que tem a ver com os inertes. -----

Contudo, era fundamental e importantíssimo, para quem tem as ETAR, e a situação que se tem, o desassoreamento de toda aquela zona. Deixa este alerta e pedido à câmara municipal, e pretende saber qual a intenção sobre a questão do desassoreamento destes cais.-----

Interveio a Srª Presidente, perguntando à Engª Rosário Ferrão quando é que a engenheira da APL – Administração do Porto de Lisboa, vê aquilo e toma uma decisão, tendo-lhe sido respondido que será na próxima semana. -----

Referiu ainda que está todo um trabalho feito, de estudos, acerca das lamas ali existentes, e poderia já estar feito se não tivessem obrigado a câmara municipal a tudo o que se obrigou. Numa reunião que teve recentemente com a Srª Presidente da APL ficou aberta a possibilidade de não ser considerada uma intervenção profunda, já que em Vila Franca de Xira tinha-se feito há 2 anos, mas ser considerada uma manutenção, que é muito menos exigente em relação aos requisitos. -----

Já se fez a parte da câmara municipal toda, a engenheira da APL, com quem a Engª Rosário Ferrão tem vindo a contactar, durante a próxima semana vai-se pronunciar se é possível ser assim efetivamente, para se avançar com o procedimento da contratação da empresa, dos dois locais.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
AUMENTO DOS VALORES DAS FATURAS DA ÁGUA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que gostaria de colocar uma questão para a qual pensa que o executivo socialista está à vontade para responder, mas admite outra coisa, por não estar presente o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS. -----

Não dirá que tem queixas, mas sim algumas informações de munícipes relativas ao aumento das faturas da água, e admite que as pessoas têm andado distraídas, que só agora é que têm reparado nessa situação, mas gostaria de fazer algumas perguntas, nomeadamente quanto à fatura da água, em que consta o consumo de água e a taxa fixa para venda de água. Admite, é natural que haja razões óbvias para isto, e se não for possível responder ficará para a próxima reunião, quando estiver presente o Sr. Presidente, mas gostaria de saber, se há um consumo de água, debitado, por que é que há uma tarifa fixa de venda de água. -----

Quanto à conta dos esgotos, os RSU – Resíduos Sólidos Urbanos, consta uma taxa fixa de saneamento, depois há o saneamento, e gostaria de saber o porquê, não estando a dizer que esteja incorreto ou não. -----

Relativamente aos SMAS, também tem tido alguns contactos, concretamente quanto ao facto de que quando há ruturas de água a conta aumenta. Pode acontecer logo a seguir que se façam as leituras, mas a maioria das vezes não se fazem, e é por estimativa. Assim, são tomados em consideração os valores anteriores, que têm o gasto maior, por causa da situação de ruturas, e enquanto não há uma nova contagem, e é evidente que mais tarde isso será atualizado, os munícipes pagarão antecipadamente um valor mais alto do que o normal. -----

Pensam os membros da CDU que quando há ruturas as pessoas têm de pagar mais, mas depois a estimativa, e não sabe se ao nível dos SMAS isso será possível tecnicamente, é feita por valores que não são os corretos. -----

Interveio a Srª Presidente, solicitando ao Sr. Vereador que facilite a fatura que tem em seu poder, para explicação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que colocou na fatura algumas notas relativamente à explicação das diversas rubricas que aparecem e, basicamente, quer na água, quer no saneamento, há sempre duas



tarifas distintas. Uma, a chamada tarifa fixa de disponibilidade, que, grosso modo, quer no abastecimento de água, quer no saneamento, corresponde a um valor destinado a cobrir custos com a construção, manutenção das redes, rede de abastecimento de água e rede de saneamento. Depois, uma segunda parte, que já será uma tarifa variável, que diz respeito, quer ao consumo de água, na parte relativa à água, quer também uma percentagem relativa à utilização do sistema de saneamento por parte das pessoas. Efetivamente, se têm água, usam também o saneamento. -----

Para além disso há um outro conjunto de rubricas que já não diz respeito aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento propriamente ditos. Um respeito à câmara municipal, a parte dos resíduos sólidos, que corresponde à recolha de lixo e outros, e está definido um valor de 19% sobre o consumo, sendo essa a parte que se destina à câmara municipal para a recolha de resíduos sólidos. -----

Há uma outra, referente ao tratamento das águas residuais, e esse é um valor que vai para a Simtejo. A câmara municipal ou os SMAS não ficam com esse valor, estando a pessoa a pagar à Simtejo pelo trabalho de tratamento das suas águas residuais, e tem um valor definido, 0,49€ por cada metro cúbico de água consumida.-----

Por fim, existem as rubricas destinadas ao Estado, que é a parte do IVA, e todos estão mais ou menos familiarizados com ela, e uma outra, respeitante à taxa de recursos hídricos. Esta é uma taxa definida pelo Estado, através da Lei nº 58/2005, a chamada Lei da Água, e basicamente vem impor a cada cidadão que pague um valor que se destina à ERSAR, entidade reguladora das águas, pela utilização individual de um bem que é coletivo. A água é um bem de todos, mas a pessoa que a está a consumir está a consumir esse bem de todos em proveito absolutamente individual. -----

Existe um estudo feito, que está disponível na Internet, foi realizado pela Aquapor, sobre o qual já indicou o endereço eletrónico ao Sr. Vereador, e que faz esta explicação, de tudo o que vem na conta da água, ou seja, para o que é que vem, quem define, e para quem vai, sendo uma forma relativamente mais fácil de ter a explicação do documento, que é de facto um pouco complexo, e espera ter ajudado a esclarecer, considerando também que depois do estudo no site será



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 032

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

mais fácil. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que agradece as explicações do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, da fatura, que o mesmo lhe vai fazer chegar, e só não compreendeu, na parte dos resíduos sólidos urbanos, as questões que pertencem à câmara municipal, mas admite que estejam consideradas. Levantou duas questões, a tarifa fixa de saneamento, e o saneamento, mas deverá constar a explicação, só que não soube o que vai para a câmara municipal, se é na tarifa de saneamento, ou se é no saneamento. -----

Esclareceu o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira que é nos resíduos sólidos urbanos. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando uma questão que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira também levantou, e que lhe faz colocar uma questão. O Sr. Vereador falou, quanto à tarifa fixa de disponibilidade, que é para cobrir os custos de construção e manutenção, e coloca uma questão, mas se calhar pode estar errado. A manutenção ainda admite, mas os custos de construção já não foram pagos pelo construtor ou promotor imobiliário? -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, esclarecendo que as redes, quer de abastecimento de água, quer de saneamento, nunca estão concluídas, e é permanentemente necessário, não só fazer a sua manutenção, como inclusivamente alargá-las. -----

Só para o Sr. Vereador ter uma ideia, no município, nos SMAS, está-se sistematicamente a ter de construir novas infraestruturas, quer de abastecimento de água, quer de saneamento, e daí essa tarifa ser exatamente destinada ao crescimento e manutenção da rede, que é necessária. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DE QUIOSQUES NA PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de falar sobre um assunto de que ainda há 15 dias se falou, que tem a ver com o quiosque que está à entrada oeste da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria. Solicitaram à câmara municipal o envio do protocolo que existiria entre a mesma e este estabelecimento, porque, segundo a Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria, seria à câmara municipal que caberia a entrega desse protocolo. No entanto, passaram 15 dias, tanto quanto sabe ainda não chegou ao gabinete dos vereadores da CDU, e gostariam de perceber em que ponto de situação está neste momento aquele estabelecimento. -----

Já perceberam há 15 dias que o quiosque se encontra numa situação que não gostaria de chamar “ilegal”, mas se calhar muito pouco legalizada. Inclusivamente, na altura a Srª Vereadora Conceição Santos fez o favor de explicar que a câmara municipal já teria até solicitado à própria ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, que se deslocasse ao local. -----

Ainda, quanto a quiosques, na Póvoa de Santa Iria surgiu há poucos dias na comunicação social que existiria um problema com o quiosque junto ao silo automóvel, e que a pessoa em questão não estava na disponibilidade de sair do lugar para um novo, uma vez que este estabelecimento não tinha as condições exigidas pelo dono. Desta forma, gostariam de perceber se isso tem alguma razão de ser, e quais as razões apresentadas pelo dono para não fazer a transferência. ----

Interveio a Srª Presidente, referindo, quanto a este quiosque, que segundo a informação que foi dada hoje pelo Sr. Presidente da junta, o assunto está em vias de resolução, tem já uma luz verde, mas pretendem-se duas, a outra será dada durante a tarde. -----

A Srª Vereadora Conceição Santos interveio, mencionando, no que respeita ao quiosque Bem Haja II, que há três tipos de questões. A primeira diz respeito ao licenciamento do quiosque em si, do espaço para a instalação, da competência da junta de freguesia, e que foi de facto feito. A segunda respeita ao licenciamento da atividade em si, da competência da câmara municipal, e foi passada a licença, que não foi levantada, em finais de abril, com a validade de 6 meses. Cerca de um mês



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 034

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

ou mês e meio antes, se a licença não for levantada a entidade é notificada da intenção da câmara municipal de proceder ao arquivamento do processo, tendo a entidade um prazo para se pronunciar, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo. -----

A última questão, e pensa que é sobre ela que incide um conjunto de dúvidas, diz respeito à estrutura que foi construída. Aquilo que tem procurado, embora sendo a própria da área das atividades económicas, é perceber e conhecer a situação, e se foi pedida alguma licença ou não para que fosse feita aquela estrutura. Está neste momento a recolher elementos de vários departamentos, no sentido de poder responder de uma forma mais cabal às questões que a CDU também colocou por e-mail.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo não ter ficado nada esclarecida em relação a esta questão, e como hoje se tem o prazer de estar presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria, a quem a bancada da CDU, na assembleia de freguesia, fez chegar um requerimento a perguntar quem licenciou o quiosque, como foi licenciado, e o Sr. Presidente respondeu, à altura, que essa resposta também teria de ser dada pela câmara municipal, se calhar era bom perceber, afinal de contas, como é que aquele espaço está licenciado, e quem autoriza. -----

Para além disso, por aquilo que sabem a Junta de Freguesia da Póvoa de Santa isentou o quiosque da utilização de espaço público, porque a empresa iria fazer umas obras no espaço junto ao quiosque, e questiona se foram ou não feitas ou que valor foi ali gasto, porque convinha perceber. -----

Esta questão dos quiosques parece uma coisa que não tem muito sentido ser chamada à atenção, mas também cria má imagem do próprio município, e gostaria, de uma vez por todas, até porque há 15 dias ficou com a sensação que a câmara municipal não tinha passado a licença, mas afinal passou, que se percebesse a situação um pouco melhor. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo, quanto a este quiosque, o Bem Haja, que vai contar a sua versão dos factos, a ver se ajuda alguma coisa nesta clarificação, sem prejuízo daquilo que o Sr. Presidente da junta depois disser. -----

A câmara municipal tinha um projeto para aquela zona, de custos bastante





elevados, tinha-se feito a intervenção junto à porta do palácio, e depois faltava a zona à volta, e as pessoas da Bem Haja, que não conhecia, contactaram a junta de freguesia, no sentido de ser possível instalar um quiosque, que não é uma coisa má, desde que seja de qualidade.-----

Até pode haver quiosques muito giros, pois ainda há dias estive com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, num quiosque que vai ser instalado no Bom Sucesso, que já lá está, e é bem melhor do que aquele que lá estava anteriormente. -----

Continuou, mencionando que a empresa disse que faria ali um conjunto de obras, até 20 000,00€, na reabilitação do espaço envolvente, que era uma das obrigações, e entendeu a junta de freguesia, sendo a ocupação da via pública uma competência da junta de freguesia, e já tem passado muitas situações dessas, autorizar a instalação do quiosque, estando a câmara municipal de acordo, naquela perspetiva. -----

A empresa fez parte do trabalho, relativamente ao qual a câmara municipal tinha desenvolvido um projeto, e o que está a mais, sobre o qual já teve oportunidade de falar sobre isso, e existia uma diferença de opinião, mas já houve entendimento, é a história de uma esplanada fechada, que, ao que parece, é maior ainda do que o quiosque, adulterando completamente o resto. -----

Sobre isso o Sr. Presidente da junta vai tomar medidas. -----

Relativamente ao licenciamento, a empresa já estava licenciada para a atividade de fabrico do pão, bolos e outros, porque já tinha outras coisas licenciadas. Não estava era licenciada para aquele sítio ali, e foi isso que o serviço das atividades económicas fez. -----

Esclareceu a Srª Vereadora Conceição Santos que este serviço, no âmbito das competências que tem, verificou se a licença foi passada, porque só pode ser passada depois de se verificar um conjunto de pressupostos no âmbito higienossanitário, e não foi ainda levantada. -----

Quando surgiram as queixas, os serviços alertaram a ASAE para as mesmas, e procuraram saber, recentemente, junto da ASAE, se já tinha havido alguma intervenção, e a ASAE, por norma, não dá informação. Contudo, de facto o licenciamento da câmara municipal incide apenas sobre a atividade a desenvolver



Reunião de 2013/07/31

Deliberação nº

Esta é a sua versão dos factos, e por isso o Sr. Presidente da junta disse que iria abordar a questão da esplanada, que na realidade considerava como um todo, mas a câmara municipal não considera, e que iria informar muito rapidamente sobre aquilo que tinham sido as diligências junto da empresa.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ **037**

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ABERTURA DA CAFETARIA DO PALÁCIO DA QUINTA DA PIEDADE – PÓVOA DE SANTA
IRIA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntando quando é que a cafeteria do palácio da Quinta da Piedade abre, porque quando chegou à reunião pareceu-lhe ver a porta fechada, e já não vê lá fora o monobloco onde tem sido desenvolvido esse tipo de práticas comerciais.-----

Se não há já monobloco, e não há cafeteria, as pessoas que se deslocam ao palácio continuam sem esse serviço, que faz falta, nomeadamente a quem, como os utentes da Universidade Sénior, o utiliza. -----

Referiu de seguida que acabaram de a informar que o monobloco está aberto, e não tinha visto que estava lá fora o monobloco, de qualquer forma, gostaria de perceber quando é que a cafeteria abre. -----

Interveio a Srª Vereadora Conceição Santos, dizendo que o parecer da Direção-Geral do Património foi favorável, e o proprietário, Sr. Rui Cabral, diz que neste momento, e em princípio será esta semana, está a recolher orçamentos para realizar obras na cafeteria. -----

É este o ponto de situação da cafeteria, espera a câmara municipal que as obras se realizem o mais rapidamente possível, para que, pelo menos no início de setembro, na altura da abertura da Universidade Sénior, esteja a funcionar. -----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 038

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU souberam esta semana que, relativamente ao espaço do grupo recreativo e cultural da Vala do Carregado, que veio à reunião de câmara para ser revogada a cedência, uma vez que não existiria direção, a câmara municipal entregou o espaço à APS – Associação de Promoção Social, e acharam estranho, porque, uma vez que veio à reunião de câmara a revogação da utilização do espaço, seria também lógico que viesse à reunião de câmara a cedência. -----

Não são contra a cedência do espaço, acharam estranho que não tivesse vindo à reunião de câmara, e portanto gostariam de perceber se tem alguma razão de ser, ou se são apenas coisas que se dizem.-----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que o grupo recreativo e cultural não conseguiu encontrar direção, não se viu com condições, esteve-se ali uns 6 meses a aguardar que acontecesse alguma coisa, mas não aconteceu nada. Fizeram-se algumas abordagens, inclusivamente falou com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Castanheira do Ribatejo, no sentido de perceber, se se pusesse ali um espaço social, em termos de centro de convívio e de dia, se teria acolhimento. Abordou também o Sr. Presidente da APS, que não se comprometeu com nada, disse que precisava de estudar o assunto, fez uma visita ao local, onde esteve a Srª Vereadora e o presidente da anterior coletividade, e até ao momento não houve nenhuma decisão, sendo que a APS ainda não respondeu, porque disse que teria de abordar o assunto com a Segurança Social. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

h

Fl. Livro _____

Fl. Aça 039

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESCOLA DO BREJO – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que vai perguntar mais uma vez, pela terceira vez, e agora já espera encontrar resposta, sobre a situação da escola do Brejo, em Alverca do Ribatejo. Falou sobre isso há duas reuniões atrás, e não sabe se o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira já terá alguma notícia, porque todos os dias é indagado sobre isto. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, mencionando que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira vai dar conta daquilo que foi a posição da escola, assumida junto da Direção-Geral de Educação, de que a entidade deu conhecimento. -----

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira interveio, dizendo que a situação mais ou menos mantém-se igual relativamente há 15 dias. A decisão ainda está na secretaria de Estado para emissão da decisão final, que de facto compete à mesma, mas, tendencialmente, e a vontade da escola é essa, como aliás já disse há 15 dias, é o encerramento daquele estabelecimento. -----

Ainda não se tem a formalização, mas quando houver, e se for dado algum destino àquele equipamento, ele virá à câmara municipal. -----

Há interesse, nomeadamente por parte da AIPNE, em poder vir a utilizar o espaço, de qualquer das maneiras, para ser possível, a escola tem de ficar vaga, e para a escola ficar vaga, depois tem que lhe ser atribuído. Será algo que virá a reunião de câmara, e o que sugere, quando o Sr. Vereador for contactado, é que remeta quem o contactar para o próprio, e nessa altura terá a resposta quase no imediato, uma vez que, quer a Srª Presidente, quer o próprio, serão dos primeiros a conhecer a resposta por parte da secretaria de Estado. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, mencionando que com certeza que se o abordarem novamente dirá exatamente isso, até porque o Sr. Vereador focou a pretensão de uma entidade, de Alverca, que tem alguma necessidade de espaço, e faz um trabalho meritório. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata° 040

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CASA DE REPOUSO DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo-se a uma questão que não sabe muito bem se será para a Srª Vereadora Conceição Santos, se para o Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, para o Sr. Vice-Presidente.-----

Há 3 dias foi confrontado por um senhor que estará à frente de uma casa que ainda está para abrir, a Casa de Repouso de Nossa Senhora da Graça, na rua 9 de Agosto.-----

A pessoa pediu o licenciamento há um ano, já tem a fiscalização feita pelos bombeiros, e, ao mesmo tempo, tem o acordo da Segurança Social, e pensa o próprio que falta apenas a licença de utilização. Poderá eventualmente faltar alguma coisa que o próprio não sabe, porque entretanto pediu para lhe facultarem alguns dos elementos, mas também não lhe foi facultado.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que não há condições de avançar com o processo de legalização, ou seja, da emissão da autorização de licença de utilização, pelo facto de aquele equipamento estar numa AUGI, que é a da Senhora da Graça, cujo alvará ainda não existe.-----

Enquanto o alvará não existir, e ao contrário do que tem acontecido em múltiplas situações, as pessoas à volta desta matéria ainda não se entenderam, e isso não permite que o alvará seja emitido. Só após se poderá passar para a fase seguinte, a da legalização e emissão da licença de utilização, sem isso não é possível.-----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, mencionando que a pessoa abordou-a, mas ninguém lhe contou, como é evidente, que existe a outra parte. Diz-lhe só que está tudo tratado, e que da parte dela está tudo bem, mas já percebeu.-----




Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
SAÍDA DA AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que há uma situação que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de colocar, que tem a ver com a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho. Falaram consigo, na ACT, que está prevista a saída da ACT de Vila Franca de Xira, como aliás a bancada da CDU já tinha há pouco tempo referido, e o que lhe disseram foi que num dos pratos da balança está ficar em Vila Franca de Xira, e pagar uma renda, o que está fora de questão, ou ir para Loures, porque a câmara municipal oferece-lhe instalações gratuitas, tal como outras câmaras municipais o fizeram, como Castelo Branco e Tomar, uns dos exemplos que lhe deram, perfeitamente “ad hoc”.-----

Estão preocupados, porque se continuamente os serviços continuam a sair de Vila Franca de Xira, ou do concelho, o mesmo acaba, pouco e pouco, por ir morrendo.- Não sabe se a câmara municipal poderá ter alguma resposta a dar, que tem de ser muito simples, ou seja, é um edifício, pelo que se percebeu, ou pelo que entendeu, gratuito para a ACT, porque a entidade tem esse edifício em Loures.-----

A Câmara Municipal de Loures dá à ACT de Vila Franca de Xira esse edifício, e portanto consideram que já nem há margem de manobra, só tem que se dar o mesmo, ou então perde-se a ACT de Vila Franca de Xira.-----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que tem de se espantar, e a Srª Vereadora vai perceber porquê e concordar, convindo perceber que, tempos idos, a ACT ia ampliar os seus serviços no concelho, passando a ser uma delegação regional, e solicitou à câmara municipal que ajudasse a encontrar um espaço.-----

A câmara municipal, na altura, apontou aquele espaço, a ACT negociou com o dono, e todos se instalaram lá contentes.-----

Há meses foi abordada pela responsável da ACT, em Vila Franca de Xira, dizendo que a entidade estava com dificuldades na renda, porque tinham-lhe sido impostos alguns condicionamentos em termos de despesa e precisava de cumprir os objetivos, tendo a própria sugerido que pedisse uma redução de renda ao senhorio, o que hoje está a acontecer e a ser aceite na maior parte dos casos.-----

A responsável respondeu-lhe que era uma boa ideia, que ia tratar disso. Contudo,



os meses passaram e um dia a ACT solicitou uma reunião, com a responsável em Vila Franca de Xira e o diretor dos serviços centrais. Abordou-se o assunto, e até àquela data a entidade não tinha feito nenhuma iniciativa junto do senhorio, que foi feita depois da reunião que teve lugar no gabinete da própria. -----

Depois foi colocada a questão de saber se a câmara municipal tinha algum espaço, sendo que a ACT continua neste momento com dois espaços, o que é curioso, e não percebe por que é que não se organizou e não tinha espaço. Tem um espaço na Alves Redol, o anterior, e tem o espaço junto ao hospital antigo. -----

Falou-se de duas questões com a ACT. Uma, que iria pedir ao senhorio, que é um fundo imobiliário, para reduzir a renda, bem como que se iriam averiguar duas coisas, de maneira a que libertasse os dois espaços. Uma delas que, junto dos serviços da Justiça, porque há espaço disponível, visse da possibilidade de colocar o arquivo naquilo que é o arquivo da Justiça, e assim libertar-se daquela renda. Depois, uma vez que a Direção-Geral de Agricultura se foi embora, mas não foi, e tem muita área livre, que pudesse vir a ocupar ali uma ala. -----

A ACT faria os contactos, e a própria faria outros. Fez os seus contactos, colocou a questão, já no mês de julho, porque esta conversa foi no fim do mês passado, e está a aguardar que lhe seja dada uma resposta, mas aparentemente tudo se conjuga para que seja possível. -----

Pensa que se calhar os senhores da ACT não fizeram mais nada, foram falar com a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, e é curioso que não tenham falado de novo com a própria, se a situação se complicou. -----

Respondeu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que quem falou consigo não foi a representante da ACT, estava lá a tratar de outros assuntos, e houve funcionários da ACT que a abordaram. -----

Retomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que então a posição oficial dos serviços da ACT e da câmara municipal é a que falou. Reuniram, a ACT não tinha pedido nenhuma redução de renda, sugeriu duas hipóteses, que resolviam os dois problemas. A ACT gostou muito da hipótese da Agricultura, só que queria lugares de estacionamento de "borla", uma coisa que a câmara municipal não tem para dar, e sugeriu que ali à volta, ou atravessando para a zona industrial, junto ao parque da UDV, as pessoas poderiam estacionar, ou no parque da UDV,

A

J

negociando mensalidades, que era uma coisa barata. Tudo isso se falou, mas até ao momento a entidade não disse mais nada. -----

A própria falou efetivamente com a Direção-Geral da Agricultura, que lhe perguntou o número de pessoas, e respondeu, tendo a mesma direção transmitido que ia analisar, e que aparentemente pareceria possível. -----

Pode sempre fazer uma abordagem para perguntar como é que o assunto está a evoluir, mas a Srª Vereadora colocou o assunto de uma forma muito veemente. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus tomou a palavra, referindo que as pessoas que a contactaram lá, e não foi de propósito, estava lá por acaso, estão preocupadas, porque têm as suas vidas organizadas em Vila Franca de Xira, e o que consta dentro da ACT é que efetivamente a Câmara Municipal de Loures está a “puxar” a ACT de Vila Franca de Xira para lá, e já ofereceu edifício. As pessoas estão com dificuldades, pois têm as vidas organizadas em Vila Franca, Alverca, Alhandra ou onde moram, e terão que ir, num futuro, todos os dias para Loures, e a questão que lhe colocaram foi a possibilidade da câmara municipal ajudar, tendo a própria respondido que podia tentar. -----

Interveio novamente a Srª Presidente, mencionando que hoje teve contacto com um espaço, a propósito de uma outra cedência que há de vir a reunião de câmara, e que eventualmente poderia servir à ACT na perfeição, o espaço da antiga casa do povo, onde funcionaram depois serviços da Segurança Social, nas traseiras do hospital de Vila Franca de Xira. A Segurança Social saiu de lá, e não entregou a chave à câmara municipal, e hoje, tendo ido ao local, deu conta disso. -----

Contudo, crê que não pode a situação ser de inércia da parte dos interessados, ao que a Sr. Vereadora respondeu que a câmara municipal também é interessada. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, dizendo que a câmara municipal se disponibilizou, abriu duas portas possíveis, e tanto quanto saiba não sabe se a entidade fez alguma coisa, e esta é uma das razões. Contudo, vai contactar as pessoas que a contactaram para saber o que já fizeram, e é com isso que se compromete. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, mencionando que é óbvio para os munícipes, e não só, porque esta delegação da ACT envolve o concelho de Loures, compreende um conjunto de municípios, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Loures, Alenquer e, eventualmente, o Sobral, que possa passar para Loures, mas há uma



Deliberação nº





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ENCERRAMENTO DO CENTRO COMERCIAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que soube ontem que o centro comercial de Vila Franca de Xira vai encerrar no dia 31 de outubro, sendo que a informação foi-lhe dada informalmente, não sabendo se será assim, e se terão sido os condóminos a decidir esta situação.-----

Como já várias vezes os membros da Coligação Novo Rumo disseram, o centro comercial está no centro da cidade, e a câmara municipal tem a obrigação de pensar rapidamente numa solução para aquela situação, porque a partir de 31 de outubro, se encerrar, não sabe o que será. Os edifícios que não são utilizados, pouco a pouco, como se sabe, e como a Srª Presidente sabe, começam a degradar-se, e este está no centro da cidade, obrigando à passagem por lá de todas as pessoas que atravessam a cidade.-----

A Srª Presidente interveio, referindo que a ASAE foi informada, e pedida a sua intervenção em relação a questões de insalubridade no centro comercial, mas respondeu por escrito que não é da sua área de competência. Assim, espera-se que a Delegada de Saúde venha a intervir.-----

Quanto à outra situação, no seguimento da análise que se fez, foi colocado o problema à administração, que disse que ia rever as contas, rever o quadro, porque já havia muita gente que não pagava condomínios e não havia condições para suprir as despesas que eram obrigatórias fazer. Disse ainda que informaria a câmara municipal até ao mês de agosto sobre a posição face à proposta da autarquia, de rever as condições propostas anteriormente, bem como se tinha condições para avançar com o que estava definido, e eventualmente agora, num contexto diferente, que era todo o edifício, passando as lojas para o exterior, o que também era bom para a dinamização da rua. Isso é o que tem vindo a acontecer com as lojas que têm saído, e a rua e as lojas ganham.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PARAGENS DE AUTOCARRO NA AV. DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA –
VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se às paragens de autocarro na avenida dos Combatentes da Grande Guerra, em Vila Franca de Xira. - Os membros da Coligação Novo Rumo não sabem se é definitivo ou não, se tem a ver com as obras de requalificação da rua Alves Redol, mas o certo é que efetivamente têm dado conta que, essencialmente nesta época de grande calor que se tem feito sentir, as pessoas nem sequer conseguem estar à espera do autocarro na zona do autocarro, e têm de ir para outras ruas procurar sombras. Contaram-lhe ontem que estava uma senhora a ver se o autocarro vinha enquanto havia outras que estavam perto do Instituto de Emprego, à sombra, e pensa que não é normal que as condições sejam assim. -----

Desta forma, não sabe se a câmara municipal pode ter uma palavra, relativamente a interferir junto da Boa Viagem, porque mesmo que seja uma situação provisória, há abrigos que se colocam provisoriamente. Efetivamente agora notaram isto com o sol, mas também pensam na época das chuvas. Nesta altura preocupam-se com estes calores que se têm sentido, e de facto ontem deram conta desta situação. --- Assim, perguntam se é provisória ou definitiva, e se for provisória, quanto tempo mais ou menos a câmara municipal tem previsão para que a situação se regularize. O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que se está a desenvolver a última fase da requalificação da rua Alves Redol, e esta paragem na rua dos Combatentes irá manter-se até final de agosto. Depois disso a paragem passará para a rua Joaquim Pedro Monteiro e rua do Curado, até 20 de setembro. -----

Posteriormente volta tudo ao que era habitual. -----
De qualquer modo a Srª Vereadora chamou à atenção para uma situação de desconforto dos passageiros, e vai-se tentar verificar. A câmara municipal não terá, mas tentar-se-á ver, junto do operador, se conseguirá encontrar uma solução. Agora há muito sol, depois poderá haver chuva, de qualquer modo vai-se tentar verificar se há alguma condição de melhorar a situação atual. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 047

Reunião de 2013/07/31

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Fl. Atā 048

Reunião de 2013/07/31

Proc^o

Deliberação nº **814**

Assunto: ATA Nº 15/2013 DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2013/07/03-----

Presente para aprovação a ata da reunião de câmara de 2013/07/03, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata da reunião de câmara de 2013/07/03.

Assunto: CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO - FÓRUM CULTURAL DA CHASA - GOVERNADORIA ROTÁRIA DO DISTRITO 1960 E À JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO-----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/07/26, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da cedência gratuita, em regime de comodato, dos espaços administrativos do edifício do Fórum Cultural da Chasa à Governadoria Rotária do Distrito 1960 e ao Rotary Club de Vila Franca de Xira, destinados ao desenvolvimento da sua atividade, sendo o espaço do auditório confiado à gestão da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, de modo a potenciar a utilização por parte da comunidade através das diversas organizações.-----

Interveio a Srª Presidente dizendo que foi distribuído um documento, pois foi feita uma correção, uma vez que aquilo que tinha sido distribuído era já um contrato de comodato, e não é isso que habitualmente é presente, mas sim um protocolo. Deste modo, foi distribuída a minuta do protocolo, que é igual à que por norma se elabora, e foi também distribuída uma nota, dando conta da importância do Rotary para a sociedade, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais. -----

Saudou os responsáveis do Rotary presentes, dizendo serem muito bem-vindos, e que o seu trabalho é efetivamente um trabalho de grande mérito. -----

Informou ainda que há vários membros impedidos de votar este ponto, concretamente o Sr. Vereador Vítor Silva, o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira e a própria, embora tenha a inscrição suspensa, por razões de ligação com uma das pessoas. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU têm vindo a aprovar nas reuniões de câmara cedências de espaços em regime de comodato para as várias instituições do concelho, e já solicitaram em momentos anteriores que juntamente com as propostas de cedência pudessem ter acesso a algumas informações, nomeadamente da atividade das associações, pois há associações que conhecem melhor e outras que por vários motivos não conhecem. Também gostariam de ter acesso às cartas de solicitação dos espaços, para perceberem se são procedimentos que já duram há muito tempo, porque às vezes ouvem as instituições queixarem-se que já há 1 ano, ou há 2 ou 3 anos, que pedem

Handwritten signature

espaços e que existem outras que pedem há menos tempo, enfim, as conversas de que a Srª Presidente há pouco apelidou “de esquina”, mas que às vezes batem certo e têm algum fundamento. Para se precaverem dessas situações, já pediram noutras ocasiões estas informações e hoje voltam a pedir. -----

Disse ainda que o ponto tem dois pressupostos, um “a”, e certamente um “b”, que alguém se esqueceu de colocar. No documento propõe-se que o executivo municipal delibere ceder os espaços administrativos a esta entidade, e depois que o espaço do auditório seja confiado à gestão da junta de freguesia. É um preciosismo, mas são dois pressupostos diferentes, que deveriam estar assinalados. -----

Terminou, dizendo que os membros da CDU tiveram acesso à informação sobre esta associação durante o decorrer da reunião de câmara, pelo que não tiveram ainda muita capacidade de leitura, agradecendo se a Srª Presidente pudesse informar um pouco mais sobre a sua atividade.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o assunto já se arrasta há bastante tempo, reparava aliás no e-mail que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia enviou à câmara municipal, em que reportava um ofício de janeiro, o qual já dizia da sua concordância e dizia também que pretendia assumir a parte do auditório, de maneira a poder ser utilizado pelo movimento associativo, ou outras entidades, e que garantiria a limpeza dos espaços comuns, enquanto que a Governadoria do Rotary assumiria as responsabilidades referentes aos espaços que usasse, que seriam os espaços administrativos.-----

Efetivamente são dois pontos, mas crê que não necessitaria de duas votações, seria uma votação única, tratando-se de um protocolo de comodato com o Rotary e um protocolo com a junta de freguesia em relação ao espaço do auditório, com o pressuposto do serviço às instituições. -----

Em relação à questão do Rotary, se todos estivessem de acordo, melhor do que a própria, o Sr. Governador poderia informar. -----

Tomou a palavra o Sr. Governador, da Governadoria do Distrito 1960 do Rotary International em Portugal, Dr. António Silva Mendes, dizendo que em rotary nada é remunerado, todas as atividades são de voluntariado, sendo o próprio a pessoa indicada para nos anos 2014/2015 ser o responsável nº 1, logo o governador, pelo



serviço que a governadoria presta à sociedade em termos de rotary.-----
Está em rotary há mais de 20 anos, por uma razão simples, porque de facto, no mundo, que cada vez é mais egoísta, mais frio, esta é uma organização em que as pessoas pensam na solidariedade, pensam em “dar de si antes de pensar em si”, sendo este o lema. -----

Numa organização que tem mais de 100 anos e que ao longo deste tempo realmente tem prestado serviços humanitários que são sobejamente conhecidos, desde a atribuição de bolsas de estudo a estudantes carenciados, até, por exemplo, às aldeias em África, que conhece razoavelmente bem, onde nunca viveu em permanência, mas tem feito imensas viagens por lá, em serviço. -----

Quando carregamos num botão e sai água potável, não nos passa pela cabeça que há centenas de milhares de pessoas como nós que para terem água minimamente potável têm que percorrer dezenas de quilómetros até encontrarem um poço onde isso seja possível fazer. A associação tem aberto poços em milhentos povoados e aldeias, tornando mais fácil a vida àquelas pessoas. -----

Muitas vezes os voluntários cortam 1 ou 2 semanas das suas férias para voluntária e gratuitamente irem prestar apoio na vacinação de crianças contra a poliomielite.-
Interveio a Srª Presidente, dizendo ao Sr. Governador que gostaria que frisasse a iniciativa que está prevista a nível nacional, que abrange também o concelho de Vila Franca de Xira, que tem a ver com a questão da vacinação. -----

Prosseguiu o Sr. Governador, referindo que a nível nacional pode referir, por exemplo, porque toda a gente conhece, pois é uma figura pública ao nível internacional, o “grande” Professor Fernando Pádua, que foi bolseiro do Rotary. Se em determinada altura da sua vida não houvesse uma organização como o Rotary, que lhe pagou uma parte da formação, do seu doutoramento, se calhar hoje não tínhamos o cardiologista que temos.-----

Poderia falar de outro caso, na Universidade Nova de Lisboa, e está a falar à vontade, porque é professor universitário, mas não nessa universidade, onde existe um casal que hoje é reconhecido ao nível mundial, talvez como os maiores especialistas do mundo na área da nova informática, chamada informática transparente, o Prof. Rodrigo Martins, e a esposa, Profª Eduarda Fortunato, que hoje são o que são porque um dia o Rotary lhes pagou o doutoramento com uma



bolsa de estudo. -----

Poderia citar outros casos de jovens, e neste momento está a tentar resolver o caso de uma jovem luso-cabo-verdiana, que veio para Portugal para fazer o seu curso superior, para poder voltar à sua terra, que é Cabo Verde, e ajudar a mãe, porque não tem pai, a criar os dois irmãos mais novos. Veio para casa de um avô, cabo-verdiano, que vivia em Portugal há muito tempo e que morreu, ela estava empregada e a empresa fechou, e chegou ao pé de si e disse-lhe "Professor, não tenho uma única pessoa em Portugal, estou a escassos meses de acabar a minha licenciatura, que era o meu sonho, com este objetivo, e aconteceu-me isto". O próprio apresentou-a no Rotary Club de Almada, conseguiram arranjar-lhe dormida e comida até agora, porque ela nem comida tinha, e com grande alegria sua, terminou brilhantemente a sua licenciatura na semana passada. Agora o próprio está com um problema entre mãos, por estranho que pareça, que é arranjar dinheiro para ela pagar o diploma, o certificado e pagar o bilhete de avião para regressar a casa, porque infelizmente a embaixada do seu país recusou-lhe apoio. Rotary é isto. -----

O rotary foi criado por 5 pessoas, hoje são 2 milhões em todo o mundo, e estão em 200 países. -----

Ainda há escassas semanas, organizaram a maior convenção que alguma vez se realizou em Portugal, e que dificilmente se voltará a realizar, nos terrenos da Expo. Foi um encontro de mais de 27 000 rotários, de 190 países, durante uma semana, o que representou uma entrada nos cofres do país de 120 milhões de euros, e vergonhosamente, do Governo, esteve presente apenas um Ministro, ligado ao ensino, mas que percebeu muito bem o que se estava a fazer. -----

O Rotary participa na luta contra a fome, a diabetes e a poliomielite, sendo que o seu sonho é dentro de muito pouco tempo conseguir a erradicação da poliomielite em todo o mundo, como já se conseguiu a da varíola. Ainda não se acabou com a poliomielite em todo o mundo mas, neste momento, na Europa não há um único caso, tal como na América e em quase todos os países asiáticos, havendo ainda no Afeganistão, no Paquistão e numa pequena zona do Darfur. Por exemplo, na Índia acabou o ano passado, em fevereiro. Ainda existe nestes países porque, infelizmente, alguns dos seus companheiros e companheiras rotários, que vão



fazer a vacinação em países onde não têm ninguém de família, arriscam a sua vida, e acontecem situações, desde dizerem que aquelas vacinas, que os bebés até adoram, são três gotinhas de um líquido que é doce, dizerem que vão lá esterilizar aquela população, até outras coisas, como que são espiões. Este processo já teve consequências dramáticas, por exemplo, este ano 5 jovens foram mortos quando estavam a fazer uma campanha de vacinação, mas os rotários continuam, porque acreditam que realmente é possível criar uma sociedade mais humana, mais justa e mais fraterna se houver pessoas com esta disponibilidade. É esta a missão do Rotary. -----

Interveio a Srª Presidente agradecendo a explicação, que considerou ser bastante. - A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso agradeceu a explicação, referindo que, de facto, os membros da CDU conheciam alguma coisa, mas muito pouca, tendo sido importante a presença do Sr. Governador para os elucidar um pouco mais sobre a atividade da associação, e esperam sinceramente que esta cedência do espaço possa trazer melhorias e ajudas a nível social e educativo também no concelho de Vila Franca de Xira, porque infelizmente elas são necessárias. -----

Interveio a Srª Presidente dizendo que é do conhecimento geral que ainda muito recentemente o Rotary Club de Vila Franca de Xira distribuiu várias toneladas de arroz, e que tem outras iniciativas previstas nesse contexto. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que, de facto, disse à Srª Presidente que já não é rotária, também foi durante cerca de 20 anos, começou pelo Rotaract, que eram os mais jovens, depois fez uns aniversários e teve que sair do Rotaract e integrar o Rotary, e é com muito orgulho que foi a primeira mulher rotária a integrar o Rotary Club de Vila Franca de Xira, apadrinhada pelo Sr. Vereador Vítor Silva, companheiro rotário na altura. Foi com muita mágoa que efetivamente deixou de ser rotária, mas infelizmente por vezes não se consegue fazer tudo e têm que se tomar opções na vida, no entanto deixou de ser no papel, e disse-o lá, mas continuará sempre a sê-lo no coração. -----

Pensa que as pessoas muitas vezes não conhecem a atividade dos rotários porque efetivamente, quando o Sr. Governador disse que “dão de si antes de pensar em si”, é um facto, não se publicita a atividade dos rotários, porque se dá sem querer nada em troca. -----



Os rotários em Vila Franca de Xira apoiaram, durante vários anos, várias famílias carenciadas, e as pessoas não têm essa noção, com vários alimentos, colchões, camas e outros bens de primeira necessidade, que as pessoas pediam e que efetivamente os rotários participavam, incluindo cadeiras de rodas para deficientes que não tinham dinheiro para as adquirir. Por isso é que é com muito bons olhos que os membros da Coligação Novo Rumo veem este contrato de comodato. -----

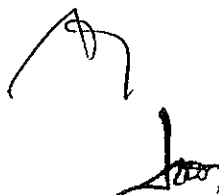
Pensa que é uma lufada de ar fresco no Rotary Club de Vila Franca de Xira, porque uma organização como esta, não tendo sede, teve os últimos anos conturbados, o que essencialmente também teve a ver com esse motivo, porque o facto de haver um local onde as pessoas se possam reunir, onde saibam que podem ir, marca toda a diferença. -----

A Coligação Novo Rumo tem que se congratular com a presença deste ponto hoje para aprovação, e numa época de crise, como há pouco se falava, pensa que é um empurrão de otimismo a esta organização, e de facto tem que se ser otimista e não se estar sempre a pensar que vai correr tudo mal. -----

Se o Rotary Club de Vila Franca de Xira não tivesse sido otimista, tinha acabado, e vê-se que fez bem em ser reativado, ou reanimado, como se quiser dizer, e que de facto está a andar para a frente, sendo uma palavra que os membros da Coligação Novo Rumo deixam, de congratulação. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo ser de Vila Franca de Xira e lembrar-se de haver a sede do Rotary, a última das quais na Rua Noel Perdigão, e quando saía da garagem tinha a sede em frente, tendo pensado se se teria mudado, ou se teria mesmo fechado portas em Vila Franca de Xira. -----

Disse ter sido muito interessante ouvir a explicação do Sr. Governador, e em nome da bancada da CDU deseja que os rotários façam muito uso das futuras novas instalações, que possam acontecer coisas necessárias um pouco por todo o mundo, e neste caso concreto em Vila Franca de Xira, e com isso, revitaliza-se também um espaço que precisa de ser revitalizado. É também com alguma felicidade que veem aquele espaço começar a ter uso, e aquilo que desejam é que seja realmente um bom uso, e que o Rotary faça da câmara municipal, esteja quem estiver na presidência, um parceiro constante, porque pensam que das forças unidas e das



sinergias é que se poderão criar coisas melhores.-----

Interveio a Srª Presidente, informando o Sr. Governador que acabou de ser aprovada por unanimidade a proposta de cedência em regime de comodato, e que dará conta rapidamente do momento da assinatura do contrato, bem assim como da entrega das chaves, e do acordo com a junta de freguesia. -----

Terminou, agradecendo a presença do Sr. Governador e do Dr. Henrique Levezinho.-----

Interveio o Sr. Governador, expressando o seu agradecimento sincero, em nome do Rotary, e dizendo também que em Portugal há 2 aspetos fundamentais em relação a esta organização, a Governadoria e a Fundação Rotária Portuguesa, que têm feito imenso bem, com bolsas de estudo, cadeiras de rodas e tudo o que foi dito. --- É a maior associação do mundo de trabalhadores, de profissionais, e a única que tem acento nas Nações Unidas, fazendo parte do seu estatuto que é rigorosamente proibido em Rotary discutir ou seleccionar pessoas pela sua ideologia política, pela sua religião ou pela cor da sua pele, e foi isto que fez com que 5 indivíduos fossem a semente daquilo que é hoje o Rotary ao nível mundial.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que, como disse o Sr. Vereador Rui Pereira, o importante é que efetivamente o Rotary seja um parceiro ativo para o município de Vila Franca de Xira, não tem dúvida que certamente encontrarão muitas formas de colaborar. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente, não tendo participado na votação a Srª Presidente, o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira e o Sr. Vereador Vítor Silva. -----



Assunto: CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO – ASSOCIAÇÃO DE SPINA BÍFIDA E HIDROCEFALIA DE PORTUGAL – DELEGAÇÃO DO RIBATEJO E VALE DO TEJO-----

Presente minuta do protocolo a celebrar com a Associação de Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal – Delegação do Ribatejo e Vale do Tejo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente à cedência gratuita, em regime de comodato, da instalação correspondente a uma loja, sita na rua dos Bombeiros Voluntários, nº 3 A, na freguesia da Castanheira do Ribatejo, destinada ao desenvolvimento da sua atividade. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -

Assunto: AUTORIZAÇÃO À UNIÃO ATLÉTICO POVOENSE PARA CEDER A ENTIDADE TERCEIRA PARTE DO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA UNIDADE COMERCIAL -----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/07/26, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para autorizar a UAP – União Atlético Povoense, a ceder, em direito de superfície, a terceiros, 4.657,50m² dos 38.490m² da parcela de terreno que lhe foi cedida, nas mesmas condições da cedência efetuada pela câmara municipal, destinando-se o terreno à construção de uma unidade comercial até 2.750m² de área de construção, com uma ou mais frações, em conformidade com o disposto nas normas legais e regulamentares aplicáveis, e posterior remessa à assembleia municipal, para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que se trata de uma autorização à União Atlético Povoense que não tem nada de diferente da atitude que o município de Vila Franca de Xira já tem tido em relação a outras entidades do movimento associativo, ou seja, destina-se a ajudar a resolver dificuldades. -----

Já há muito tempo que se vinha a equacionar esta hipótese de que um espaço pudesse vir a ser reorganizado para instalação de uma unidade comercial, que também irá servir a população da Póvoa de Santa Iria, resultando daí, para além de benfeitorias, também benefício diretos, que vão permitir ao clube livrar-se das dívidas que tem, e finalmente respirar. É esta a proposta que é presente, tratando todos de forma igual. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que o primeiro pedido dos membros da CDU é que o ponto seja retirado, para discussão na próxima reunião de câmara, pois consideram que há uma deficiência de dados, precisam de mais informação detalhada e dos contornos do negócio. -----

Como se sabe, estão sempre disponíveis para ajudar nestas situações, ainda recentemente ajudaram na resolução de um problema a norte do concelho, e neste caso também querem ajudar. -----

Existem algumas questões que gostariam de conhecer, como, por exemplo, por quantos anos, quem constrói e qual é o arrendamento. Não vão pôr em causa nada, nem ninguém, mas há alguns exemplos, e questionam se não se estarão

A

neste momento a ajudar "A" ou "B" e a arranjar problemas no futuro. Acham que seria importante conhecerem os dados que referiu. -----

A boa vontade de todos é ajudar a UAP, como a Srª Presidente disse, mas não se poderá, no futuro, arranjar alguns problemas? Não estando a pôr nenhuma questão em fazê-lo, ou qualquer pré-requisito. -----

Interveio a Srª Presidente perguntando se serão problemas para a câmara municipal. -----

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que serão para a câmara municipal e até para a situação do próprio clube. -----

Os membros da CDU gostariam de ter mais informação sobre estas situações. Quantos anos é a cedência do direito de superfície, quem constrói, se é o clube, e como é o arrendamento, gostariam de saber os contornos do negócio, não quer dizer ao cêntimo e ao pormenor, mas seria importante. -----

Perguntou ainda se com esta situação não terá que existir uma alteração ao Plano Diretor Municipal, uma vez que aquela zona é para equipamentos, embora também se trate de um equipamento, é uma construção, mas não tem nada a ver com aquela classificação. -----

Referiu ainda que, se calhar por deficiência sua, a planta dá a ideia que a construção vai cortar um campo de apoio, que agora é utilizado por um clube, ou por escolas. -----

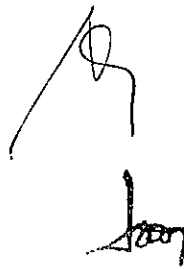
Terminou, reafirmando que os membros da CDU gostariam de conhecer estes aspetos, por isso pediam, para haver mais dados, a discussão do assunto na próxima reunião de câmara. -----

Interveio a Srª Presidente, informando que esta proposta terá a seguir um contrato, sem o qual não vale de nada esta cedência. -----

Esta autorização dada à UAP serve para que esta possa celebrar um contrato com a empresa, que é a SONAE, a qual não celebra com a UAP nenhum contrato sem que a câmara municipal dê autorização. -----

Pode-se, sem problema nenhum, solicitar à UAP que forneça uma cópia do contrato que irá celebrar com a SONAE, mas ficando sempre claro que a câmara municipal é alheia ao conteúdo desse contrato, nem pode intervir. -----

Quanto à entidade que constrói, a UAP nunca poderia construir, porque não tem



dinheiro, como vulgarmente se diz, “para mandar cantar um cego”, o que tem é problemas, pelo que teve que encontrar uma entidade, com quem vai celebrar um acordo para construir o espaço, e por sua vez alugá-lo durante “x” anos, que não de estar no pressuposto do contrato com a SONAE. Salvo erro, são 20 ou 25 anos, mediante uma renda, que num período é uma parte para quem investiu e uma parte para a UAP, sendo que a UAP recebe à cabeça uma verba para liquidar as suas dívidas e a partir de um determinado ano recebe mais daquele investimento, julga que 50%.-----

Referiu que tinha solicitado a presença de um representante da UAP, que não está presente, sendo que, vindo o assunto à próxima reunião de câmara há um atraso de um mês, pelo que solicitava que o ponto fosse aprovado, condicionado à apresentação de outros documentos, porque este assunto tem um conjunto de passos a dar que não acontecem de súbito.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que, quando há pouco o seu camarada falou na questão da construção e que se poderia colocar a UAP numa situação complicada, foi porque a carta a que os membros da CDU têm acesso diz que a UAP vai construir e futuramente arrendar um espaço como este. Imagine-se que isso pode até não se concretizar e em vez de se resolverem os problemas do clube, ainda se complicam mais.-----

Por outro lado, quando se diz que, embora o direito de superfície que é cedido pela câmara municipal, tenha sido cedido para a construção do complexo desportivo, pode eventualmente também estar diretamente relacionado com os fins estatutários da UAP a construção de uma unidade comercial, porque é uma forma de permitir a sustentabilidade financeira das suas atividades. No entanto, quando a câmara municipal cedeu um terreno à UAP, fê-lo para que esta construísse um complexo desportivo, não o cedeu para que possa dali fazer a construção e o arrendamento de um espaço comercial.-----

Deu o exemplo da freguesia de Vialonga, onde vive, em que os bombeiros têm um terreno cedido em direito de superfície para a construção do seu quartel, como não o conseguem fazer, porque infelizmente não têm capacidade financeira para o construir, e porque têm algumas dívidas, vêm à câmara municipal e pedem para que no terreno que lhes foi cedido com uma finalidade, que era construir um



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 060

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

equipamento, possam construir uma urbanização.-----

Pergunta se a câmara municipal tem de fazer isto, pois não sabe se será a forma mais correta de ajudar a associação. -----

Interveio a Srª Presidente, informando que a UAP construiu o complexo desportivo, e por isso é que tem estes problemas. É uma realidade. A câmara municipal já autorizou outra situação, em determinado momento, e para um fim concreto, uma bomba de gasolina, como hoje é presente também uma questão que tem a ver com o Grupo Desportivo de Vialonga e uma bomba de gasolina. Esta situação de autorizações para "subcedência" de terrenos, também não é uma situação virgem, julga que já vieram a reunião de câmara situações idênticas de autorizações de cedência de terrenos a terceiros, por exemplo quando foi a bomba de gasolina do Futebol Club de Alverca, e outros casos. O fim é todo o mesmo, é conseguir, do ponto de vista financeiro, alguma folga, mas isso não se sobrepõe àquilo que é o objeto principal do clube, de maneira nenhuma.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques dizendo que a Srª Presidente já concordou que realmente o teor do contrato, ou o fornecimento de mais informação, era pertinente, sendo apenas esta questão que os membros da CDU colocam. Se for necessário decidir em menos de um mês, sabe que é difícil, mas pode-se reunir rapidamente a câmara municipal, e embora não tenha falado com os seus colegas de bancada, até abdicam da senha de presença e vêm à reunião de câmara decidir esta situação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que é preciso ter a consciência que o movimento associativo do futuro vai ter que encontrar soluções de autossustentabilidade, com receitas próprias, porque as dificuldades são muitas, mas lembrou que o município de Vila Franca de Xira é dos poucos que ainda apoia o movimento associativo da forma como apoia. Se assim não fosse, muitos dos clubes, coletividades e entidades ligadas ao desporto, à cultura e ao recreio já tinham fechado.-----

É verdade que a câmara municipal tem de ter alguma ousadia, no sentido de encontrar outras soluções que permitam, neste caso à UAP, no passado a outros e no futuro a outros, condições para que encontrem alternativas para as dificuldades financeiras que têm.-----



Nesta caso, não se está a falar de uma situação clássica e normal, é uma situação excecional, e a excecionalidade é entre ter um clube como a UAP a desenvolver a meritória atividade que tem em prol do desporto, principalmente na área da formação, ou não estar disponível para encontrar soluções e apoiar o clube para que de facto consiga, não só desenvolver as atividades que tem, mas também as reforçar, tendo em vista que a cidade da Póvoa de Santa Iria é uma das cidades, em termos de natalidade, com mais juventude a nível nacional. Por isso, é imprescindível que este clube mantenha condições para desenvolver a sua atividade. -----

Referiu que a CDU faz depender a aprovação desta proposta a um contrato que eventualmente ainda não existe, que ainda nem sequer foi negociado, ou se foi, terá sido em linhas gerais. A câmara municipal não o conhece, nem tem que conhecer, na medida em que estas situações são questões de gestão dos clubes, que só a eles dizem respeito, e o que se está a fazer é a criar as condições para que o clube vá numa determinada direção, para resolver os problemas das dívidas que tem, não sendo mais que isso. -----

Julga que é de acolher o que a Srª Presidente disse, fazendo-se a aprovação de princípio, na medida em que o negócio tem momentos que se não forem aproveitados termina. A SONAE hoje está disponível, não sabe se amanhã estará, e o receio que tem é que efetivamente o clube, com este atraso, possa pôr em causa uma negociação que está em desenvolvimento e que precisa deste sinal da parte da câmara municipal, para consolidar essa mesma negociação. Por isso, parece-lhe que não tem sentido estar a pedir uma coisa que eventualmente ainda não existe, o que tem sentido é criarem-se as condições para que o clube encontre esse caminho. Posteriormente, como a Srª Presidente já referiu, e se o clube estiver disponível, porque também não se pode obrigá-lo a enviar documentos que são internos, estes serão distribuídos. -----

Concluiu, dizendo que, de facto, o paradigma futuro do movimento associativo vai ter que encontrar outras soluções, como a que está neste momento em discussão. -
Interveio a Srª Presidente, dizendo não ter dúvida nenhuma que o clube estará disponível para fornecer todos os documentos, até porque tem sido a câmara municipal que tem ajudado a que esta situação se concretize, e nesse sentido não



vê nenhum problema.-----

Aquilo que tem sido transmitido pelos representantes da SONAE é que efetivamente só avançam para o acordo no momento em que a UAP tenha autorização da câmara municipal para avançar com a sua celebração.-----

O que se compromete é trazer o assunto à próxima reunião, e o que se poderá fazer é fornecer à UAP a ata da reunião de hoje, relativa a este ponto, não se celebrar a escritura da mudança e pedirem-se os documentos, que virão à próxima reunião, e entretanto a coletividade pode desenvolver o processo, porque é um compromisso.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que a Srª Presidente fez um resumo que considera pertinente.-----

Acrescentou que se não conhecesse o Sr. Vice-Presidente, pensaria que este, com a sua intervenção, já estava a criar um impacto que a CDU era obstáculo e queria o encerramento da UAP. O Sr. Vice-Presidente sabe, e o próprio já disse antes que os membros da CDU estão disponíveis. Já foi resolvido um problema grave, do qual julga que não interessa estar a falar, tendo a CDU colaborado nessa situação, e está disponível para colaborar.-----

A Srª Presidente já resumiu a questão, o próprio pensa que é pertinente, o clube tem colaborado com a câmara municipal pelo que, se lhe for dito uma coisa, também tem obrigação moral de a satisfazer.-----

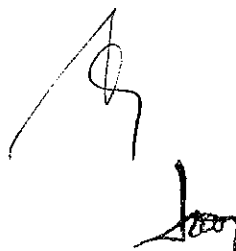
Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que a câmara municipal é que tem colaborado com o clube, se não tivesse sido a câmara municipal não se chegaria a este ponto.-----

Terminou, perguntando se pode considerar que se aprovou o ponto, mas não se realiza a escritura, e a própria compromete-se a trazer os documentos que já houver à próxima reunião de câmara.-----

Assim, a aprovação fica condicionada à apresentação dos documentos, mas o clube precisa desta deliberação para que lhe seja apresentado o contrato.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que o desenho mostra que se vai destruir um campo de futebol, perguntando se o mesmo não faz falta ao clube.-----

Respondeu a Srª Presidente que tinha solicitado a presença de um representante



da UAP, se calhar não pôde estar presente por razões de ordem profissional, mas este campo foi inaugurado em 2003, é o campo pequeno onde hoje treinam as escolas do Sporting, que vai ter um reajustamento, ficando com medidas inferiores, mas vai ser relocado. Essa relocação, a construção de umas bancadas, dos sanitários e de um balneário estão incluídos nas verbas que a SONAE pagará para este efeito, para além das dívidas. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo achar caricato e estranho que a UAP tenha gasto dinheiro a fazer um campo e que agora esteja disposta a abdicar dele para fazer um troca deste tipo de utilização do solo. -----

Quando a Srª Presidente disse que a câmara municipal tem ajudado e tem colaborado com a UAP, é verdade, este clube foi um dos primeiros grupos no concelho de Vila Franca de Xira a ter um espaço composto de abastecimento de combustível, juntamente com a Cerci Póvoa e com os Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria. Portanto, a câmara municipal já ajudou imenso a UAP, já lhe deu o terreno, já lhe deu uma fonte de financiamento, que pode correr bem ou mal, e para os membros da CDU, o que se está aqui a fazer, ou a tentar fazer, abre um precedente que a câmara municipal depois vai ter que ter em conta. Por mais benevolente e amiga que queira ser, pode estar a alterar a utilização do tipo de solo de uma forma muito aleatória. -----

Interveio a Srª Presidente, dando a informação que os representantes da UAP acabaram de chegar, solicitando-lhes que apresentassem a ideia e a proposta, informando-os que tem estado a defender a sua "dama", tendo a própria já adiantado que a SONAE só avança para o acordo a partir do momento em que a câmara municipal se disponibilize para fazer esta autorização. -----

Interveio o Sr. João Nobre, Vice-Presidente da UAP, pedindo desculpa pelo atraso e passando a enumerar as razões que levaram o clube a solicitar à câmara municipal a possibilidade de transferir a responsabilidade, que neste momento é da UAP, em relação a uma parcela de terreno que faz parte do seu complexo desportivo. -----

A UAP não foge à regra de todos os clubes, seguramente, atravessando também enormes dificuldades financeiras, e a possibilidade de sobrevivência passa pela tentativa de arranjar receitas extraordinárias. -----

O projeto que foi apresentado à UAP é um projeto que, não só para a UAP, como



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata^a 064

Reunião de 2013/07/31

Proc^o _____

Deliberação nº _____

para a própria população da Póvoa de Santa Iria, pode ser uma mais-valia. Nesta primeira fase, depois de vários contactos, a UAP solicitou à câmara municipal que transferisse a cedência, durante 40 anos, dos 70 anos que o clube detém em seu poder, para um investidor, que será o parceiro do clube para que o negócio possa avançar, porque, como é evidente, neste momento o clube não tem verbas nem tem credibilidade na banca para poder avançar com qualquer tipo de projeto. Para isso teve que tentar arranjar, e conseguiu, finalmente, alguém que fizesse o investimento. -----

Nesta fase, o que solicitaram à câmara municipal foi que disponibilizasse uma parcela do espaço cedido em direito de superfície à UAP, para que pudesse ser feita uma obra comercial, pela SONAE, ou seja, o parceiro investidor da UAP será o responsável pela feitura da obra, e a partir do momento em que a mesma esteja feita, a UAP será ressarcida mensalmente de uma verba, que é importantíssima para o futuro do clube. -----

É quase fundamental para a UAP que esta possível parceria possa avançar, porque, como é evidente, e como disse ao princípio, se isto não acontecer, ou seja se o clube não tiver a possibilidade de ter uma receita extra, é com muita dificuldade que vê o seu futuro. -----

Nesta solicitação há que referir que não é só a questão do espaço comercial que está em causa, é também a requalificação do restante espaço, uma melhoria das instalações, e acredita que o espaço que neste momento é o complexo desportivo da UAP venha a ser no futuro um espaço onde as pessoas da Póvoa de Santa Iria possam também estar presentes, possam inclusivamente ter algum espaço de convívio para passarem algum tempo, e também para que os cerca de 700 miúdos com que neste momento o clube trabalha, a nível das camadas jovens, possam continuar a usufruir de um espaço para a prática desportiva. -----

Interveio a Sr^a Presidente dizendo julgar haver confusão em relação a um pormenor, porque entre si não falaram em 40 anos, serão 20 anos num primeiro momento, com a possibilidade de serem dados mais 20 anos, o que é diferente. -----

Anuiu o Sr. João Nobre, pedindo desculpa pela incorreção. -----

Interveio a Sr^a Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que vai imiscuir-se um pouco na vida da UAP, embora não seja sócia, mas gostava de perguntar se já foi



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 065

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

colocada aos sócios do clube esta alteração do complexo desportivo, porque aquilo que os sócios hoje têm é um complexo desportivo, com um campo de futebol que é utilizado pelas escolinhas, ou seja, pelos mais jovens, para a prática desportiva, e neste momento a direção e os seus órgãos sociais querem alterar a sua utilização. Na opinião dos membros da CDU isso era importante, mas é apenas uma pergunta. Respondeu o Sr. João Nobre que está agendada para o início de setembro uma assembleia geral, onde não só vai ser feita a aprovação do relatório e contas do clube, como irá ser feita a apresentação de todo este projeto aos associados, que naturalmente vão perceber a melhoria significativa que o clube irá ter no complexo desportivo. -----

Interveio a Srª Presidente dizendo que isso resolve já um assunto. Segundo o que tinha percebido, este assunto já tinha sido, em determinado momento, não nos contornos finais, abordado em assembleia geral, para a possibilidade de se encontrar uma solução que resolvesse os problemas financeiros da UAP, no entanto, não se sabia quem era o parceiro, na medida em que a SONAE só depois de todas estas conversas é que concordou em andar para a frente. -----

Interveio o Sr. João Nobre, esclarecendo que a última assembleia geral realizou-se há cerca de um ano, e nessa assembleia geral foi de facto focado que o clube tinha que encontrar rapidamente a possibilidade de arranjar verbas extraordinárias, senão não tem possibilidade de sobrevivência. Como se sabe o clube andou muitos meses a tentar este tipo de negócio, com avanços e recuos, e só há muito pouco tempo é que houve "fumo branco". -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que a câmara municipal, a maioria pelo menos, está disponível para aprovar o proposto, mas faz todo o sentido que se aprove só depois da realização da assembleia geral e do clube fazer chegar uma ata da dessa reunião, com a concordância dos sócios em avançar para este negócio. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques perguntando se é possível saber quem vai construir. -----

Disse a Srª Presidente que uma das coisas que explicou foi que a UAP não ia construir, porque não tinha capacidade económica, e que iria fornecer os documentos à câmara municipal. Neste contexto, este assunto até está ultrapassado, porque a câmara municipal aguardará que a assembleia geral se




pronuncie e a proposta voltará a ser presente a reunião de câmara nesse quadro. Após deliberação vêm os documentos, porque a SONAE só emitirá o acordo depois da câmara municipal acordar, até porque o assunto tem que ser remetido à assembleia municipal. -----

Interveio de novo o Sr. João Nobre, dizendo que os dirigentes do clube não estão muito habituados a este tipo de situações, mas que irá tentar antecipar o máximo possível a assembleia geral, de maneira a que o assunto seja resolvido. -----

Interveio a Srª Presidente dizendo que a próxima reunião de câmara será na última quarta-feira do mês de agosto, se houver assembleia geral antes, haverá condições de apresentar o assunto nessa reunião. -----

Referiu o Sr. João Nobre que a assembleia geral não foi marcada para o início de agosto porque a maioria dos sócios do povoense poderia estar de férias, não podendo participar. -----

Respondeu a Srª Presidente não haver problema, se o assunto não for presente à reunião do dia 28 de agosto, poderá ser presente à reunião seguinte, na primeira quinzena de setembro. -----

Agradeceu a presença dos representantes da UAP, tendo sido importante o seu esclarecimento, agradecendo ainda que no seguimento daquilo que for decidido em assembleia geral, façam chegar à câmara municipal a respetiva ata, no que diz respeito a este ponto. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 067

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº 818

Assunto: COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL À ESCOLA DE TOUREIO JOSÉ FALCÃO PELA REALIZAÇÃO DE AULA PRÁTICA DE TOUREIO NO ÂMBITO DA XXIV SEMANA DA CULTURA TAUROMÁQUICA-----

Presente proposta da Srª Presidente, datada de 2013/07/19, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de uma comparticipação municipal no valor de 4 000,00€, à Escola de Toureio José Falcão, para apoio nas despesas efetuadas na realização de aula prática de toureio, integrada na XXIV Semana da Cultura Tauromáquica de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que nos documentos é referido que é uma comparticipação e um apoio, mas pensa que é uma liquidação total, embora não seja total para acabar.-----

Todos estarão lembrados que na reunião do passado dias 19 de junho levantou algumas questões sobre a Semana da Cultura Tauromáquica, tendo questionado, a exemplo dos anos anteriores, que tinha vindo sempre para parecer prévio. A Srª Presidente explicou-lhe que não vinha porque estava dentro do orçamento da câmara municipal e era esta que organizava a iniciativa.-----

Interrompeu a Srª Presidente, referindo que não foi nada disso que disse. O que disse foi que o que tinha vindo a reunião de câmara era um protocolo com uma entidade terceira que realizou o ano passado a Semana da Cultura Tauromáquica, que era a Casa Museu Mário Coelho, e este ano não veio porque seria realizada pela câmara municipal, que tinha uma verba prevista em orçamento e que ficava dentro das competências próprias da presidente a autorização da despesa. -----

Neste caso, é um apoio a uma entidade terceira por uma atividade que desenvolveu no contexto da iniciativa, uma vez que a escola tem que organizar novilhadas, pelo facto de pertencer à Federação Internacional das Escolas de Toureiro, tendo realizado a que foi integrada na Semana da Cultura Tauromáquica e solicitado apoio à câmara municipal, mas já a pagou, sendo esse apoio que é presente hoje. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que não vai falar do ano passado, que foi submetida a aprovação uma segunda verba e os documentos, mas a Srª Presidente disse até que seria importante estas situações não virem a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 068

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

posteriori, mas a priori. -----

Estava convencido que a verba de 10 000,00€ tinha incluído toda a Semana da Cultura Tauromáquica, mas se a Srª Presidente diz que não, respeita. -----

Interveio a Srª Presidente, explicando que este assunto tem sempre que ter uma deliberação autónoma, porque é para uma entidade terceira. -----

A câmara municipal tem no seu orçamento uma determinada verba para a Semana da Cultura Tauromáquica, e nesse quadro faz despesas que circulam ali dentro, ou seja, contrata artista, paga deslocações, entre outros. Neste caso trata-se de uma entidade terceira, a Escola de Toureio José Falcão, e para transferir a verba a câmara municipal tem sempre que deliberar, não pode fazê-lo apenas com uma autorização da presidente. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que já percebeu tudo isso e já “dá de barato” a situação dos 10 000,00€, mas aquilo que defendeu antes, e até defendeu pelo futuro, em que será outra câmara municipal, podendo até ser a mesma força partidária a ter a presidência, isso não está em causa, o “povo é que mais ordena”, como diz a canção, é que as questões, até do Colete Encarnado e de todos essas iniciativas, deviam vir antes a reunião de câmara para o órgão definir. Dentro desse pressuposto que a CDU defendeu na reunião de 19 de junho, este assunto devia ter vindo antes para aprovação, razão pela qual perguntou por que é que veio agora, depois de se ter realizado, tendo a Srª Presidente dito que estava nos seus poderes, mas afinal não está e tem que vir a reunião de câmara. -----

Respondeu a Srª Presidente que esta situação não está nas suas competências. -----

Perguntou o Sr. Vereador Aurélio Marques por que razão o assunto não veio anteriormente a reunião de câmara, já não se sabia antes? Para a realização do evento não havia um orçamento e não se saberia? Até podia não ser 4 000,00€, propondo-se a aprovação até ao valor de “X”. Por que razão vem agora? -----

Esta situação vem ao encontro daquilo que defendeu, e embora a Srª Presidente tenha dito que estava no orçamento, porque é organização da câmara municipal, deixou de ser da Casa Museu Mário Coelho, no futuro a Srª Presidente já não estará na câmara municipal e o próprio deixa o repto para o futuro. -----

Os membros da CDU não entendem, e não concordam, que esta verba de 4 000,00€ venha para aprovação só agora, depois da iniciativa realizada, e volta a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 069

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

dizer que não é um apoio, nem uma comparticipação, é a liquidação total do evento, e perguntam por que é que vem agora, sendo confrontados com factos consumados. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que se o Sr. Vereador disser que os membros da CDU não estão de acordo e não se paga a novilhada, e se essa for a opinião maioritária, a própria diz à escola que a câmara municipal não pode pagar.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que a posição dos membros da CDU é essa mesmo, é contra esta situação, por não ter sido presente à priori.----

Prosseguiu a Srª Presidente, completando a sua intervenção, referindo que, nesse caso, o dinheiro da novilhada tem que sair do orçamento da escola, e todos sabem o estrangulamento que isso causa à escola. -----

Disse ainda que, contrariamente à opinião da CDU, a experiência é que efetivamente a câmara municipal deve estabelecer uma parceria com uma entidade terceira para a realização da Semana da Cultura Tauromáquica, porque resulta muito melhor do que ser a câmara municipal a fazê-lo, que até não tem competência direta para fazer estas coisas.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques dizendo que não pôs em questão que seja uma entidade terceira, isso não está em causa, o que está em causa já nem são os 10 000,00€, nos quais os membros da CDU pensaram que estava incluída esta verba, mas sim o facto de vir a posteriori para decisão a atribuição 4 000,00€, devia ter vindo antes. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo não querer “meter foice em seara alheia”, mas nos anos que teve o pelouro houve contingências que foram acontecendo a pouco a pouco, inclusivamente com a Casa Museu Mário Coelho. Exemplificou com o transporte de cabeças de touro, em que foram aparecendo as despesas a seguir, que não tinham sido contabilizadas, bem como as reparações de alguns materiais que ficaram danificados.-----

Sem querer dar nenhuma desculpa, estas são efetivamente coisas que vão acontecendo e que não há orçamento antes, e o próprio sabe, porque no seu tempo não tinha esse orçamento antes. São situações que vão acontecendo a pouco e pouco, e se a câmara municipal disser que não paga, fica também mal, porque assumiu ao princípio que suportaria qualquer situação. Virá um pouco mais

A

[Signature]

tarde, mas a verdade é que estas despesas também só aparecem mais tarde. Concluiu, dizendo que não está a fazer a defesa, está a dizer exatamente como as coisas funcionam. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que até compreende aquilo que o Sr. Vereador Aurélio Marques referiu, e pode ser que no futuro se consiga encontrar uma solução, mas nunca se vai conseguir acertar, porque efetivamente, tal como a Srª Presidente já referiu e o Sr. Vereador João de Carvalho acabou de dizer, há imprevistos, há situações que não são controláveis. -----

A câmara municipal tem de facto que trabalhar com estes condicionalismos, a não ser que se faça uma estimativa muito grosseira, cabimentando-se uma verba absolutamente sem nexo. Por isso, pensa que é mais claro e sobretudo mais acertado, que a posteriori estes imponderáveis que este processo tem possam ser refletidos no valor final das despesas que foram efetuadas, mas são pontos de vista, que respeita. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que ouviu com atenção a intervenção do Sr. Vice-Presidente e fica satisfeito, depois se verá, para o futuro, se estas situações são vistas de outra maneira. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Vereador João de Carvalho, disse compreender perfeitamente o que disse, mas o que está em causa não é o valor, e o Sr. Vice-Presidente também focou esse aspeto, embora não esteja a dizer que se ponha um valor irrisório, ou um valor exagerado, só para ter um valor. O evento já estava devidamente programado, a novilhada fazia parte do mesmo, pelo que já se sabia o valor, até pelo exemplo de anos anteriores tinha-se uma ideia, sendo que um orçamento não é uma coisa certa. -----

O que os membros da CDU dizem é que não veio nada antes, e devia ter vindo, tendo sido também isso que disse na reunião de 19 de junho, mesmo estando no orçamento da câmara municipal. O que disse na altura foi que, até para que se sentissem participativos no Colete Encarnado, o executivo PS devia trazer estas questões todas a reunião de câmara, apresentando um orçamento, que até pode ser a mais, ou a menos. -----

O próprio focou que para a Casa Museu Mário Coelho, no ano passado, foi apresentada primeiro uma verba de, salvo erro, 7 500,00€ ou 8 000,00€, depois

veio uma verba de 2 500,00€, que até veio a documentação, porque houve pressões com Espanha e outras questões.-----

Neste caso, é a situação em si, decide-se, faz-se e depois a oposição é confrontada para decidir e dar o veredito final.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que foi feita uma apresentação da Escola de Toureio, e obviamente que o dono dos toiros tem que receber, isso não está em causa.-----

Não estudou a fundo este ponto, mas se há uma programação, de onde é que vem esta diferença de valores? Esta questão não foi englobada no orçamento, ou realmente foi um excesso que agora surge, porque afinal os touros ficaram mais caros, ou outra situação?-----

Aproveitando este ponto para outros iguais, referiu que os membros da CDU não estão, nem têm que estar a duvidar de alguém. O que às vezes faz falta, em muitos assuntos, e às vezes são confrontados com eles, passa o exagero, poucas horas antes das reuniões de câmara, é estudar aquilo que têm que votar, e para sua ajuda já tem pedido, nas poucas vezes que vem às reuniões de câmara, e tem pedido também aos técnicos, atenção nos documentos que são apresentados.-----

O apoio à decisão é fundamental, e neste caso, como noutros, muitas vezes fica na dúvida, perguntando-se, “estou a assinar o quê? No que é que eu estou a pôr o meu “carapau” em baixo? De uma maneira geral, se as coisas vierem melhor fundamentadas é mais fácil a todos tomarem uma posição concreta, mas quando ficam as coisas “no limbo”, permite que em questões que resolvem em 2 ou 5 minutos, se ande um quarto de hora à sua volta.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que vai ajudar o Sr. Vereador Aurélio Marques, porque, efetivamente o Sr. Vereador está sempre contra a Semana da Cultura Tauromáquica, o ano passado foi altamente crítico com o número de espanhóis que veio, e espera que este ano o facto de terem vindo menos o tenha agradado. --

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, salientando que não é contra a Semana da Cultura Tauromáquica.-----

Prosseguiu a Srª Presidente, dizendo que foi quanto à presença dos espanhóis, e acha que está a fazer falta ao Sr. Vereador uma informação detalhada, ou como orçamento, que vem um pouco ao encontro que disse o Sr. Vereador Rui Pereira,



Reunião de 2013/07/31

Deliberação nº

Assunto: MOÇÃO – RETIRADA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É ILEGÍTIMA – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

Presente para aprovação a moção dos membros da Coligação Democrática Unitária, datada de 2013/07/17, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, intitulada “Retirada dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública é ilegítima”, para que a câmara municipal reclame a revogação de todo o normativo legal que vise o aumento do horário de trabalho, redução dos dias de férias e retirada de feriados, aos trabalhadores em geral, inclusive aos trabalhadores da Administração Pública. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que os membros da CDU apresentaram na última reunião de câmara uma moção, e em nome do Partido Socialista quer dizer que pensa que a moção foi decalcada de uma outra qualquer, de modo que o próprio título não corresponde àquilo que é a deliberação final.-----

O Partido Socialista, se houver disponibilidade da parte da CDU para fazer algumas correções aos considerandos, aprovará a moção, caso contrário, não o poderá fazer, por isso os seus membros propõem que a moção seja retirada. -----

Este problema, infelizmente, é um problema muito atual, mas que não perde oportunidade, solicitam que possa ser melhorada a questão dos considerandos, já que esta não é só uma questão da administração pública, os trabalhadores são da administração pública e privada, de modo a que também possam votar. Se os membros da CDU não entenderem assim, os membros do PS votarão contra. -----

Disse ainda não ter que propor nenhuma alteração, mas seria no sentido de dar homogeneidade em relação aos considerandos, abrangendo todos os trabalhadores, quer da administração pública, quer da administração privada, pois há uma contradição na redação do que se propõe em relação ao título da moção e aos considerandos.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros CDU estão abertos a sugestões de alteração, com as quais poderão ou não concordar, mas aquilo que está explicitado, e tem a ver com a administração pública, é o facto de ter sido ainda esta semana aprovado o aumento de 35 para 40 horas semanais de trabalho e a diminuição dos dias de férias, sendo que esse caso das 35 para as 40 horas só diz respeito de facto à administração pública, e não à administração



Fl. Atā 074

Reunião de 2013/07/31

Proc^o

Deliberação nº

privada. -----

Sabem que a administração pública tinha as 35 horas porque há uns anos atrás foi feito um acordo com o Governo de então, para que em vez de ser aumentado o salário se pudesse diminuir o horário de trabalho, e aquilo que hoje este Governo quer é esquecer o passado e esse acordo da redução do horário de trabalho, em contrapartida do não aumento de salários, e fazer crer às pessoas que a administração pública é beneficiada, e que por isso tem que trabalhar as 40 horas como os outros trabalhadores da administração privada. É por isso que está na moção essa especificidade, que tem a ver com essas condicionantes, mas se o Partido Socialista propõe fazer alterações, a CDU, tal como noutras moções anteriores, está aberta a sugestões de alteração. Aliás, noutros casos os membros do PS até fazem o favor de enviar as alterações para o e-mail dos membros da CDU, antes da reunião, e os próprios analisam se as sugestões são ou não admissíveis da sua parte. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que neste momento os membros do Partido Socialista não têm nenhuma proposta de correções elaborada, pelo que perguntam se podem retirar o ponto e apresentar em momento seguinte, tendo a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso concordado. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E
REQUALIFICAÇÃO URBANA

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 280/13, de 24/07, do DGUPRU/SAP, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2013/07/10 e 2013/07/23, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 280/13, de 24/07, do DGUPRU/SAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----

6. Propostas:-----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva pedindo um esclarecimento sobre o licenciamento de ruído de obras à LUSIMOVEST – Fundo de Investimento Imobiliário, na Avenida D. Vicente Afonso Valente, na Póvoa de Santa Iria, que é uma circular importante na cidade, uma vez que o documento refere apenas "obras de construção civil". Se fosse possível especificar um pouco mais a que se obras se refere, os membros da Coligação Novo Rumo agradeciam. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que o Sr. Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana está a procurar esclarecimento junto dos serviços, que dará posteriormente. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----




Fl. Atar 077

Proc^o 8923/73 ONERED

Deliberação nº 821

1. Assunto: VISTORIA TÉCNICA – RUA 25 DE ABRIL, Nº 12 C/V ESQ – VIALONGA-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com a informação técnica nº 353/13, de 23/07, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria técnica levada a efeito na rua 25 de Abril, nº 12 c/v esq, na freguesia de Vialonga, solicitada por Fátima da Costa Ramos Castanho. -----
3. Informações/pareceres: Anexam-se a informação técnica nº 353/13, de 23/07, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: OBRAS DE URBANIZAÇÃO INACABADAS – LOTEAMENTO DA QUINTA DAS ÍNDIAS – VIALONGA – RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 80/13, de 25/07, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto de receção provisória das obras de urbanização do loteamento da Quinta das Índias, na freguesia de Vialonga, cujo promotor é TNS 3 Construções, SA, bem como de uma redução de 80 900,59€ da garantia bancária nº 125-02-0960300, emitida pelo BCP – Banco Comercial Português, em 2006/03/14, mantendo-se a mesma no valor de 128 594,53€ até à receção definitiva das obras de urbanização. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 80/13, de 25/07, do DPGQU/DF, auto de receção provisória, e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----




1. Assunto: LOTEAMENTO DA QUINTA DE SÃO JOÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 360/13, de 25/07, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto de receção provisória das obras de urbanização do loteamento da Quinta de São João, na freguesia da Castanheira do Ribatejo, cujo promotor é Urbivem – Compra e Venda de Imóveis, Lda, bem como da redução para 60 523,96€ da garantia bancária nº 246458, emitida pelo BES – Banco Espírito Santo, em 1997/06/16. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 360/13, de 25/07, do DGUPRU/DF, auto de receção provisória, e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Assunto: EMPREITADA DO ACESSO RODOVIÁRIO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA – TRABALHOS ADICIONAIS, TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MENOS – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 22 DE MAIO DE 2013 -----

Presente proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2013/07/31, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para revogação, com efeito retroativo, da deliberação tomada em 22 de maio de 2013, relativa à empreitada do acesso rodoviário ao novo hospital de Vila Franca de Xira, que aprovou trabalhos adicionais, trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos, com um saldo total de 54 105,08€, acrescido de IVA. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que, uma vez que os membros da CDU eram contra a entrada da câmara municipal na parceria, estão de acordo com a revogação, para não se pagar, mas ainda assim o seu sentido de voto é de abstenção. O que se passa, aproveitando esta questão relacionada com o hospital, é que, infelizmente, mais uma vez se vê que as contas das parcerias público-privadas continuam a ser escondidas, ou de alguma forma trabalhadas, para os portugueses não ficarem a saber o que realmente custa. -----

É verdade que não existe termo de comparação com aquilo que custaria se fosse feita uma opção diferente, se calhar não há interesse que isso aconteça, os membros da CDU já falaram várias vezes, e para quem não sabe, esta é uma herança que já vem do tempo dos governos de maioria absoluta do Prof. Cavaco Silva, que tem vindo a ser desenvolvida, e de hoje para amanhã, até em relação ao que referiu há pouco, qualquer dia as pessoas só pagam mais e mais impostos e cada vez têm menos e menos serviços. -----

Uma vez que a câmara municipal foi uma parceira neste negócio do novo hospital, a questão que os membros da CDU colocam é se está a fazer algum acompanhamento, ou se continuam a haver reuniões regulares com a entidade que faz a exploração do hospital, porque o que lhes chega, até por algumas notícias que têm saído, é a informação de há algumas deficiências a nível das especialidades, bastante demora no tempo de atendimento, infelizmente até já houve alguns casos de morte, não se sabe se accidental ou não, pelo que perguntam se continua a existir um acompanhamento junto da entidade que gere o hospital.-----




Perguntam ainda quando é que os serviços estarão a 100%, porque, se se for à procura, ainda se encontram anúncios de emprego, inclusivamente links diretos para as pessoas se candidatarem a empregos no hospital. Quando é que se terá o quadro de pessoal completo e se há perspetivas disso acontecer, pois sem um quadro de pessoal completo é natural que os serviços tenham dificuldades no atendimento aos utentes.-----

Interveio a Srª Presidente, informando que não tem havido reunião do Conselho Consultivo do Hospital, porque desde que este Governo tomou posse, não tomou nenhuma deliberação para o efeito, e o conselho consultivo também terminava, mesmo que tivesse sido reconduzido, quando passou para as parcerias público-privadas.-----

O município de Vila Franca de Xira, que liderava o conselho consultivo, tem vindo a insistir para saber, está a aguardar que lhe seja dada informação, porque sente a necessidade de uma reunião do órgão formal, em que efetivamente estas questões sejam abordadas. Por isso, pensa que no início de setembro essa reunião irá ter lugar, onde todas essas questões, que agora apenas são colocadas espontaneamente pelo conhecimento que chega, serão colocadas de uma forma formal, com a presença também dos outros presidentes de câmara dos municípios envolvidos.-----

Sobre a questão das parcerias público-privadas, mais uma vez, crê que o Sr. Vereador viu o programa em que se fizeram contas sobre essa questão, onde foram referidos 2 hospitais, um deles era o de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que não viu o programa.-----

Prosseguiu a Srª Presidente, dizendo que, de qualquer modo, percebe-se que o Hospital Vila Franca de Xira deve ter sido metido ali um bocado "à martelada", para servir de exemplo a uma coisa qualquer que não se reconhece, na medida em que a obra foi absolutamente feita dentro dos custos previstos e a projeção não teve nenhuma alteração, portanto, ou havia um erro de nascença, ou havia ali pouca boa-fé na apreciação do caso.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm muitas dúvidas, que têm essencialmente a ver com a fundamentação. Se efetivamente se achar que o parecer contém toda a fundamentação, não têm quaisquer dúvidas em votar a favor.-----

O que acontece é que efetivamente a câmara municipal deliberou aprovar o valor a entregar à empresa, entretanto agora vai deliberar revogar essa deliberação.-----

Na opinião dos membros da Coligação Novo Rumo, é muito mais perigoso revogar do que aprovar, como é óbvio, porque poder-se-ão ter mais problemas, pelo que tem que se fundamentar. -----



Na fundamentação a anexar à deliberação é referido que existem 11 situações em causa, dizendo o parecer que talvez não valha a pena agora analisar uma a uma, no entanto não acham isso, consideram que devem ser analisadas uma a uma, até porque, a título de exemplo, é indicado um "trabalho adicional 1 - desvio do traçado de infraestruturas de telecomunicações (Portugal Telecom)", não sabem quais são as outras 10. Claro que podem ver a deliberação anterior e analisar, mas é uma análise sua. Acham que deviam estar no documento as 11 situações, porque podem não ser todas iguais do ponto de vista factual e de direito. Por outro lado, no ponto 3 é dito que, "pelo menos, à primeira análise nenhuma das restantes 10 situações objeto da deliberação camarária em causa nos parece fundamentada". Consideram que a câmara municipal não pode revogar uma deliberação que tomou com uma análise que é feita "à primeira análise", ou é, ou não é, e se não é aprova-se a revogação. -----

"À primeira análise", quer dizer que pode haver uma segunda análise que vá levar ao contrário, e já se está a revogar neste momento.-----

Julga que tem que se ter um cuidado adicional na revogação, maior do que quando se aprovou. Obviamente que tem que se ter cuidado a aprovar, mas pensa que, do ponto de vista administrativo, para revogar é muito mais complicado. -----

Além disso, também é dito que o empreiteiro não esclareceu ou reclamou a situação no prazo de 30 dias, mas não diz onde é que os 30 dias estão previstos. Pensa que a câmara municipal tem que efetivamente, porque já não é a primeira vez que acontece, fundamentar as suas deliberações, de modo a que depois não surjam dúvidas da parte do particular, do interessado, que eventualmente está à espera de receber estes 54 mil euros e não os irá receber. Esta situação criará eventualmente alguma complicação e têm que estar salvaguardados, pensando que não o estão suficientemente.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que efetivamente esta é uma matéria que resultou de uma análise mais profunda que se está a fazer de alguns outros pedidos

de trabalhos a mais e reclamação de erros e omissões. -----
Da análise feita pela fiscalização, e sobretudo pelo Dr. Manuel Rodrigues, tendo sido também chamado o Dr. Pedro Rodrigues para esta análise, porque se queriam ter certezas, resultou que o Dr. Manuel Rodrigues, de acordo com a informação que é anexa à proposta, refere que apesar de tecnicamente a informação estar bem elaborada, e foi nesse sentido que se trouxe à reunião de câmara, na sua opinião e na dos serviços, não houve dúvidas que de facto a informação técnica estava bem elaborada, o Dr. Manuel Rodrigues não dá o exemplo das 11 situações, dando exemplo de uma só, tendo em vista que as outras, de algum modo, apesar de serem de trabalhos diferentes, têm analogias com este exemplo que referiu.-----
Disse que o Dr. Manuel Rodrigues referiu que a câmara municipal não deve pagar estes trabalhos, e nesse sentido, ao próprio acha que se deve ter alguma prudência, até porque esses trabalhos acabaram por não ser pagos, pois a faturação nem sequer foi enviada, e por isso não há esse problema. -----
Como noutras circunstâncias, a empresa pode sempre reclamar para outra sede, indo para um tribunal arbitral, que serve exatamente para essas situações. Tendo em vista que o advogado da câmara municipal levantou estas dúvidas e recomendou que não se pagasse este valor, julga que valerá a pena dar seguimento a esta recomendação e que posteriormente a empresa possa ser ressarcida, mas para isso terá que haver uma outra análise, que não será nesta sede, mas sim num tribunal arbitral, que irá analisar todas as questões que estão referidas. -----
Concluiu, dizendo que, na sua opinião, na dúvida, e tendo em vista esta recomendação e esta informação jurídica do advogado, seria prudente aprovar-se esta revogação e esta matéria ser tratada a outro nível, que não em reunião de câmara. ----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que apesar de ser uma "guerra" que não é da CDU, tendo em conta que votou contra o facto de ser a câmara municipal a executar estas obras, há um aspeto que também lhe causou alguma espécie ao fazer a análise deste ponto, pois parece que se anda à frente e depois está-se a voltar atrás. Se havia dúvidas, elas também deviam ter vindo a reunião de câmara antes, e vai-se repetir mais uma vez, quando diz que os técnicos também têm que ajudar os políticos. Os políticos, como o próprio disse uma vez, e a Srª Presidente não gostou, não têm que "perceber nada de nada" senão ganhar eleições, porque depois têm os técnicos,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ou os assessores, para os ajudarem, mas os técnicos têm que realmente ajudá-los, e quando os políticos têm que tomar uma posição, porque é a sua assinatura e o seu nome que lá fica, e todos sabem que às vezes são chamados a ir responder por decisões, noutras sedes, mas têm que ter de facto diante de si documentos que os ajudem a tomar consciência do que estão a votar. -----

Realmente, fez-se uma reunião de câmara onde se aprovou o pagamento e a posteriori não se vai pagar, porque afinal não é bem assim, a empresa que se justifique melhor. Se se perguntar quem é que mandou fazer, diz-se que foi a fiscalização, e agora a fiscalização que pague.-----

Na sua opinião dá mau aspeto, e acha que se pode melhorar, evitando que estas coisas aconteçam. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo não poder estar mais de acordo com o Sr. Vereador Rui Pereira, porém, em casos de dúvida, é obrigação da câmara municipal não persistir num eventual erro, fazê-lo é que seria grave.-----

Se lhe perguntar se é com prazer que traz esta proposta a reunião de câmara, evidentemente que não, mas tem a obrigação e a responsabilidade de a trazer, para não estar a cometer um erro em que se podem estar a pagar coisas indevidamente. Nessa dúvida, acha que a responsabilidade que assiste a todos, e neste caso a si próprio, que tem a responsabilidade deste processo, sobre o qual já se falou várias vezes, e das dificuldades que o mesmo teve, acha que vale a pena ser mais prudente, revogar esta decisão e numa outra sede resolver a questão. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que, como disse há pouco, o problema dos membros da Coligação Novo Rumo não é revogar a decisão. ----

Por um lado, concordam com o que o Sr. Vereador Rui Pereira disse, que obviamente não se deve andar da frente para trás, mas são todos humanos, têm uma responsabilidade acrescida e têm que olhar para os assuntos de outra maneira. Se de facto houve uma situação em que tem que se voltar atrás, tem de se fazer e ponto final. No entanto, tem que se voltar atrás sem fragilidades, e o que acha é que esta fundamentação traz fragilidades expressas, porque o próprio parecer diz que é uma primeira análise, e na sua opinião a câmara municipal não pode revogar uma deliberação com uma primeira análise, estando expresso. Até podia ser uma primeira análise, mas que isso não constasse da informação.-----





Interveio a Srª Presidente, dizendo entender perfeitamente o que a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus disse, propondo ao Sr. Vice-Presidente que se retire o ponto, para que o Dr. Manuel Rodrigues o analise de novo e que o próprio venha à próxima reunião de câmara em que o ponto seja presente, para dar esclarecimentos. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo, no seguimento da intervenção da Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, que é óbvio que são humanos e que erram, mas o que também gostava de ver muitas vezes, e infelizmente em Portugal não acontece, é, sem haver “caça às bruxas”, às vezes procurar responsabilidades. Porque no meio deste processo, para o mesmo andar para frente e para trás, alguém teve que falhar, ou foi a fiscalização externa, ou foi quem o coordenou com esta fiscalização, da parte do dono da obra, que é a câmara municipal, e deixou-se andar. -- Obviamente que toda a gente tem o direito de errar, mas sem haver “caça às bruxas”, as pessoas têm que ser responsabilizadas, até para aprenderem e não fazerem os mesmos erros. Infelizmente muitas vezes o que se faz é tapar, pôr por cima, deixar passar o tempo e as coisas resolvem-se, o que é uma coisa muito da cultura portuguesa. -----

Não quer dizê-lo, mas o que está a escrito é que o fiscal mandou e a empresa executou. Mas o fiscal até foi contratado pela câmara municipal, e se o fiscal mandou, quem paga agora? Paga o fiscal? É que quem vai ficar “a arder” é a empresa, que o próprio até acredita que não fique muito satisfeita, ou até fica, se calhar “mandaram o barro à parede”, isso já são conjecturas. -----

O que era preciso, e era interessante, para deixar de se falhar, era haver documentação, sem ser preciso ficar à espera que venha alguém explicar melhor. O próprio vem poucas vezes às reuniões de câmara e já pediu várias vezes que o ajudem, para poder decidir, porque os documentos não são distribuídos e o próprio tem que analisar os pontos em poucas horas, para chegar à reunião e votar em consciência, sendo por vezes difícil, principalmente nos casos mais técnicos. Felizmente têm um quadro de pessoas em que uns percebem mais de umas coisas do que outros e vão-se ajudando uns aos outros, mas não têm que perceber, se tiverem documentos que mostrem por A + B, até Z, como é que as coisas se passaram, torna-se muito mais fácil votar. Perder-se-ia muito menos tempo nas discussões que são feitas nas reuniões à volta dos pontos, por falta de informação, e infelizmente é um




hábito. -----
Interveio a Srª Presidente, dizendo que embora haja este ditado popular que “errar é humano”, nenhum dos membros da câmara municipal gosta de errar, mas há uma coisa que é certa, qualquer momento é momento para corrigir o erro, e aqui a CDU tem o seu papel facilitado na medida em que votou sempre contra, e como o Sr. Vereador explicou, abstém-se e pronto. De qualquer maneira, chama a atenção que abster-se não é um bom voto, dá responsabilidades na mesma, o único que não dá é votar contra, seja o que for. Agora, votar contra este ponto seria uma contradição, pois estaria a votar contra o voto contra que já expressou. -----

Na certeza de que aquilo que orienta os membros da câmara municipal é efetivamente que as coisas de esclareçam, que a câmara municipal não seja levada a uma decisão que possa não ser a melhor, e ponderando também sobre a argumentação da Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, com os conhecimentos que lhe assistem, retira-se o ponto e na próxima virá uma proposta com alguns acertos, ou um aprofundamento maior, e virá também o advogado, para explicar do ponto de vista jurídico. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a decisão está tomada, vai-se retirar o ponto para melhor aprofundamento, mas naturalmente que toda esta informação jurídica é do conhecimento da Srª Vereadora, e não lhe será estranha esta forma como às vezes se colocam estes pareceres. -----

De qualquer modo, queria dizer ao Sr. Vereador Rui Pereira que, irresponsabilidade e tentar por “a sujidade debaixo do tapete”, seria não trazer e assumir esta questão. É de responsabilidade verificar, e todos os dias se tenta fazer esse exercício, o que permite cada vez mais estar-se atento e melhorar os documentos que são presentes a reunião de câmara e a prestação no dia-a-dia. -----

Seria de facto muito grave se efetivamente se tivesse pago este valor, quando apareceram dúvidas do advogado, e uma vez que é este quem apoia juridicamente a câmara municipal, quando ele refere o que refere na informação, julga que a atitude certa a tomar era a que foi tomada, submeter a aprovação esta proposta. Há a necessidade de melhor aprofundamento e esclarecimento da mesma e assim será feito. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que quando é detetado um erro não se

A

1207

vai deixá-lo proliferar, e vai-se realmente tentar remediar da melhor forma, senão quem seria lesado seriam os cofres do município, e com isso também os munícipes. Porém, com certeza que não foi o Dr. Manuel Rodrigues que detetou algumas dúvidas, algum técnico achou que não seria desta forma, atendendo ao que estava contratado e projetado, já depois de ter sido aprovado o pagamento em reunião de câmara. Felizmente que alguém deu por isso e hoje está-se a tentar emendar aquilo que seria considerado um erro. -----

Ainda bem que essa pessoa detetou este erro, tem é que se identificar o que é que realmente falhou na cadeia de transmissão de informação, porque há uma série de entidades envolvidas, e é isso que torna a questão difícil, mas para isso é que há coordenadores. Há o dono da obra, a parte técnica que coordena, o fiscal contratado para fazer a coordenação de fiscalização da obra, a empresa que está a executar e ainda os subempreiteiros, portanto, há uma infinidade de pessoas que podem trazer entropia para o sistema. -----

Foi detetado o erro, o que é ótimo, mas ficou definido o que é que falhou para não se voltar a repetir o erro? Isso é que acha que é interessante, e se os serviços da câmara municipal têm tempo, ou têm pessoas com disponibilidade para fazer essa investigação e essa análise, tanto melhor, não deve é estar sujeita a que haja um dia um técnico que, quase por acaso, detetou um erro onde a autarquia poderia ser lesada em mais de 50 mil euros. -----

Foi só nesse aspeto a sua intervenção, e nunca disse, nem nunca dirá, que se tape com o tapete por cima, ou que se varra para baixo do tapete. Sem “caça à bruxa”, que também é uma coisa em que se tem dificuldade, porque quer-se logo arranjar um culpado e “cortar-lhe a cabeça” o mais depressa possível, deve ver-se se o procedimento foi feito de acordo como que se devia fazer, detetar onde falhou e melhorar esse ponto, e a isso chama-se qualidade total. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----

Handwritten signature

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO MUNICIPAL DENOMINADO POR TERRAS COMPRIDAS/QUINTANILHO – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 79/13, de 24/07, do DGUPRU/D, para aprovação da alteração ao loteamento municipal, denominado por Terras Compridas/Quintanilho, na freguesia de Vialonga.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 79/13, de 24/07 do DGUPRU/D, memória descritiva, planta de aerofotogramétrica, planta de localização, planta síntese, planta síntese (alterações), planta síntese (tela final) e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que este loteamento municipal é aquele que algumas vezes, a última há 15 dias, os membros da CDU têm vindo a solicitar à câmara municipal que proceda à sua limpeza, porque é uma zona que tem muito mato e que provoca a quem mora perto alguns problemas, com alguns bichos que andam por ali.-----
Apraz-lhes ver que a câmara municipal tem a perspetiva de alterar este loteamento, o que significa que poderá ter em mente alguma solução para o mesmo. -----
Sugeriam que se pudessem construir algumas habitações unifamiliares, a custos controlados, da mesma forma que há uns anos atrás estava perspetivada a construção de moradias unifamiliares na Quinta da Maranhota, sendo que na altura a Cooperativa Promocasa fazia intenção de construir e depois acabou por desistir da ideia, tendo o loteamento municipal sido vendido a um particular. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 089

Reunião de 2013/07/31

Procº 63/99 GENERI/CM

Deliberação nº _____

A CDU tem vindo a propor várias vezes a construção de habitação a custos controlados, sabe que se está a falar de moradias, mas se já houve a perspetiva de fazer este tipo de construção no concelho, julga que seria uma boa ideia. -----

Disse ainda que a Srª Presidente há pouco falou numa bomba de gasolina. A própria não tinha lido nada sobre o assunto, foi verificar na documentação do ponto e não vê alusão ao assunto, pelo que agradecia que o Sr. Vice-Presidente pudesse explicar. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente dizendo, em primeiro lugar, que com este desenho urbanístico a câmara municipal conseguiu uma solução muito mais adequada do que a que existia anteriormente, em que não havia estacionamento, nem espaços verdes e havia acessibilidades em termos de arruamentos muito reduzidas. -----

O que se propõe é que em vez de habitação com uma área exígua, haja lotes para habitação coletiva, com 3 pisos, e com um desenho que lhe parece muito feliz, porque dá uma continuidade às vivendas que lá existem e aos próprios arruamentos, dando a coerência em termos de acessibilidade que aquele terreno exige. -----

Por outro lado, com esta alteração ao loteamento, a câmara municipal irá também permitir a acessibilidade ao arruamento principal da freguesia, que hoje não acontece e, conhecendo a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso a zona melhor que o próprio, sabe que por vezes não é nada fácil todo o acesso, não só às vivendas, mas também ao clube do Quintanilho, que agora ficará inserido numa zona com outro tratamento. Certamente o próprio clube vai ficar satisfeito com este novo desenho urbanístico. -----

Prossegiu, dizendo que são 7 lotes para habitação coletiva, e eventualmente poder-se-á acolher aquilo que os membros da CDU propõem, terão que se encontrar parcerias para o efeito, mas nesta alteração também se propõe um lote para comércio e serviços, que não foi colocado por acaso. Efetivamente a câmara municipal ainda tem uma questão pendente para resolver e à qual urge dar sequência, que é um pedido do Grupo Desportivo de Vialonga para cedência de um terreno para construção de um posto de venda de combustível. -----

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso sabe tão bem como o próprio que esta é uma questão muito antiga e que é muito reclamada pelas diversas direções que o clube




tem tido. De modo que, apesar de não estar expresso nesta alteração, porque não podia, pois tem que se aprovar o desenho urbanístico da alteração e, caso a câmara municipal assim o decida e acolha essa informação, trará à próxima reunião a proposta de cedência deste lote ao Grupo Desportivo de Vialonga, para aquilo que este tem vindo a reclamar como uma necessidade absoluta para resolver os seus problemas financeiros, através da cedência do espaço a um concessionário, numa negociação que o clube naturalmente vai ter que fazer. -----

Terminou dizendo que, quando a Srª Presidente referiu esta matéria, já estava um passo à frente, mas caso esta alteração seja hoje aprovada, no próximo dia 28 de agosto virá uma proposta de cedência do lote para comércio e serviços ao Grupo Desportivo de Vialonga. -----

Reafirmou que aquilo que a Srª Presidente referiu não está expresso nesta proposta, nem podia estar, até porque há 2 momentos, o da aprovação da alteração ao loteamento e depois um outro de cedência do lote, indo ao encontro de uma reivindicação antiga do Grupo Desportivo de Vialonga. -----

Disse ainda que não vê nada em contrário à proposta que os membros da CDU fazem de que estes 7 lotes de habitação coletiva sejam para habitação a custos controlados. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que, esclarecida que está a questão, os membros da CDU sabem da intenção do Grupo Desportivo de Vialonga, até os próprios colocaram várias vezes essa necessidade que o Sr. Vice-Presidente disse que é muito antiga. É de facto uma intenção muito antiga, não só do Grupo Desportivo de Vialonga, mas também de outras instituições à época, quando se começou a falar do assunto, nomeadamente quando foi construída a variante, nos finais dos anos 80, em que existiam outras 2 instituições de grande dimensão, os Bombeiros Voluntários de Vialonga e a ABEIV. -----

Neste momento existem outras instituições de solidariedade social na freguesia de Vialonga, sabe que neste momento a questão não está a ser colocada, o que se está a votar é a alteração ao loteamento municipal, mas para adiantar trabalho, os membros da CDU gostariam de perceber se para este terreno terá que ser feito obrigatoriamente aquilo que foi feito para o Juventude da Castanheira, ou seja,



perceber da eventual vontade das outras instituições, porque também elas têm carências financeiras, devendo tratar-se todas as instituições da mesma forma. ----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o que aconteceu no processo do Juventude da Castanheira poderá servir de analogia para este processo. -----

Interrompeu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que uma das diferenças que se pode encontrar é que o Juventude tinha um terreno que era seu, no qual não era permitida a colocação do posto de combustível por estar muito perto das casas, embora não saiba se no caso de Vialonga não haverá esse problema, tendo havido como que uma permuta de terreno, daí que o Juventude possa ter, pelo menos teoricamente, “uma fatia maior do bolo”. Aqui não é esse o caso e, no entender dos membros da CDU, têm que se ver as necessidades e vontades do movimento associativo, certamente que nem todos têm o mesmo peso, pelo que deve haver algumas diferenças, mas julgam que a câmara municipal deve acautelar essa situação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que aquilo que era o negócio da venda de combustíveis caiu a pique, como infelizmente muitas coisas, e se se vai dividir por “n”, ninguém fica a ganhar coisa nenhuma, ou muito pouco. O que não quer dizer que, de facto, não lhe pareça que, sendo o Grupo Desportivo de Vialonga que há muito reclama esta possibilidade, esta matéria não possa ser alargada em termos de reflexão. O movimento associativo de Vialonga é que tem que se entender à volta dessa matéria, e a câmara municipal não tem que se meter. -----

Como disse, hoje está-se a aprovar a alteração ao loteamento, e sobre isso parece que não há questão, a questão está no facto de se estar a falar de um passo à frente, não vindo “mal ao mundo” que se fale já sobre isso, mas o que acha é que efetivamente tem que haver uma negociação com alguém que queira concessionar, num valor que dê algum conforto a quem vai fazer essa negociação, e se se estiver a disseminar por uma série de entidades, ninguém fica a ganhar. ----

Esta é uma reflexão que o movimento associativo da freguesia tem que fazer, e provavelmente há que ter a coragem de chegar à conclusão que nada é igual, ou seja, há uns que têm uma importância pelo serviço que prestam à população diferente dos outros. Não se pode pôr neste processo, com todo o respeito, alguém que tenha uma área iminentemente recreativa, em relação a outros que



desenvolvem um trabalho que, se não existissem, a população estaria mais pobre. -
O movimento associativo terá que se pronunciar, sendo que tem a preocupação
que a negociação a finalizar tenha alguma substância que sirva aos interessados. --

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

1007

Fl. Livro _____

Fl. Ata 093

Reunião de 2013/07/31

Procº 14/96 LOTEPM

Deliberação nº 826

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DENOMINADO POR QUINTA DAS AREIAS – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 4/97, DE 25/09

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 92/13, de 25/07, do DGUPRU/DGU, para aceitação de princípio e abertura de discussão pública, por um período de 10 dias úteis, do projeto de alteração ao loteamento industrial denominado por Quinta das Areias, na freguesia da Castanheira do Ribatejo, titulado pelo alvará nº 4/97 de 1997/09/25, a promover pela Lactaçoeres - União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, UCRL.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação /despacho nº 92/13, de 25/07, do DGUPRU/DGU, planta de localização, planta síntese (alterações) e planta síntese (proposta), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que aos membros da CDU apenas se levanta a questão de como é que contorna, se é que há algum problema, a situação dos lotes não pertencerem ao mesmo proprietário, pois ainda está previsto haver outra negociação para a Lactaçoeres adquirir o segundo lote. -----
Interveio a Srª Presidente, dizendo que é uma questão simples, porque era uma questão do tribunal, e como tal era o próprio tribunal que iria ultrapassar, e já ultrapassou. -----
Acrescentou que é um investimento na ordem dos 100 milhões de euros, que representa o crescimento de uma empresa no concelho de Vila Franca de Xira. -----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva perguntando se o acréscimo de 140 metros é devido a uma necessidade de investimento da empresa.-----



Fl. Ata 094

Reunião de 2013/07/31

Proc^o 14/96 LOTE PDM

Deliberação nº

Respondeu a Srª Presidente que é devido a uma necessidade de crescimento, para ligar os lotes entre si, por uma questão de funcionamento. -----

A empresa já lá está num espaço e agora adquiriu 2 espaços, os quais precisam de ser ligados entre si, para uma maior eficácia do funcionamento. -----

Concluiu, informando que os lotes foram adquiridos em hasta pública, no seguimento de um processo que estava a decorrer em tribunal, resultante de um processo de insolvência, e como tal faltava ultrapassar um pormenor, que já está ultrapassado.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: DECISÃO DE CADUCIDADE DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 15/74, REFERENTE AO ESTUDO DE LOTEAMENTO DENOMINADO POR CASAL DOS ESTANQUES – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 37/13, de 24/07, do DGUPRU/D, com proposta de decisão da caducidade do alvará de loteamento nº 15/74, referente ao estudo de loteamento denominado por Casal dos Estanques, na freguesia de Vialonga, solicitada por Ana Elisa Nunes Sequinho Mocho Tarré, ficando a libertação da garantia bancária condicionada à verificação pelos serviços municipais do compromisso assumido pela requerente, de enchimento com terra os órgãos de visita das infraestruturas de esgotos que estão abertos. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação/despacho nº 37/13, de 24/07, do DGUPRU/D e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

M *Jan*

1. Assunto: CEDÊNCIA DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO – ARREBANQUIA DE CIMA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 363/13, de 26/07, do DGUPRU/DF, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno a integrar no domínio público do município, com a área de 2.581,60m², sita na Arrebanquia de Cima, em Alverca do Ribatejo, com o valor atribuído de 2 581,60€, propriedade da Afonso & Costa – Sociedade de Construções, Lda, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 363/13, de 26/07, do DGUPRU/DF, planta de localização e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 097

Reunião de 2013/07/31

Procº 4/12 CERTAVOS

Deliberação nº 829

1. Assunto: AUMENTO DE COMPROPRIETÁRIOS – MURRACEIRA DE SUA ALTEZA – QUEIMA – VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 589/13, de 18/07, do DGUPRU/DGU, para aprovação do aumento do número de proprietários da propriedade descrita na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob o nº 4814/20100909 e inscrita na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 3, secção DD, com a área total de 589 100m², designada por Murraceira de Sua Alteza, Queima, na freguesia de Vila Franca de Xira, solicitado por Manuel Luís Nunes Pinto Gonçalves Nogueira (Mandatário de Cabeça-de-Casal de Herança).-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 589/13, de 18/07, do DGUPRU/DGU, e informação nº 14/05, de 15/07, do DPGQU/GAOM, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ENXORDEIROS, LOTE 76 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 238/13, de 12/07, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município, sobre o lote 76 do loteamento Enxordeiros, na freguesia de Alverca do
Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2013-AUGI, de 23/01, requerido
por Cristiana da Conceição Alves Fernandes Martins. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 238/13, de 12/07, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----


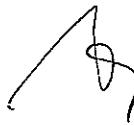
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da
Srª Presidente. -----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE ALHANDRA – AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 757/13, de 24/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção provisória parcial final, referente à empreitada da construção do centro de saúde de Alhandra, adjudicada à Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 757/13, de 24/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA NO CASAL DA SERRA – PÓVOA DE SANTA IRIA – ACIONAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 760/13, de 25/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da contratação de empresas da especialidade, nos termos das regras constantes no Código dos Contratos Públicos, para a execução dos trabalhos de correção das deficiências da empreitada da EB1 e Jardim de Infância do Casal da Serra, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, que são da responsabilidade do empreiteiro, Pastilha & Pastilha, SA, tendo em conta que as mesmas não foram corrigidas como era sua obrigação, dentro do prazo concedido para o efeito, bem como do acionamento das cauções que foram prestadas pelo empreiteiro para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 760/13, de 25/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, pedindo que lhe seja perdoado o desabafo, mas queria dizer apenas uma frase curta: "Afinal, quando se quer, é fácil acionar as garantias". -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

A

João

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DE UM POLIDESPORTIVO COM BANCADAS E TRABALHOS COMPLEMENTARES NA EB PEDRO JACQUES DE MAGALHÃES – ALVERCA DO RIBATEJO – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 749/13, de 23/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada da construção de um polidesportivo com bancadas e trabalhos complementares na EB Pedro Jacques de Magalhães, na freguesia de Alverca do Ribatejo, até ao dia 31/08/2013, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o referido prazo, apresentado pela Construtora UDRA, Lda, sem aplicação da sanção contratual prevista no artigo 403º do CCP, não decorrendo qualquer prorrogação do prazo contratual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 749/13, de 23/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que na reunião anterior tinha falado exatamente sobre esta questão. -----
Apesar de a determinada altura o documento que foi enviado pela UDRA mencionar que “as alterações de projeto acima referidas, apesar de não constituírem encargos adicionais para a empreitada ...”, pede desculpa por fazer uma pergunta um bocadinho “pateta”, mas um mês não implica mais encargos em termos de pessoal? Não acredita que depois a empresa não ponha trabalhos a mais, provavelmente irão aparecer, e seria bom a câmara municipal precaver-se com esta situação. Se aparecerem o próprio vai dizer “eu tinha razão”. -----



Fl. Ata™ 103

Reunião de 2013/07/31

Proc^o 29/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº



Interveio a Srª Engª Rosário Ferrão, informando que efetivamente não há trabalhos a mais. _____

Está-se a trabalhar com verbas da DREL - Direção Regional de Educação de Lisboa, com um contrato-programa aprovado e com verbas perfeitamente estipuladas, não havendo trabalhos a mais.

Este desvio de prazo nem sequer dá origem a revisão de preços, pelo que nem essa situação está considerada.

O pedido tem a ver com algumas alterações que foram precisas introduzir na sequência da obra, compensadas e aprovadas mais tarde pela DREL, atendendo a que o projeto que a DREL forneceu à câmara municipal tinha algumas deficiências, que os serviços deram conta e que o próprio empreiteiro também deu conta, não havendo de facto lugar a trabalhos a mais.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.

1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO PORTO DE AREIA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 698/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da manutenção da vigência do contrato e da execução dos trabalhos da empreitada de reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Porto de Areia, na freguesia da Castanheira do Ribatejo, até ao dia 30/09/2013, sem encargos para o dono da obra e de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o referido prazo, apresentado pela Construções Pragosa, SA, não decorrendo qualquer prorrogação do prazo contratual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 698/13, de 11/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, aproveitando este ponto para perguntar se há alguma resposta mais relativamente aos ofícios que a câmara municipal ficou de enviar às entidades que na opinião da câmara municipal contribuíram para a degradação da estrada, nomeadamente a EDP, a plataforma logística e a Simtejo.-----

Pensa que uma destas entidades, crê que a Simtejo, já disse qualquer coisa, e os membros da CDU até já solicitaram cópia dos ofícios enviados.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, informando que forneceu essas cópias, mas pode voltar a fornecer. -----

Respondeu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso não valer a pena, mas gostariam de

saber se já há alguma resposta por parte de algumas destas entidades que possa de alguma forma diminuir a sobrecarga financeira que a câmara municipal vai ter para reabilitar esta estrada.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que as respostas são evasivas, genéricas e, no fundo, referem que não tiveram nada a ver com aquelas intervenções, pelo que esta matéria terá que ser resolvida noutra área, provavelmente com uma ação contra as próprias empresas. -----

A única que se disponibilizou para assumir alguma coisa foi a Simtejo, todas as outras se refugiaram de uma forma muito genérica, pouco objetiva e, no fundo, diziam que não tiveram nada a ver com aquilo.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

A

Jan

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA DE SANTA IRIA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 766/13, de 25/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da conclusão dos trabalhos da empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa de Santa Iria para espaço cultural, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, até ao dia 31/08/2013, sem encargos para o dono de obra e de acordo com o plano de trabalhos apresentado pelo Consórcio Constrope – Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira – Instalações Especiais, Lda, bem como do plano de trabalhos e do cronograma financeiro, também apresentados pelo empreiteiro, ficando este vinculado aos novos documentos, não decorrendo qualquer prorrogação do prazo do contrato, reservando a câmara municipal o direito de exigir o pagamento de eventuais danos decorrentes do não cumprimento do prazo e do plano de trabalhos, fazendo valer os seus direitos de indemnização no caso de vir a ser prejudicada, nomeadamente pela perda de financiamento da empreitada, decorrente da candidatura do QREN. ---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 766/13, de 25/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que percebe, pelo enquadramento, que o espaço não vai ser inaugurado no prazo, muito dificilmente será, por causa do empreiteiro.-----
Já passou pelo local, não conseguiu passar mais, mas gostava de pedir à Srª Presidente para que possa por lá ir com alguém da câmara municipal, para

acompanhar e verificar a obra. Se for possível, estará sempre disponível, até porque depois a câmara municipal vai ter que, de alguma forma, saber o que é que o empreiteiro pretende. A sua situação pouco lhe importa, o que lhe importa, tal como à Srª Presidente e a todo o executivo, é que a obra esteja acabada.-----

Esta situação vai prolongar, não diz "sine-die" porque há de ter um final, e não está assim tão longe de acabar, mas tem que ter uma resolução dentro de um prazo normal. -----

Interveio a Srª Presidente, informando que o compromisso do empreiteiro está em terminar a obra no dia 31 de agosto. Está marcada uma nova reunião para sexta-feira e, efetivamente, para a câmara municipal, já são muito visíveis as dificuldades do empreiteiro, sendo que nem sempre os comportamentos são iguais.-----

Acabou de ser distribuído o documento referente ao ponto do rio Grande da Pipa, em que, com dificuldades, a empresa solicita a cedência da posição contratual, enquanto que neste caso tem havido uma resistência enorme em relação a essa situação. Aliás resistiu a isso mesmo, que já foi colocado na última reunião que houve, e isto tem em si um problema sério, que é o facto daquilo que falta fazer de obra obrigar a um concurso público, caso a mesma seja interrompida agora, e se essa fosse a opção, o município ficaria condenado a perder a comparticipação. -----

Aquilo que foi dito ao empreiteiro foi que ele seria responsável pela perda que a câmara municipal viesse a ter, mas o que acontece é que os "mortos" não pagam indemnizações a ninguém, por isso é que a autarquia anda muitas vezes "com eles às cavalitas", e é o caso concreto. -----

Terminou, reafirmando que sexta-feira haverá uma nova reunião, mas o panorama é um pouco este. -----

Quanto à visita à obra, o Sr. Vice-Presidente já se disponibilizou e combinará com o Sr. Vereador. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: ECOBAIRRO – REFORÇO DA MOBILIDADE E ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÓNICAS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 754/13, de 24/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da revogação da nomeação da Engª Cristina Monteiro como coordenadora de segurança em obra, e nomeação da Engª Filipa Rio Pedro, da PMT – Engenharia e Consultadoria, Lda, para a função de coordenadora de segurança em obra, respeitante à empreitada do Ecobairro – Reforço da mobilidade e eliminação das barreiras arquitetónicas, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 754/13, de 24/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que os membros da CDU queriam apenas perceber a questão da engenheira da câmara municipal não ficar como coordenadora de segurança em obra, porque não está explícita na documentação fornecida. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que foi um hiato que a câmara municipal teve de cobrir enquanto o procedimento relativamente a esta prestação de serviços decorria. -----

A obra não podia estar sem coordenação, como tal esse hiato foi preenchido pela técnica da câmara municipal, mas as suas funções não são propriamente fazer a coordenação da obra, são segui-la e fazer a fiscalização. -----

Foi presente a reunião de câmara a autorização para a técnica municipal ser a

coordenadora, e agora, que já foi adjudicada a prestação desse serviço, é proposto que essa coordenação cesse e entre outra coordenadora. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Pereira, entrando já na discussão do ponto 25 da ordem do dia, referindo que é a tal situação de perceber o porquê de haver uma nova engenheira como coordenadora de segurança em obra, no entanto o desenvolvimento do plano de segurança e saúde está assinado pela anterior coordenadora. -----

É realmente esse hiato que suscitou a dúvida de ter sido assim, como não estavam ainda aprovados os serviços da nova empresa prestadora de serviços está-se a adiantar, porque eventualmente, e não quer entrar por aí, a fase em que a obra está levou a que tivesse de ser a primeira coordenadora de segurança a aprovar tecnicamente o desenvolvimento do plano de segurança e saúde. -----

O voto dos membros da CDU, mais uma vez, nesta situação, acaba por ser um voto político, pela forma como decorreu a questão destas trocas do Ecobairro, como é público, e em tudo o que diz respeito a este assunto votam contra. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que o Ecobairro não tem nada a ver com esse assunto. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo a troca de terrenos que se passou. O próprio vem às reuniões de câmara de vez em quando e tem que se servir de quem costuma vir mais vezes para lhe esclarecer, sendo um voto político. -----

Interveio de novo a Srª Presidente, perguntando se os membros da CDU também votam contra o ponto 25, ao que o Sr. Vereador Rui Pereira respondeu afirmativamente. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

A

1007

Fl. Livro -----

Fl. Ata 110

Reunião de 2013/07/31

Procº 19/13 DOVSM-EMP

Deliberação nº 837

1. Assunto: ECOBAIRRO – REFORÇO DA MOBILIDADE E ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITETÓNICAS – PÓVOA DE SANTA IRIA – DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 759/13, de 25/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada do Ecobairro – Reforço da mobilidade e eliminação das barreiras arquitetónicas, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada à AECI – Arquitectura, Construção e Empreendimentos Imobiliários, SA.-----


3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 759/13, de 25/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 24 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: AMPLIAÇÃO DO TALHÃO R DO CEMITÉRIO DE VILA FRANCA DE XIRA –
RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 716/13, de
12/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do relatório final de análise das propostas,
com adjudicação à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 207 708,47€ + IVA,
sendo o prazo de execução de 135 dias, respeitante à empreitada de ampliação do
talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 716/13, de 12/07, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DA ENCOSTA DO MONTE GORDO – QUINTA DE SANTO AMARO – VILA FRANCA DE XIRA – RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 762/13, de 26/07, do DOVI/DOVI, para aprovação do relatório final de análise de propostas, com adjudicação à Alves Ribeiro, SA, pelo valor de 762 441,40€, acrescido de IVA, sendo o prazo de execução de 90 dias, referente à empreitada da estabilização e contenção da encosta do Monte Gordo, na Quinta de Santo Amaro, em Vila Franca de Xira.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 762/13, de 26/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor, mas pretendiam saber em que ponto está a situação do lote 2 e o projeto que foi entregue aos moradores do lote 1. -----
Interveio a Srª Presidente, informando, em relação ao lote 2, que a semana passada a câmara municipal recebeu finalmente o ofício da Bolsimo, dando conta de algumas dificuldades e também alguma resistência naquilo que será a assunção de responsabilidades posteriores, face à demolição. O assunto foi encaminhado para o Dr. Manuel Rodrigues, que ainda esta semana preparará uma resposta à empresa, no sentido de a notificar para fazer a demolição, e depois aguardar-se pelas consequências.-----

No que diz respeito ao lote 1, porque não houve nenhuma resposta da parte do condomínio, e porque entretanto a câmara municipal foi contactada por alguns







moradores, para saberem o ponto de situação, o condomínio vai ser oficiado para se pronunciar por escrito sobre aquilo que lhe foi presente. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

CAPÍTULO: GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SRª PRESIDENTE -----

2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no período compreendido entre 2013/07/08 e 2013/07/19, referentes à emissão de horários de funcionamento e emissão e renovação de cartões de vendedor ambulante. -----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: MERCADO RETALHISTA DE VILA FRANCA DE XIRA – TROCA DO LUGAR 20 PELO LUGAR 18 DA PLACA 2 – ANABELA DA SILVA MORAIS PEREIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 151/13, de 18/07, do GAMAE, para aprovação da troca do lugar 20 pelo lugar 18, ambos da placa 2, do mercado retalhista de Vila Franca de Xira, solicitada por Anabela da Silva Morais Pereira. -----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que infelizmente os membros da CDU têm vindo a falar de há uns anos para cá das dificuldades, e gostariam de ter um ponto de situação do que se está a passar com o mercado retalhista de Vila Franca de Xira. -----
A ideia que o próprio tem, por ver, não são conversas de café, nem de esquina, é que o número de vendedores tem vindo a diminuir. Queria apenas confirmar se há dados concretos, se tem vindo a reduzir de facto, e se as pessoas estão deixar de vender e estão a abdicar dos seus lugares de venda, ou não.-----
Respondeu a Srª Vereadora Conceição Santos que depende das épocas, entre maio e junho foram recebidos pedidos para atribuição de lugares, há outras alturas em que há pedidos de desistência. -----
Aquilo que alguns vendedores dizem é que têm possibilidade de colocar ali à venda o que produzem, pelo que se nessa época têm produtos pretendem o lugar, se não têm, desistem dele. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



Deliberação nº _____

Pelas 18h00, após a discussão e votação do ponto 29 da ordem do dia, a Sr^a Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

publico

CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Aça 119

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
OBRA DO ECOBAIRROS - HORTAS URBANAS – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o município, Sr. João Cardoso Fernandes, reportando-se à obra camarária por trás da estrada nacional 10, da “Cabana” e das “3 marias”, na Póvoa de Santa Iria, questionando se no projeto é para ficar em rampa, da estrada de cima até abaixo, quase ao pé do muro do saguão da sua casa e das outras. Há 6 casas naquela zona, os moradores não concordam com isso, porque a inclinação, além de 3,5, já não segura as águas, nem sequer da rega, quanto mais chuvas e terras. ----- Esteve a falar com um engenheiro, na quarta-feira, que tinha vindo da obra de baixo, ao pé do Tejo, e este respondeu-lhe que a sua pretensão até era correta. Disse também o engenheiro que ficou com o contacto do próprio, e que lhe falava, mas até hoje ainda não tem informação nenhuma, tendo o engenheiro dito que ia falar com uma colega, engenheira. -----

São 6 casas ao todo, a dele e a dos seus vizinhos, têm um saguão com 3 metros de fundura, ao nível do rés do chão, com cerca de 2 metros de largura, e se se pretende fazer uma rampa na estrada, até perto do saguão, vai tudo parar ali, como as terras, as cheias, questionando depois como é que as pessoas vão para o jardim. -----

Até julho do ano passado havia barracas e um muro que estava mais ou menos desviado 2 metros do muro do saguão das casas, ou seja, havia terreno direito, e um muro, com barracas, socalcos e hortas, pelo que as chuvas paravam ali. Desta forma, os moradores querem o muro, de ponta a ponta, mais ou menos como o que lá estava, e querem aquilo vedado, pois para ali ninguém passa. A passagem faz-se toda por cima ou por baixo, das “3 marias” ninguém passa para ali, e se aquilo ficar como se propõe, não se pode viver ali. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, referindo que não sabe se a Arqtª Vitória Cochicho já identificou a situação, solicitando que a mesma esclareça. -----

Interveio a Arqtª Vitória Cochicho, mencionando que os serviços já sabiam desta situação, e foi detetada quando se fizeram as demolições de uma série de barracas que havia na zona. De facto há um limite entre a propriedade privada e aquilo que vai ser o espaço público das hortas urbanas, e tem que se ver agora, que a obra vai começar e já se tem o terreno todo limpo, se é mesmo necessário criar ali um



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 120

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

muro, ou se a solução que o projeto tem, que é da criação de uma barreira verde, será suficiente para fazer essa separação entre o espaço público e privado. -----

Por outro lado, relativamente à questão da drenagem, que o munícipe colocou, está tudo acautelado no projeto. Existe um projeto de drenagem, e nada vai ser encaminhado para o terreno do munícipe. -----

Quanto à vedação, tem que ser visto se se justifica, porque o que está previsto é a criação de uma cortina verde ao longo destes logradouros, mas pensa que a questão agora será resolvida, embora já tivesse sido identificada anteriormente. ----

Interveio a Srª Presidente, para dizer que aparentemente haveria lá um muro, só que o muro não constava do projeto de construção. Não era um muro, era uma divisória. -----

Esclareceu a Arqtª Vitória Cochicho que era uma série de barracas. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, dizendo, de qualquer forma, que a câmara municipal está a analisar. Segundo o que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, o muro foi feito à revelia do próprio prédio, pois nem todos estavam de acordo com ele. -----

Interveio novamente o munícipe, referindo que estava lá o muro, e que segurava as terras e as águas da chuva. -----

Prosseguiu a Srª Presidente, mencionando que se vai encontrar uma solução, salvaguardando a situação, e é isso que é preciso. Entretanto, pode-se ir falando com o munícipe sobre o assunto. -----

Solicitou ainda à Arqtª Vitória Cochicho para falar com o munícipe, e explicar-lhe um pouco melhor. -----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 121

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA SUL DO CONCELHO – FORTE DA CASA-----

Interveio o munícipe, Sr. João Bigode, mencionando que esteve a conversar com o jornalista da Voz Ribatejana, mas não esteve a dar nenhuma entrevista, tendo estado simplesmente a conversar sobre as instituições de solidariedade, e a dizer que é muito cético em relação a isso. -----

Prosseguiu, reportando-se à frente ribeirinha, dizendo ter estado presente na inauguração, e foi abordado por um casal do Forte da Casa, mas não gostaria de voltar a falar na reorganização administrativa, para não estar sempre a batalhar nisso.-----

Quanto à frente ribeirinha, já lá foi depois da inauguração, tem acompanhado e visto que, de facto, há uma grande azáfama ao local, até de noite. Ouviu uma pessoa dizer que era um “mar de gente”, e o próprio diz que é um rio Tejo de gente.-----

Continuou, referindo-se ao casal do Forte da Casa que o abordou e que comentou que o próprio estaria “ferido” pela situação da reorganização, e o que lhe respondeu foi que a sua alma estava “ferida”, porque as pessoas do Forte da Casa foram vilipendiadas, em determinada altura, mas é evidente que a história irá julgar essas pessoas, e agora, nas próximas autárquicas, os responsáveis de hoje, que não corrigiram, irão ser penalizados. -----

Aquilo que respondeu também foi que entre o progresso e o imobilismo está com o progresso, e o caminho ribeirinho é o progresso, a República ganhou muito com ele, e está a ganhar.-----

Há um lamento que também tem a fazer, que havia pessoas, autarcas presentes, que podiam ter acompanhado a marcha até aos trilhos e não o fizeram, pelo que questiona se estão do lado do imobilismo.-----

Quando foi para fazer o descerramento da placa, já no território do Forte da Casa, a Srª Presidente chamou autarcas da zona para o fazer, mas não apareceram, e esse é um lamento que deixa. -----

Considera que há uma coisa em que a câmara municipal, agora, possivelmente, se atender ao seu pedido, terá de gastar mais uns euros, concretamente quanto às casas dos pescadores. -----

Aquelas casas são para arrecadar as artes, e o que nota é que se está a adulterar a zona, e se continuar assim vai ficar terrível, pois está-se a usar um sofá improvisado para se estar a descansar, ou cadeiras do tipo praia, bem como fogareiros a fazer churrasco em cima dos blocos de pedra.-----

Desta forma, pergunta se a câmara municipal não poderá fazer, para cada casa, ou pelo menos para aquelas viradas para o Tejo, um banco tipo jardim, em madeira, para ser tudo igual e enquadrar com as casas, para que cada um não ponha um sofá à sua maneira, pois a zona fica de facto degradante. É uma zona pedonal, onde as pessoas passam diariamente, e não vai agora ali cada um ter um sofá à sua maneira. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que aquilo são espaços para arrecadar as artes. Na véspera chegou lá à tarde, e viu que estavam cabeças de carapau à espera que os gatos viessem comer nas escadinhas que vão direito ao rio, bem como uma série de tralhas já às portas. -----

Explicou às pessoas a diferença entre ter uma coisa agradável, que pode ser até, do ponto de vista turístico, uma referência, e uma chamada para uma comunidade, que tem alguns hábitos diferentes, é certo, mas uma comunidade que se conhece, com que alguns não contactam muito.-----

Agora, ainda hoje a própria e o Sr. Presidente da junta já tiveram oportunidade de falar sobre isso, e já se falou hoje, no início desta reunião, numa coisa que se chama cidadania e deveres do cidadão, não são só direitos do cidadão. Naquela obra, entre a Póvoa e o Forte da Casa, foram gastos 6 milhões de euros, e é bom que as pessoas tenham consciência, e que o estimem. -----

Mais do que isso não pode dizer, porque houve imensas dificuldades com situações idênticas, em que as pessoas não têm nada disso em consideração, esperando, e conta, neste caso, com a associação cultural dos Avieiros, que efetivamente se ponha um pouco de ordem naquilo, porque pode ser muito bonito se estiver em ordem.-----

CAPÍTULO: NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL

1. Assunto: COMPRA E VENDA DE LOTES DE TERRENO DESTINADOS A CONSTRUÇÃO
SITOS NA QUINTA DA COUTADA – VILA FRANCA DE XIRA – MINUTA DA ESCRITURA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 190/13, de
23/07, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta da escritura de
aquisição de lotes de terreno destinados a construção, sítos na Quinta da Coutada,
em Vila Franca de Xira, a celebrar com Filipe Borba Andrade e Sousa.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 190/13, de 23/07, do
Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido
nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Sr^a Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação, referindo que o assunto já veio à câmara municipal e foi aprovado,
sendo presente neste momento para aprovação da minuta da escritura.-----
Interveio a Sr^a Vereadora Ana Lúcia Cardoso, só para lembrar aquilo que foi
decidido em reunião de câmara, crê que por unanimidade, quanto ao espaço ser
condicionado à construção de habitações, não sabendo se poderá haver um
protocolo que de alguma maneira vincule a construção, ou se é necessário.-----
Respondeu a Sr^a Presidente que esse é um compromisso da câmara municipal,
inclusivamente o processo está no Tribunal de Contas, entidade que já perguntou
em que pé estava esse assunto, e por que é que se tinha tomado essa decisão de
habitação a custos controlados, pelo que este compromisso cresce de volume.-----
Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva dizendo que os membros da Coligação Novo
Rumo votam contra.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da
Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Sr^a Presidente.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA



Reunião de 2013/07/31

Deliberação nº **843**



Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Resolução da Assembleia da República nº 106/2013, de 18 de julho, I série, que recomenda ao Governo a ampliação do tipo de garantias aceites pela Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito do pedido de reembolso de IVA e atualização de taxa de juros indemnizatórias a pagar pelo Estado; -----

Resolução da Assembleia da República nº 109/2013, de 18 de julho, I série, que recomenda ao Governo a revisão, urgente, do regime da renda apoiada; -----

Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, I série, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais; -----

Portaria nº 230-A/2013, de 19 de julho, I série, terceira alteração à Portaria nº 756/2009, de 14 de julho, que estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário e para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares; -----

Portaria nº 231/2013, de 22 de julho, I série, que aprova os requisitos técnicos e funcionais dos contadores inteligentes; -----

Portaria nº 232-A/2013, de 22 de julho, I série, que procede à primeira alteração ao Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior, aprovado pela Portaria nº 401/2007, de 5 de abril; -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 46/2013, de 23 de julho, I série, que aprova o Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção 2013-2015 e o Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção- Justiça Juvenil- 2013-2015; -----

Lei nº 50/2013, de 24 de julho, I série, quinta alteração à Lei nº 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições; -----

Lei nº 51/2013, de 24 de julho, I série, que procede à alteração à Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, do Código dos Impostos Especiais de Consumo, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 172/94, de 25 de junho, à Lei nº 28/2012, de 31 de julho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 113/2011,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____



Fl. Ata 128

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

de 29 de novembro; -----
Portaria nº 235/2013, de 24 de julho, I série, que identifica os elementos estatísticos referentes a operações urbanísticas que devem ser remetidos pelas câmaras municipais ao Instituto Nacional de Estatística, I.P. e revoga a Portaria nº 1111/2001, de 19 de setembro; -----
Lei nº 52/2013, de 25 de julho, I série, que procede à segunda alteração à Lei nº 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia, e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança; -----
Despacho nº 9888-A/2013, de 26 de julho, II série suplemento, que homologa o Programa de Matemática para o Ensino Básico.-----
Tomado Conhecimento. -----

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente, pelo Sr. Vereador Vale Antunes e pelo Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, no período compreendido entre 2013/07/12 e 2013/07/25, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

19

Fl. Livro _____

Fl. Ata 130

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº 846

2013

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----23 537 683,31€
Dotações não Orçamentais----- 2 170 343,72€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 4 289 843,48€
Dotações não Orçamentais----- 662 176,85€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

A

Jan

1. Assunto: CRIAÇÃO DA EQUIPA DE PROJETO MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 490/13, de 25/07, do DGAFJ/DRH, para aprovação da criação da Equipa de Projeto Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, bem como da designação do seu coordenador, o Técnico Superior, Luís Miguel Alves Matas de Sousa, nos termos do artº 11º, do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 490/13, de 25/07, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros para efetuar a apresentação do ponto.-----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, referindo que este ponto resulta da criação de uma equipa multidisciplinar, que é permitida introduzir na estrutura hierarquizada do regulamento orgânico da câmara municipal e que já veio a reunião de câmara, propondo-se a aprovação desta equipa, do seu coordenador, dos membros que fazem parte da mesma e definição dos objetivos. -----

A competência legal da matéria para vir a reunião de câmara resulta do artº 11º, do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. Este diploma analisou esta matéria da estrutura orgânica relativamente aos dirigentes e originou precisamente a alteração ao regulamento orgânico em vigor. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que este ponto já veio a reunião de câmara quando foi aprovada a reestruturação orgânica da câmara municipal. Na altura os membros da CDU votaram contra porque entenderam que fazia todo o sentido que esta equipa fizesse parte do departamento de urbanismo,

não acharam correto que tivesse existido a sua criação e que por isso mesmo a câmara municipal tivesse que deixar de ter, por exemplo, um diretor de departamento na área do ambiente, que também era muito importante.-----

Disse ainda que, na forma como é presente, não se consegue perceber que técnicos fazem parte da equipa, se são, por exemplo, engenheiros, ou arquitetos, e que tipo de funções vão ter os 9 colaboradores, pelo que a CDU vota contra a criação desta equipa, também pelos pressupostos que já disse anteriormente.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva referindo que na altura os membros da Coligação Novo Rumo estiveram de acordo com a constituição desta equipa. Já souberam que em termos de remuneração o responsável é equiparável a um diretor, mas não sabem em pormenor que trabalhadores são os 9 trabalhadores propostos e que objetivos concretos estão já definidos para o resultado de um trabalho imediato e que possam realmente ser atribuídos. -----

Interveio a Srª Presidente dizendo, em relação aos objetivos, que estão bem definidos no corpo da própria informação. -----

Respondeu o Sr. Vereador Vítor Silva que estão definidos teoricamente, mas no aspeto prático não.-----

A Srª Presidente esclareceu que se está a falar, por exemplo, em relação à conclusão das obras do quadro comunitário, às obras do próximo quadro comunitário do programa da reabilitação urbana e à questão da habitação a custos controlados, sendo programas que vão ser claramente coordenados por esta equipa. -----

Os assuntos da reabilitação urbana já estão a ser preparados com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e com o programa que o Governo muito recentemente anunciou, que ainda não está definido, mas que o será antes do fim do ano, segundo a informação que tem. São, ao fim ao cabo, nas áreas da requalificação que esta equipa vai continuar a trabalhar. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva perguntando se a Srª Presidente sabe dizer concretamente quais são as zonas, se é, por exemplo, em Alhandra, ou em Vila Franca de Xira. -----

Respondeu a Srª Presidente que as zonas ainda vão ser definidas, mas para já será a requalificação das habitações municipais e a criação de propostas que



Deliberação nº _____

possibilitem a adesão de privados aos programas da reabilitação urbana. -----
Interveio ainda o Sr. Vereador Vítor Silva, perguntando se os 9 trabalhadores são técnicos, ao que a Srª Presidente respondeu que são os trabalhadores que já fazem hoje parte da equipa.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

1. Assunto: CANDIDATURA AO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP) PARA APOIO AOS REFEITÓRIOS ESCOLARES – AUTORIZAÇÃO DE DESPESA -----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 408/13, de 23/07, do DGAFJ/DRH, para autorização da despesa relativa à candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para apoio aos refeitórios escolares dos jardins de infância e escolas do 1º ciclo, para 155 pessoas, em regime de contrato emprego-inserção. -----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 408/13, de 23/07, do DGAFJ/DRH, cabimento e declaração sobre o enquadramento do encargo plurianual elaborada pela DFPCO, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
- Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que este ponto já foi falado em reunião de câmara. De facto vai-se autorizar uma despesa para uma candidatura ao IEFPP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, de 155 pessoas que vêm trabalhar para os refeitórios escolares, ao abrigo do contrato de emprego e inserção. -----
- A Srª Presidente há pouco precisou, quando a própria disse que estas pessoas vinham ganhar 84,00€ mais o subsídio de refeição, que acresce ainda o subsídio de desemprego, mas o certo é que não traz benefício a quem vem trabalhar, a não ser os 84,00€. Provavelmente seria mais legítimo dizer que a pessoa, por exemplo, em vez de ter 1 ano de fundo de desemprego, teria 1 ano e meio, porque se predispõem a trabalhar por 84,00€ por mês, mais o subsídio de refeição. -----
- Isto é, mais uma vez, uma prova das políticas erradas, quando não é permitida a

admissão de pessoal para preencher vagas que são postos de trabalho permanentes, às quais deveriam corresponder contratos de trabalho permanentes. -----

A câmara municipal vai colocar 155 pessoas num trabalho difícil, de apoio aos refeitórios escolares, onde é preciso ter, não só jeito, mas também alguma formação, pois as crianças nem sempre são fáceis e algumas delas até têm doenças específicas que não lhes permitem comer aquilo que gostariam, pelo que é preciso ter formação, e é preciso também gostar daquilo que se faz quando se trabalha com crianças. -----

Os membros da CDU estão completamente contra a utilização deste tipo de candidaturas, de todo o modo, percebendo a necessidade, e percebendo que por causa do Governo a câmara municipal neste momento, mesmo que quisesse, não tinha outra opção, vão abster-se. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, acrescentando uma questão que tem preocupado os membros do PS e que também têm trazido à câmara municipal, que tem a ver com as regras relativamente aos subsídios de desemprego, que têm vindo a ser alteradas, nomeadamente tem vindo a ser reduzido o prazo pelo qual as pessoas recebem o seu fundo de desemprego e algumas regras que se aplicam sobre estas pessoas e candidaturas, que não trazem benefício a ninguém. Por exemplo, uma delas é o facto de quando termina o fundo de desemprego as pessoas deixam de poder participar nestes programas, o que significa que de uma assentada só ficam sem o subsídio de desemprego, sem o apoio suplementar que tinham e sem as refeições que a câmara municipal dava, ficando numa situação social bastante preocupante. Por outro lado, para além da situação psicológica, ficam também com as situações social e pessoal complicadas, que muitas vezes a câmara municipal procura acompanhar e integrar de outra maneira, com apoios sociais, que eventualmente não seriam necessários caso as regras para o fundo de desemprego fossem outras. -----

Deu ainda uma nota suplementar, relacionada com o facto de algumas destas candidaturas serem de prazo limitado, o que significa que aquela pessoa, apesar de se ter habituado ao serviço que faz, das outras pessoas terem gostado dela e de as crianças se terem habituado a ela, por razões puramente burocráticas e

A



administrativas não poder repetir aquela prestação de serviço naquela escola, nem em qualquer outra.-----

São algumas preocupações que, do ponto de vista da lei, o Governo poderia eventualmente ter em conta e alterar de maneira muito fácil, tornando mais fácil a vida para um conjunto de pessoas, que é significativo. Como se vê na informação, são pelo menos 155 pessoas, que prestam um trabalho que gostava de deixar sublinhado que muitas vezes é meritório, e as notas positivas são muito mais do que uma ou outra situação de dificuldade, que normalmente é resolvida naquele momento.-----

Terminou, deixando uma palavra de incentivo à pessoas que têm vindo a colaborar com a câmara municipal e com os agrupamentos de escolas neste serviço.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 234/13, de 15/07, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da cessão da posição contratual, solicitada pela Big Smile, a favor do operador Reilimpa, SA, respeitante à contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos municipais.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 234/13, de 15/07, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que este tinha sido um concurso para 3 lotes, mas depois houve a suspensão do funcionamento da piscina municipal da Calhandriz, e também foi comunicado ao adjudicatário que a piscina do Forte da Casa passava para o IAC – Instituto de Apoio à Comunidade.-----
Pretendia fazer 2 perguntas: Por que é que a cessão da posição contratual a favor da Reilimpa é feita sem concurso público? Por que razão não se desenvolve um novo concurso, com base nos pressupostos atuais? -----
Respondeu o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo não ser membro do júri, de qualquer maneira, para o Sr. Vereador ter uma ideia, informou que o contrato está feito e devidamente adjudicado na decorrência dos procedimentos normais para esta matéria. É a própria empresa que vem pedir a cessão da posição contratual, correspondendo a um direito que é seu, à câmara municipal cumpre apenas concordar ou não concordar, mas não há um novo concurso sobre o concurso que já está feito. Sabe-se qual é a empresa a quem foi adjudicado o

A

Jan

trabalho, é esta que o está a prestar e é também esta que está a pedir para ser substituída por outra, nos mesmíssimos termos em que ganhou o concurso.-----

Este é um processo que não tem a ver com o processo inicial, que resultou de um procedimento nos termos dos contratos públicos normais. Aliás, o que é proposto é perfeitamente normal, mas é a empresa a quem foi adjudicado que pede a cessão da posição contratual exatamente nos termos em que lhe foi adjudicado o trabalho. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que os membros da CDU votam contra.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

A

1007

1. Assunto: FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR, INÍCIO DE NOVO PROCEDIMENTO, APROVAÇÃO DAS PEÇAS CONCURSAIS E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 253/13, de 18/07, do DGAJ/DFPCO/SC, para aprovação do relatório final com proposta de revogação da decisão de contratar, por ajuste direto, por critério material, bem como autorização para início do procedimento de concurso público, com publicação internacional, aprovação das peças concursais e constituição do júri, relativas ao fornecimento de gás natural para as piscinas do concelho de Vila Franca de Xira.----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 253/13, de 18/07, do DGAJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DO BOM SUCESSO – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DOS MONOBLOCOS NO PERÍODO DAS OBRAS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 388/13, de 01/07, do DEC/DE, para aprovação da atribuição de um subsídio, no valor de 704,25€, ao agrupamento de escolas do Bom Sucesso, relativo a despesas de funcionamento de monoblocos, quando instalados na escola sede, no decurso da obra de construção do novo edifício do jardim de infância.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 388/13, de 01/07, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/04/015B--Orçam.08/04.03.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro -

Fl. Ata - 142

Reunião de 2013/07/31

Procº EDUCA.00SE.006.

Deliberação nº 852

1. Assunto: SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES 2013/2014 – PROTOCOLOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO BOM SUCESSO E D. ANTÓNIO DE ATAÍDE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 394/13, de 03/07, do DEC/DE, para aprovação das minutas dos protocolos a celebrar com os agrupamentos de escolas do Bom Sucesso e D. António de Ataíde, e respetivo compromisso de verbas, no âmbito do serviço de refeições escolares respeitante ao ano letivo de 2013/2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 394/13, de 03/07, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/001B Orçam. 08/04.03.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

1. Assunto: SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES 2013/2014 – PROTOCOLOS A
CELEBRAR COM IPSS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 393/13, de
03/07, do DEC/DE, para aprovação de minuta dos protocolos a celebrar com 9
instituições particulares de solidariedade social do concelho, no âmbito do serviço
de refeições nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino
básico, no ano letivo 2013/2014, e respetivo compromisso de verbas. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 393/13, de 03/07, do
DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/001E Orçam. 02/02.01.05-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de
câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que os membros da CDU pretendiam
fazer uma proposta, para além do protocolo a celebrar com as IPSS, sendo este
realmente um serviço indispensável ao bem-estar das crianças que constituem a
população escolar do concelho, atendendo à questão do preço da refeição de que
as cantinas sociais estão a ser ressarcidas, de 2,50 €. Aquilo que propõem é que a
atualização, até porque já não é atualizado desde 2010, se faça para os 2,00€ por
refeição e 0,42€ para o caso dos lanches.-----
Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que este processo já foi
devidamente preparado e organizado com todas as IPSS.-----
O preço foi atualizado para 1,95€, que é um valor adequado à alimentação servida
e que resulta da negociação já havida com o conjunto das IPSS, que aceitaram
estes preços. Estes contratos são estudados com todo o cuidado por parte dos
diversos parceiros locais, e este é o valor a que se chegou, por acordo com as IPSS
do concelho, não fazendo sentido estar a pagar mais do que o que o serviço vale.---

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que o que se está a falar é de uma atualização de 1% ao preço que está a vigorar desde 2010/2011. Provavelmente, se se "der de barato" que a parte da mão-de-obra não teve incremento, tudo o resto sofreu aumentos, como os combustíveis para as deslocações para levar as refeições, a água, a eletricidade e o gás tiveram, e têm aumentos.-----

Os membros da CDU não querem acreditar que com o acerto de 1%, e mesmo elevando o valor para 2,00€ por refeição, se está a repor aquilo que as IPSS têm estado a perder. Também não acreditam que, se o município propuser 2,42€ para os lanches, as IPSS vão dizer que não querem.-----

Tem que haver alguma preocupação, e neste tipo de serviços ainda mais, mas o Estado também deve dar bons exemplos, e quando às vezes se querem "esmagar" preços aos fornecedores, está-se a proporcionar, das duas uma, sendo que o que pode variar é o período em que isso pode passar a acontecer, o decréscimo da qualidade do serviço, ou dos ingredientes das refeições. -----

Poder-se-á transpor isto para outras situações, ou seja, o facto de se estar a tentar de alguma forma "esmagar preços" a montante, a jusante vai ter repercussões, seja na diminuição do valor dos salários que se estão a pagar às pessoas que executam essas funções, quer na preparação ou na distribuição, seja na qualidade dos produtos. A câmara municipal, que está a contratar, e quem está nas compras e os seus superiores, devem de alguma forma ter isso em linha de atenção, que quando se "esmaga", nalgum lado vai ter que se cortar, e muitas vezes já não há lucro suficiente para se estar a "esmagar".-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que falar de "esmagar" preços num ano em que se está a aumentar o valor a pagar, parece-lhe um pouco exagerado. Por outro lado, os serviços que são prestados pelas instituições são de elevada qualidade, aliás são servidas cerca de 4 500 refeições todos os dias, e no final do ano letivo o índice de reclamações é praticamente inexistente, se chegar às 10 reclamações num ano inteiro é muito, e está-se a falar de 600 000 refeições por ano. Isto significa que os parceiros da autarquia são altamente fiáveis e empenhados no trabalho que estão a fazer. -----

Relativamente ao comportamento, a câmara municipal tem sistematicamente com



todos os seus fornecedores, e resta dizer que neste caso em concreto as instituições nem sequer funcionam como fornecedores no aspeto comercial do termo, um papel de reconhecimento de pagamento absolutamente atempado de todos estes valores. -----

Concluiu, dizendo que o Estado, ao que se sabe, paga as refeições a 1,46€, pelo que, quando se está a falar de um ano em que a câmara municipal passa de 1,92€, e as instituições estavam disponíveis para continuar com esse valor, para 1,95€, depois de um esforço que fez no sentido de conseguir organizar-se para poder aumentar um pouco este valor, e depois de todos os diretores terem conversado sobre este assunto e terem aceitado, estar a falar de “esmagamento” de preços e de “asfixiamento” dos fornecedores é, no mínimo, exagerado.-----

Como não podia deixar de ser, a proposta mantém-se, é economicamente vantajosa para todos e garante a qualidade que a câmara municipal sempre tem mantido, sendo esta a sua prioridade, mas é também prioridade de todas as IPSS que estão envolvidas neste processo. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que os membros da CDU lamentam a posição do PS em não alterar a proposta, mas obviamente que não vão votar contra, votam favoravelmente o protocolo a celebrar com as IPSS, lamentando a posição de menor abertura. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



1. Assunto: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2013/2014 – APOIOS SOCIOEDUCATIVOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 397/13, de 16/07, do DEC/DE, para aprovação, no âmbito do programa da ação social escolar para o ano letivo 2013/2014, dos apoios socioeducativos aos alunos da educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico do concelho de Vila Franca de Xira e respetivos compromissos de verbas.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 397/13, de 16/07, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/001F Orçam. 08/04.03.01-----
----- Plano 04/01/03/001H Orçam. 08/04.03.01 -----
-----Plano 04/01/03/001G Orçam. 08/04.03.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março. -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, aproveitando este ponto para referir que não sabe se não há programa de troca de manuais escolares este ano, ou se está menos divulgado, porque não vê a informação que viu há uns anos atrás. Tendo havido este ano alteração de manuais, nomeadamente no 4ºano do 1ºciclo, gostaria de perguntar se a câmara municipal, uma vez que faz parte dos conselhos gerais dos agrupamentos de escolas, se sugeriu ou propôs que fosse tida em atenção a necessidade de reutilização do manual escolar.-----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que este ano a câmara municipal vai oferecer a todas as crianças dos escalões A e B os manuais do 1º ano do 1º ciclo, sendo um procedimento que está a decorrer e já está articulado com os diversos agrupamentos.-----

Relativamente à troca de manuais escolares, lançou-se o ano passado, com um grande índice de sucesso, o Banco do Livro Escolar, a partir da Casa da Juventude



de Alverca do Ribatejo, tendo sido possível satisfazer cerca de 5 mil trocas de livros entre famílias do concelho, de todos os graus de ensino, o que motivou a criação de mais bancos do livro escolar ao longo do concelho. -----


A título de exemplo, referiu que há 15 dias, na Póvoa de Santa Iria, o próprio, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e a associação de pais local inauguraram um banco do livro escolar específico para a Póvoa de Santa Iria e para o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santa Iria que funciona no Centro Comercial Serra Nova, que se espera seja um sucesso. Foi, de igual modo, lançado um projeto desse género no Agrupamento de Escolas Aristides de Sousa Mendes. -----

Mais do que nunca, esse projeto ganhou “pernas para andar”, as pessoas estão a pegar nele, com uma vantagem, uma vez que os bancos de livros escolares funcionam sempre em rede, mesmo que haja alguém que tenha livros disponíveis na Póvoa de Santa Iria e que outra pessoa peça na Castanheira do Ribatejo, a câmara municipal consegue sempre ter acesso a essa informação e consegue fazer circular os manuais por todo o concelho, e até para fora, caso seja necessário. -----

Deu conta também que, não sendo responsabilidade da câmara municipal, mas através da Associação Caminhar com Rumo, fez-se também um protocolo no sentido de se começar a desenvolver este projeto de troca de livros escolares para o ensino superior, que também é uma área complexa, às vezes até mais cara, em que muitas vezes depois do curso concluído a pessoa até tem condições para disponibilizar os manuais, sobretudo aqueles que não fiquem obsoletos. -----

Concluiu, dizendo que espera que esta vontade de trocar livros e disponibilizar os manuais escolares vá crescendo nas famílias de todos, com uma recomendação forte, que foi outra vez alvo de deliberação no âmbito do Conselho Municipal de Educação, e que também já foi referido em reunião de câmara várias vezes, que é a necessidade dos manuais escolares serem elaborados, publicados e editados de maneira a poderem, a seguir, ser reutilizados com qualidade. -----

Quando é preciso escrever nos manuais, ou em alguns casos até recortar e colar, torna-se impossível uma utilização com qualidade por quem vem a seguir, mas esta é uma guerra que a câmara municipal não pode vencer, eventualmente as escolas também não, porque é uma questão de fundo, só se o Governo tomar uma decisão que obrigue as editoras a procederem dessa forma, porque o interesse



destas é vender livros, não publicar uma vez e ficar à espera que as famílias os vão trocando. Isto para dizer que espera que o processo de troca de manuais continue.- No que diz respeito à escolha dos manuais escolares, o município tem tido a preocupação de, tanto quanto possível, haver uma generalização, para facilitar exatamente esta troca, mas, sobretudo no 1º ciclo, há situações de exceção, em que dentro do próprio agrupamento há algumas escolas que pela sua especificidade pedagógica recomendam outros manuais. No entanto, de uma forma geral, tem-se procurado que exista homogeneidade nas propostas de livros dos diversos agrupamentos. -----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que a Associação de Livreiros tem uma força brutal neste país, e não é fácil contornar uma coisa destas quando esta quer é vender. -----

De resto, neste momento existe um acordo ortográfico porque os livreiros estão associados com os brasileiros, e como o mercado brasileiro é maior, altera tudo. ---- O próprio não é o adepto fervoroso do livro único, mas lembra-se que antigamente havia um livro único e ao lado havia um caderno de exercícios e de fichas que eram descartáveis, mas o livro muitas vezes continuava de geração em geração. Não quer dizer que isso aconteça, porque as coisas mudam, mas a verdade é que a inconstância dos manuais obriga a que não haja continuidade, porque os livreiros querem vender. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que o que o Sr. Vereador João de Carvalho disse é verdade, mas o Governo, que ainda há dois anos atrás mudou o programa de matemática do 1º ciclo, e agora vai mudá-lo novamente, pelo que, mesmo com boa vontade por parte dos livreiros e por parte das escolas em usar manuais que possam ser reutilizáveis, é impossível. -----

O livro único faz lembrar outro tempo, e não se deve ir por aí, mas há manuais que se podem utilizar novamente, com os cadernos de atividades, não é preciso haver um livro único. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que mudaram os nomes, mas a matemática baseia-se em números, não mudaram muitas coisas, apareceu a teoria dos conjuntos a determinada altura, mas têm-se feito tantas reformas neste ensino e cada vez mais os miúdos sabem menos ler. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 149

Reunião de 2013/07/31

Procº EDUCA.00SE.007.

Deliberação nº _____

A verdade é que se fazem reformas sobre reformas e depois, quando os alunos chegam ao secundário ou à faculdade não sabem ler, nem escrever, e isso é que assusta. -----

O próprio e a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, que são professores, ou que já foram, deparam-se com situações que não foram resolvidas no ensino básico. Este ensino essencialmente, que tem a ver com a câmara municipal, durante os 4 anos deveria ser unificado, quer se queira, ou não, porque aprender a ler é igual para todos, ou a determinada altura, tal e qual como diriam as reformas, as crianças não podem ser forçadas. -----

As crianças têm uma idade de recetáculo para receber informação, e é exatamente nesta idade que têm um espírito aberto para receber tudo. Fazem delas "parvas" e depois, quando chegam ao secundário ou à faculdade, não leem nem escrevem. ----

O próprio aos 4 anos fazia teatro radiofónico, porque já lia, os seus filhos também já liam, mas o seu sobrinho não consegue ler uma palavra seguida. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



1. Assunto: SUBSÍDIO DE FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES – ANO LETIVO 2013/2014 – PROTOCOLO A CELEBRAR COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 392/13, de 16/07, do DEC/DE, para aprovação da minuta dos protocolos a celebrar com os agrupamentos de escolas, relativos aos subsídios de funcionamento e atividades, no ano letivo 2013/2014, dos jardins de infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico, e respetivo compromisso de verbas. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 392/13, de 16/07, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01.04.015B Orçam. 08/04.03.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES 2013/2014 – COMPROMISSO DE VERBAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 391/13, de 03/07, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verbas referentes a transportes escolares, no ano letivo 2013/2014.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 391/13, de 03/07, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004D Orçam. 08/02.02.10 -----
-----Plano 04/01/03/004E Orçam. 08/02.02.10-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

A



1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES 2013/2014 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA E CENTRO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO SOBRALINHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 390/13, de 02/07, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com as juntas de freguesia e o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, bem como do compromisso de verbas, referentes aos transportes escolares, no ano letivo 2013/2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 390/13, de 02/07, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004A Orçam. 08/04.05.01.02 -----
-----Plano 04/01/03/004B Orçam. 08/04.05.01.02 -----
-----Plano 04/04/03/004F Orçam. 08/04.07.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

1. Assunto: COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – PROLONGAMENTO DE HORÁRIO 2013/2014 – COMPROMISSO DE VERBAS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 404/13, de 09/07, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verbas a transferir para as entidades promotoras, no âmbito da componente de apoio à família na educação pré-escolar, prolongamento de horário, para o ano letivo 2013/2014.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 404/13, de 09/07, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/007H Orçam. 08/04.07.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: Despacho nº 13503/2009, de 27 de maio. -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que os membros da CDU não têm nada contra esta situação, querendo apenas um esclarecimento, no sentido de saber se este horário de funcionamento está contemplado até às 19h00.-----
Na reunião de câmara de 20 de março foi aprovada uma proposta da CDU, que pedia que fosse implementada uma solução de complementaridade que possa oferecer a extensão do serviço até às 19h00, com os votos favoráveis dos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo e a abstenção dos membros PS, para análise. Uma vez que esta proposta não tem essa informação, não sabem se é até às 17h30 ou às 19h00. -----
Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que há cerca de 10 dias saiu um despacho a regulamentar esta situação das antigas componentes de apoio à família (CAF), agora chama-se outro nome, e continua com a mesma determinação. -----
O complemento de horário continua a ser até às 17h30, e das 17h30 até às 19h00 ou 19h30, dependendo da gestão de cada um, continua a ser o ATL, que abrange



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 154

Reunião de 2013/07/31

Procº. EDUCA.00SE.003.

Deliberação nº. _____

tanto o 1º ciclo, como o 2º ciclo e o pré-escolar.-----

A proposta em concreto é para o pré-escolar, na modalidade que agora tem um nome que não é CAF, mas sim AAAP – Atividades de animação e de apoio à família, e é até às 17h30, sendo complementado em alguns sítios com ATL, que já é outra modalidade. -----

Intervio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, perguntando se é apenas em alguns sítios, como o Sr. Vereador disse, ao que este respondeu afirmativamente. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

1. Assunto: ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – PROTOCOLOS 2013/2014-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 405/13, de 09/07, do DEC/DE, para aprovação das minutas dos protocolos a celebrar com os agrupamentos de escolas do concelho, associações de pais, encarregados de educação e IPSS/Coletividades, para a utilização de espaços no âmbito da organização de atividades de tempos livres para o ano letivo 2013/2014.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 405/13, de 09/07, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

19

100

Fl. Livro-----

Fl. Ata 156

Reunião de 2013/07/31

Procº DCTAE.00DM.

Deliberação nº 860

1. Assunto: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NA FREGUESIA DE VIALONGA -

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 227/13, de 10/07, do DEC/DCTPM, para aprovação, após parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia, da atribuição de topónimos na freguesia de Vialonga. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 227/13, de 10/07, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Intervio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo não ter conseguido ler a documentação, tal como os seus camaradas, não sabe se é um problema do seu computador, se pelo volume de páginas e o portátil não ter capacidade, tendo a Srª Presidente fornecido a cópia dos documentos, em papel, para consulta.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 157

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº 861

1. Assunto: DOAÇÃO DE UMA BONECA EM PORCELANA AO MUSEU MUNICIPAL – NÚCLEO DE ALVERCA, POR MARIA FERNANDA TEIXEIRA DURÃES ASSUNÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 211/13, de 27/06, do DEC/DCTPM, para aceitação de uma boneca de porcelana pertença de Maria Fernanda Teixeira Durães Assunção, para incorporação na coleção do Museu Municipal – núcleo de Alverca. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 211/13, de 27/06, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 158

Reunião de 2013/07/31

CAPÍTULO: DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO,
EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



1. Assunto: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2013/2014 – APURAMENTO DE RESULTADOS-

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 91/13, de 24/07, do DASDEDS/DASEP, para homologação dos resultados da votação do orçamento participativo 2013/2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 91/13, de 24/07, do DASDEDS/DASEP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para homologação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, salientando positivamente a votação por SMS, aumentando a participação, no entanto pergunta se nesta forma de votação foi salvaguardado que a mesma pessoa não votasse várias vezes, de telemóveis diferentes, pois do mesmo telemóvel sabe que havia garantia para que não pudesse fazê-lo. -----
Sobre a questão da atribuição e não atribuição do orçamento participativo, havia as freguesias da Castanheira do Ribatejo e do Forte da Casa com 90 mil euros de verbas, inclusivamente a Castanheira tinha dois projetos, tendo a recuperação do polidesportivo das Quintas e parque infantil sido decidido para votação, e o Forte da Casa tinha a valorização e requalificação da zona envolvente às piscinas. -----
A Castanheira teve 36 votos, sendo o mínimo 38, ou seja, menos dois votos, no projeto da recuperação do polidesportivo, mas no outro projeto, que era a regularização dos parques infantis, teve 29 votos. O Forte da Casa teve 10 votos e o mínimo eram 50. -----
Não leu o regulamento, mas sabe que o mesmo diz que os projetos não podem ser atribuídos, pelo que pergunta o que é que a câmara municipal vai fazer com estas



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 160

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº _____

verbas, já não no âmbito do orçamento participativo, uma vez que estas obras foram aprovadas, só não atingiram o mínimo de votos. Julga que a câmara municipal pode fazer estas obras, se não pode, lança o repto para que estas freguesias não percam estas verbas, embora com outra situação. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que efetivamente este projeto tem sido evolutivo, aliás quando foi lançado foi logo dito que iria depender de dois aspetos, o primeiro, de uma vontade da câmara municipal de se auto vincular relativamente à disponibilização de uma fatia importante do seu orçamento para permitir que as pessoas decidissem o que é que devia ser feito. ----

O segundo aspeto tem a ver com a adesão das pessoas, procurar, num processo que é ainda muito recente e as pessoas ainda não estão habituadas a ele, que haja cada vez mais participação, tem sido um desafio interessante para a câmara municipal e para os serviços, e tem vindo a ser conseguido. Efetivamente a introdução dos votos por SMS facilitou, porque passou-se de cerca de 160 votos no primeiro ano, para mais de 760, este ano, tendo sido uma grande evolução, em que praticamente 90% dos votos foram enviados por SMS. -----

Decidiu-se avançar com esse processo, que não é novo, pois já foi experimentado noutras câmaras municipais, nomeadamente na Câmara Municipal de Cascais, e o "princípio de segurança" é o mesmo da votação eletrónica, só conta o último voto vindo de determinada entidade registada, ou seja, de determinado e-mail, da mesma forma que só conta o último voto vindo de determinado número de telefone, que pode corresponder à mesma pessoa, ou não, tal como quem faz o seu registo em termos de e-mail, também pode ter mais do que uma caixa. Na altura isso foi conversado em reunião de câmara, não sabe se o Sr. Vereador Aurélio Marques estava presente, tendo a câmara municipal decidido que, apesar desse risco, o fundamental era que as pessoas participassem e que houvesse uma porta aberta à participação. -----

Diria que o índice de segurança é o suficiente para garantir uma idoneidade dos resultados, sem ser o índice de segurança que uma pessoa eventualmente tem quando vai ao e-banking, mas aí o processo de organização e registo é tão complexo, que só mesmo quem tiver um interesse profundo é que lá vai. -----

Sob esse ponto de vista, embora a análise ainda não esteja muito aprofundada, à




Reunião de 2013/07/31

Deliberação nº

Claro que haverá que preparar o plano de atividades para o próximo ano, e mesmo o lançamento do eventual orçamento participativo para o ano que vem terá que decorrer de uma decisão que já não caberá a esta câmara municipal, com este executivo, pelo que diria que a pergunta seria remetida para o próximo presidente de câmara, e para o próximo executivo, que na construção dos seus instrumentos acabará por incluir este projeto do orçamento participativo. Diria que, se for o Partido Socialista, à partida, e uma vez que lançou o projeto, será um projeto para continuar. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

CAPÍTULO: EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA

1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – EMPREITADA DO PARQUE URBANO DA PÓVOA DE SANTA IRIA – 1ª E 2ª FASES – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO PROVISÓRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 278/13, de 19/07, da EMRU, para aprovação do auto de vistoria e receção provisória referente à empreitada do Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria – 1ª e 2ª fases, adjudicada à Cordivias – Engenharia, Lda, do âmbito do Polis XXI – Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho. -----

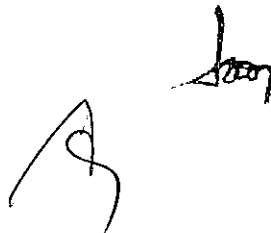
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 278/13, de 19/07, da EMRU, auto da vistoria e receção provisória, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



1. Assunto: POLIS XXI – REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA ZONA SUL DO CONCELHO – EXECUÇÃO DE 3 CAIS DE PESCA PARA OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO PROVISÓRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 281/13, de 23/07, da EMRU, para aprovação do auto de vistoria e receção provisória referente à empreitada de execução de 3 cais de pesca para os avieiros da Póvoa de Santa Iria, adjudicada à Cordivias – Engenharia, Lda, no âmbito do Polis XXI – Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do concelho. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 281/13, de 23/07, da EMRU, auto da vistoria e receção provisória, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



1. Assunto: POLIS XXI – ECOBAIRRO – AUTORIZAÇÃO DE USO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DE POMBAIS AO GRUPO COLUMBÓFILO POVOENSE E MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DA PÓVOA DE SANTA IRIA E O GRUPO COLUMBÓFILO POVOENSE -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 282/13, de 24/07, da EMRU, para aprovação da autorização de uso de uma parcela de terreno pertencente ao domínio público municipal, com a área de 1.527,08 m², ao Grupo Columbófilo Povoense (GCP), como forma de apoio às atividades por este desenvolvidas, situada na zona central da Póvoa de Santa Iria, a título gratuito, por um período de 5 anos, findo o qual poderá renovar-se automaticamente por períodos iguais, caso não sejam invocadas razões atendíveis que determinem a sua não renovação, podendo a autorização ser revogada a todo o momento pela câmara municipal, quando razões de interesse público o exigirem, destinando-se à instalação de 12 construções para pombais e uma sala de encabazamento, para utilização pelos associados do GCP, competindo ao mesmo a gestão e manutenção da área, e competindo à Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria exercer, durante a vigência do protocolo, a fiscalização do seu cumprimento, bem como a manutenção das infraestruturas (arruamentos, esgotos e águas pluviais) existentes na parcela de terreno e, ainda, para aprovação da minuta de protocolo a celebrar entre o município de Vila Franca de Xira, a freguesia da Póvoa de Santa Iria e o Grupo Columbófilo Povoense. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 282/13, de 24/07, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----



Fl. Ata 166

Reunião de 2013/07/31

Proc⁹ 7/12 GENERI/CM

Deliberação nº

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que na descrição falava-se, para além da forma desorganizada como estavam construídos aqueles pombais, também da sua proximidade às habitações. -----

Não foi assim tão claro, mesmo passando pelo local, se a nova distância das habitações está bem definida, se não haverá complicações com os moradores da zona, sendo a dúvida que os membros da CDU lançam em relação a este ponto, uma vez que está envolvido na questão do José Maria Duarte, que acaba por ter o mesmo nome. A posição política dos membros da CDU tem sido contra, pelo que vão votar contra, não na questão do protocolo, mas têm a dúvida se está tudo definido com a população das casas ali próximas e se isso foi já visto. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que foi devidamente acautelado, mas não pode dizer que já não haverá mais nenhum problema.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta da Sr^a Presidente. _____

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

João

Fl. Livro _____

Fl. Ata 168

Reunião de 2013/07/31

Procº _____

Deliberação nº 866

1. Assunto: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – LISTAGEM DE CONTRATOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 234/13, de 25/07, do DGAFJ/DFPCO, para conhecimento da listagem de contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, referente ao mês de junho de 2013.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 234/13, de 25/07, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano-----Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Jan

Fl. Livro _____

Fl. Ata 169

Reunião de 2013/07/31

Procº DOVSM-EMP 10/11

Deliberação nº 867

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 783/13, de 31/07, do DOVI/DOVI, para aprovação da cessão da posição contratual, solicitada pela Obrecol, Obras e Construções, SA, a favor da Oliveiras, SA, nos termos do nº 3, do artigo 319º, do Código dos Contratos Públicos, respeitante à regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na freguesia da Castanheira do Ribatejo. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 783/13, de 31/07, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Presidente dizendo que a cessão da posição contratual resulta daquilo que já tinha falado, das dificuldades e do processo de insolvência que pesa sobre a Obrecol, SA, embora esteja a tratar de um plano especial de recuperação, que demorará pelo menos três meses a vir a ser aprovado, se vier, mas isso era, em relação à obra, extremamente prejudicial, pelo que a empresa assumiu que não tinha condições para continuar com esta responsabilidade e pediu a transmissão para a Oliveiras, SA. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva perguntando se as garantias que eventualmente poderiam estar em nome da Obrecol, SA passarão para a Oliveiras, SA. -----

Respondeu a Srª Presidente que a Oliveiras, SA terá que apresentar a garantia no momento da assinatura do contrato.-----



Fl. Ata - 170

Reunião de 2013/07/31

Proc^o DOVSM-EMP 10/11

Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Deliberação nº 868

E eu, Marcos Paulo Serra Barreiros, Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi. _____

- Maria da Luz Rosinha -